

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO – LABJOR

VINICIUS WAGNER OLIVEIRA SANTOS

A produção de sentidos no Barracão

Discurso, inclusão e subjetivação

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na área de concentração de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiane Pereira Dias

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR

TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Sa59p

Santos, Vinicius Wagner Oliveira 1984-

A produção de sentidos no Barracão : discurso, inclusão e subjetivação / Vinicius Wagner Oliveira Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador : Cristiane Pereira Dias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Inclusão social. 2. Inclusão digital. 3. Políticas públicas. 4. Subjetivação. 5. Análise do discurso. I. Dias, Cristiane Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The production of meanings in Barracão: discourse, inclusion and subjectivation.

Palavras-chave em inglês:

Social inclusion

Digital inclusion

Public policies

Subjectivation

Discourse Analysis

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural.

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural.

Banca examinadora:

Cristiane Pereira Dias [Orientador]

Marcelo El Khouri Buzato

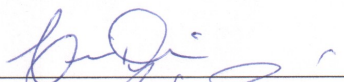
Lucília Maria Sousa Romão

Data da defesa: 06-03-2012.

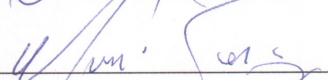
Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural.

BANCA EXAMINADORA:

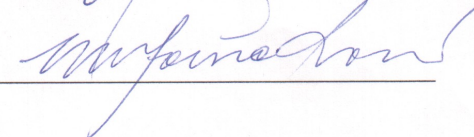
Cristiane Pereira Dias



Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato



Profa. Dra. Lucília Maria Sousa Romão



Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann

IEL/UNICAMP
2012

*Dedico este trabalho à minha esposa, Ana Paula Camelo, que
está sempre junto comigo há pelo menos 7 anos, apoiando,
incentivando, auxiliando das mais diversas maneiras.
Obrigado por toda a atenção e compreensão em todos os
momentos, principalmente nos mais difíceis.*

AGRADECIMENTOS

Na produção desse trabalho, passei por diversos percalços, por diversas experiências e vivências, sempre acompanhadas de um contato com pessoas maravilhosas. Difícil nomear todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com esse trabalho, pois foram muitos.

Agradeço à Unicamp, IEL e Labjor pela oportunidade que me foi dada, bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento durante o meu tempo de pesquisa.

Agradeço à minha esposa, por todo companheirismo, em todos os momentos, bem como por todo auxílio acadêmico e emocional.

Agradeço a meus pais por todo o amor e compreensão, bem como à minha vó Dadá por toda a preocupação e incentivo.

Agradeço ao pessoal do Labjor pelos diversos auxílios em todo o período em que estive vinculado ao Laboratório. Um especial agradecimento à Alessandra, uma pessoa que, não importa o momento, está sempre disposta a nos ajudar com os mais diversos problemas. Um especial agradecimento, também, à profa. Susana Dias, que teve um papel muito importante em minha trajetória de Mestrado, me integrando e me mostrando caminhos, justo no momento inicial, quando eu estava mais perdido.

Agradeço aos professores Marcelo Buzato, Lucília Romão, Marko Monteiro e Débora Massmann pela disponibilidade, atenção e toda a colaboração com minha pesquisa de mestrado.

Agradeço ao Eldorado dos Carajás, à Associação de Moradores e a toda a equipe do projeto Barracão, que durante todo esse tempo têm sido grandes parceiros de trabalho.

Não poderia deixar de citar e agradecer, aqui, a 4 pessoas que me são muito especiais nessa

trajetória de falar de Inclusão Digital, Software Livre e adjacentes: Cleydson Silva e os professores Juliano Pires, Carlos d' Andrea e Carlos Goulart, que mesmo distantes fazem parte desse ciclo que se iniciou desde minha graduação.

Por fim, um agradecimento especial à minha orientadora, profa. Cristiane Dias, uma pessoa que esteve sempre disposta a me ajudar, direcionar, estimular, sempre dando espaço para todo tipo de ideia, porém também fazendo com que eu me mantivesse no caminho nas horas necessárias. Obrigado Cristiane, por toda a paciência, profissionalismo e parceria com que me tratou desde o início.

*É muito quadro pr'uma parede
É muita tinta pr'um só pincel
É pouca água pra muita sede
Muita cabeça pr'um só chapéu
Muita cachaça pra pouco leite
Muito leite pra pouca dor
É muito feio pra ser enfeite
Muito defeito pra ser amor
É muita rede pra pouco peixe
Muito veneno pra se matar
Muitos pedidos pra que se deixe
Muitos humanos a proliferar*

**Oswaldo Montenegro/Zé Ramalho*

Resumo: Este trabalho visa compreender o modo de funcionamento do discurso da Inclusão Digital no *Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás*, projeto de extensão na linha de Arte e Cultura, com vistas ao social, aprovado em edital pelo Ministério da Educação e executado pelo Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa parte da perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa, tendo como base teórica fundamental os conceitos e reflexões de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Outros autores ainda colaboram com nosso quadro teórico, dentre os quais destaco Félix Guattari e suas reflexões sobre a subjetividade e Michel Foucault com suas reflexões acerca do saber, do poder e da política. A partir de uma análise das atividades do projeto, buscamos compreender o modo de funcionamento do discurso de Inclusão Digital no processo de subjetivação dos sujeitos e individualização dos mesmos pelo Estado. Desenvolveremos tal questão a partir das seguintes perguntas: como o discurso da Inclusão Digital produz sentido no Barracão? De que forma(s) esse processo funciona na subjetivação dos sujeitos e na individualização dos mesmos pelo Estado, tendo em vista sua natureza contraditória constitutiva? Embasados por conceitos da Análise de Discurso como o de *equivoco*, *contradição* e *coisas-a-saber*, damos foco aos enunciados/dizeres produzidos durante as oficinas, principalmente durante as oficinas de informática que ocorreram em novembro de 2011, além dos questionários que foram utilizados nas mesmas. Pretendemos, com este trabalho, sustentar a posição de que o discurso da inclusão é essencialmente contraditório, na medida que ele próprio produz os sentidos da exclusão.

Palavras-chave: inclusão social; subjetivação; inclusão digital; Análise do discurso; políticas públicas

Abstract: This study aims to understand the functioning of Digital Inclusion discourse in Project Barracão: Eldorado dos Carajás, an extension project in the segment of Art and Culture, aiming at the social, approved by Ministry of Education' s announcement and implemented by Urban Studies Laboratory of the State University of Campinas. The research starts from the theoretical perspective of Discourse Analysis of the French type, based on theoretical concepts and ideas of Michel Pêcheux and Eni Orlandi. Other authors also collaborate with our theoretical framework, like Félix Guattari and his thoughts on subjectivity and Michel Foucault's thoughts about knowledge, power and politics. From an analysis of project activities, we seek to understand the functioning of Digital Inclusion discourse in the process of subjectivation and individualization of subjects by State. We Develop such theme starting from the following questions: how the discourse of Inclusion products meanings in Barracão? In which way(s) this works in the process of subjectivation and individualization of subjects by State, assuming the constitutive contradictory nature of digital inclusion discourse? We will be dealing with many concepts of discourse analysis, like *mistake*, *contradiction* and *things-to-know*, so that to be focusing on the statements / words produced during the workshops, especially on the computer workshops that took place in November 2011, and in addition, the questionnaires that were used there in the activities. The main objective of this work is to support the view that the inclusion discourse is essentially contradictory, since he, himself, produces the senses of exclusion.

Keywords: social inclusion; subjectivity, digital inclusion, Discourse analysis, public policy

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás	05
2.1 Sobre o projeto: o Barracão enquanto espaço simbólico	05
2.2 Principais atividades e desafios	07
2.3 Primeiras impressões: um relato	10
3. Quadro teórico-metodológico	19
3.1 Análise de Discurso	19
3.2 Coisas-a-saber sobre nossa forma-sujeito contemporânea	27
3.3 Aproximações e distanciamentos teóricos	32
3.4 Saber, Poder, Política e Cidadania	36
3.5 Subjetividade, individualização e os contra-usos dos sujeitos	52
4. TICs, Sociedade da Informação e Inclusão Digital	63
4.1 Conceituando Tecnologia: técnica, logos e ideologia	63
4.2 Sociedade da Informação e suas contradições	66
4.3 Nova sociedade, nova economia: o conhecimento como mercadoria	82
4.4 Práticas colaborativas e de compartilhamento: ideologia para o Barracão	93
4.5 Inclusão Digital: versões, deslizamentos e contradições	103
5. Considerações Finais	131
6. Referências	135
7. Anexos	141

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa a investigar o funcionamento do processo de Inclusão Digital (ID) no *Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás*, projeto de extensão na linha de Arte e Cultura, aprovado em edital pelo Ministério da Educação. A pesquisa parte da perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD), sendo que o ponto principal em que a discussão teórica será focada consiste na compreensão do funcionamento do discurso de Inclusão Digital, analisado pelo processo de subjetivação dos sujeitos e nos modos de individualização dos mesmos pelo Estado, ali representado pelo próprio discurso da inclusão. Também, direcionaremos a análise para a contradição constitutiva do processo de Inclusão Digital, isto é, pelo caráter próprio de nossa formação social capitalista, esse processo que se baseia nos enunciados da inclusão não permite o contrário da mesma, ou seja, o par inclusão-exclusão não funciona da maneira como circula no discurso do senso comum.

O *Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás* é um projeto de arte e cultura com vistas ao social executado pelo Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas (Labeurb/Unicamp), desde fevereiro de 2010. Nossa análise junto às atividades do projeto Barracão é pensada de modo a compreender as (res)significações e modos de produção de sentido que predominam na comunidade onde as atividades do projeto acontecem. O Núcleo Eldorado dos Carajás é uma comunidade com pouco mais de dois mil habitantes e está localizado na região do Ouro Verde, na cidade de Campinas/SP. Esse núcleo começou com uma ocupação e, hoje, já está na categoria de bairro. Nesse local é desenvolvido o Projeto Barracão, que tem como meta principal afetar a realidade social dos moradores de modo a estimular uma construção de sentidos por parte da comunidade através da produção de conhecimentos.

Por estar calcado na perspectiva teórica da Análise de Discurso, que trabalha com os processos de produção de sentido, partiremos da textualidade do próprio projeto Barracão,

das atividades, registros, contatos e experiências dessa empreitada na comunidade Eldorado dos Carajás, para compreender como o discurso da Inclusão Digital (ID) funciona e produz determinados efeitos de sentido na vida dos sujeitos dessa comunidade. Do ponto de vista metodológico, mobilizaremos conceitos como o de formação discursiva, coisas-a-saber, ideologia, equívoco, subjetividade e outros, conceitos estes que auxiliarão na construção do objeto de análise, a saber, o discurso da ID e seus efeitos no processo de subjetivação dos sujeitos e individualização por parte do Estado, representado na comunidade pelo próprio discurso da ID. Para isso, privilegiaremos, em nossas análises, os enunciados/dizeres recortados do material de registro de parte das atividades realizadas no projeto, dando foco para as oficinas de Inclusão Digital que foram realizadas no Barracão no mês de novembro de 2011, de modo a debater a contradição própria da ID, além de compreender o funcionamento desse discurso na subjetivação dos sujeitos ali envolvidos. Pretendemos desenvolver essa questão a partir das seguintes perguntas: como o discurso da Inclusão Digital produz sentido no Barracão? De que forma(s) esse processo funciona na subjetivação dos sujeitos e na individualização dos mesmos por parte do Estado, tendo em vista sua natureza contraditória constitutiva?

Partindo da Análise de Discurso, esse trabalho estará fortemente embasado por conceitos de dois autores: Michel Pêcheux, por meio de duas obras, *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2002) e *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995, 2009); e Eni Orlandi, por meio de diversas obras, sendo que destaco como principal o livro *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos* (2008), obra que abarca variados segmentos de interesse para nossa pesquisa. Além deles, trabalharei com conceitos de outros autores, sendo que destaco as reflexões de Michel Foucault (2005) acerca do saber e de Félix Guattari (2000) sobre a subjetividade, que colaborarão com subsídios teóricos para a compreensão dos processos de produção do discurso de inclusão na Sociedade da Informação e seu funcionamento na comunidade do Eldorado.

O trabalho está dividido em 3 grandes capítulos. No primeiro capítulo, abordarei o projeto Barracão propriamente dito, que é o palco dessa pesquisa. Descreverei sua estrutura e composição, suas atividades, bem como a situação atual e planos para o futuro. Ainda,

farei um breve relato da minha vivência enquanto membro da equipe do projeto, já fazendo algumas aproximações analíticas.

No segundo capítulo, detalharei o quadro teórico-metodológico que fundamenta esta pesquisa, sendo que nessa parte o leitor já conseguirá apreender um maior número de relações analíticas com o objeto da pesquisa.

No Terceiro e último capítulo, descreverei o cenário em que se baseia a pesquisa, a saber, a sociedade da informação, de modo que abordarei outros pontos específicos que possuem relação direta com a sociedade da informação. Termino o capítulo com a parte principal do trabalho, onde vou discorrer um pouco sobre o processo de Inclusão Digital, junto a algumas aproximações analíticas que farei no âmbito da relação com o projeto Barracão. Nessa parte, o leitor poderá perceber uma mescla de relato com análise, que é justamente o jogo das posições-sujeito do discurso em um cenário em que se realiza um projeto de um projeto, o vai-e-vem entre a posição de analista e de pesquisador parte da equipe do projeto.

Mais adiante, passando por considerações finais e referências, encontra-se o item dos Anexos, em que será possível ter acesso ao questionário que foi utilizado no Barracão, bem como à tabulação completa dos dados do mesmo.

Vamos proceder, então, a uma conceituação do projeto Barracão.

2. PROJETO BARRACÃO: ELDORADO DOS CARAJÁS

2.1 Sobre o projeto: o Barracão enquanto espaço simbólico

O *Projeto Barracão: Eldorado dos Carajás* é um projeto de extensão, na linha de Arte e Cultura, aprovado pelo Ministério da Educação e executado pelo Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas, desde fevereiro de 2010.

O Núcleo Eldorado dos Carajás é uma comunidade que possui mais de dois mil habitantes. Está localizado na região do Ouro Verde, na cidade de Campinas/SP. Esse núcleo, anteriormente, já foi uma ocupação e, hoje, situa-se na categoria de bairro. Nesse local é desenvolvido o Projeto Barracão, que tem como meta principal afetar a realidade social dos moradores de modo a estimular a construção de sentidos por parte dos sujeitos da comunidade a partir da produção de conhecimentos. Os mecanismos utilizados nesse processo consistem em uma série de atividades, todas circundando o Barracão, espaço físico pertencente ao núcleo que faz parte da história do grupo, sendo atravessado por discursos e sentidos que são constitutivos do trajeto de luta da comunidade, desde seu início. É um espaço utilizado, principalmente, para projetos sociais desenvolvidos no bairro, hoje abrigando as atividades com as crianças nos projetos de incentivo ao esporte que lá são desenvolvidos.

Primariamente, o projeto foi planejado com uma série de atividades que aconteceriam no espaço físico Barracão. Dessa forma, esse espaço denominado Barracão seria tratado em uma perspectiva multifacetada, com o intuito de propiciar outros sentidos ao mesmo, promovendo a coexistência do *Barracão da leitura*, *Barracão da arte*, *Barracão da música*, *Barracão da ciência*, *Barracão da tecnologia*, *Barracão das mulheres* etc..

No decorrer das atividades, com a vivência do processo e com as dificuldades estruturais que a equipe do projeto enfrentou, foi necessária uma modificação no local de realização das atividades, que, atualmente, ocorrem no espaço físico da Associação de Moradores do Eldorado. No jogo do conflito, deparamo-nos com o primeiro impasse, o

imaginário acadêmico sofre o primeiro grande deslize, um ponto de deriva que põe em xeque o próprio nome atribuído ao projeto.

Orlandi (2008, p. 103) nos diz que “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares”. Nesse jogo de conflitos dos sentidos do espaço, ocorre a construção de um novo/outro lugar. O espaço de sociabilidade previamente imaginado se desloca, ocasionando uma necessidade de ressignificação da noção de *lugar* atribuída ao Barracão. Dias (2011, p. 51) dirá que “a cidade é um espaço constituído pelo público e pelo urbano, constituído por lugares de sociabilidade, nos quais os sentidos se produzem no entrecruzamento das subjetividades”. E é justamente esse entrecruzamento de subjetividades que constituirá a base do deslocamento da noção de lugar do Barracão. Nunes (2006, p. 50) nos lembra que “os cruzamentos são pontos de contato de sujeitos na cidade. Lugares em que fica visível o ajuntamento de uma diversidade de sujeitos urbanos”, e aqui nos encontramos em um desses cruzamentos, que constitui o Barracão enquanto espaço de sociabilidade, a saber, a Associação de Moradores do bairro.

Pela própria forma e funcionamento discursivo do percurso traçado no projeto, houve um deslocamento de sentido no cenário anteriormente imaginado, sendo que o Barracão passou de *espaço físico* a um *espaço simbólico de produção de sentidos*¹. O que estamos tentando demonstrar é que um lugar é sempre um espaço de construção de sentidos, “cujas singularidade é construída pela 'territorialidade subjetivada' (Guattari, 1985), mediante práticas sociais e usos semelhantes” (LEITE, 2007, p. 284), nesse caso, a partir das práticas e das atividades de projeto que constituem o Barracão. Mas

a noção de lugar, menos genérica e abrangente que a de espaço, retém uma distinção: podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Um lugar pode, enfim, ser entendido como uma forma estriada de espaço, na medida em que consiste, como definiu Guattari (1985), em “territórios de subjetivação” (Ibid., p. 35).

¹ Na formulação do projeto Barracão já se tinha isso como um objetivo, ou seja, é uma formulação própria do projeto. O que faço, nesse momento, é ressaltar que isso, de certa forma, já pode ser observado.

Dessa forma, o Barracão, enquanto espaço simbólico, passa a se configurar no âmbito de uma *territorialidade subjetivada*, na medida em que se desloca sua noção de *lugar* de uma delimitação *física* para outra determinada pelo *simbólico*, a partir de *práticas sociais e usos semelhantes*, sendo que a Associação de Moradores constitui-se em um dos espaços de sociabilidade materializados desse espaço simbólico de produção de sentidos que é o Barracão.

Em termos práticos, isso significa dizer que, independente do local específico da realização de cada atividade, os sujeitos continuam referindo-se ao projeto como *Barracão*, a equipe continua se planejando para realizar atividades no *Barracão*, ou seja, ao espaço físico Barracão foi agregado valor simbólico, fazendo com que o mesmo se fizesse presente na produção de sentidos e nos discursos circulantes da comunidade e da própria equipe do projeto.

O que está ocorrendo, nesse caso, é a produção de uma instância local de subjetivação coletiva, uma nova forma de subjetivação sendo criada, são possibilidades de escape à repetição, de sentidos de pertencimento e de re-singularização. É como diz Guattari (2000, p. 17): “o que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas”; independentemente do lugar de materialização, o Barracão se constitui e produz sentidos por seus discursos, atividades, sociabilidade, suas filiações.

2.2 Principais atividades e desafios

Desde fevereiro de 2010, essa experiência com o projeto vem sendo realizada através de oficinas (arte, leitura, cinema, informática etc.) desenvolvidas com os moradores do bairro. As oficinas são diversificadas e possuem fins específicos na realização dos objetivos do projeto:

O objetivo das oficinas é colocar o sujeito em confronto com sua realidade, a fim

de mostrar que o sentido do espaço que ele habita, já significado como sendo de periferia, pode ser outro. Assim como o sentido dos espaços dos quais ele se sente excluído também pode ser outro. Nosso objetivo, portanto, é desnaturalizar a relação inclusão/exclusão, produzindo para essa “oposição”, outros sentidos, e demonstrando sua contradição² (DIAS, 2011).

Sendo assim, o objetivo primeiro do Projeto Barracão é colocar os sujeitos em confronto com sua realidade social; para Dias (Ibid.), “nisso consiste o político, a cidadania”. É preciso dar-lhes possibilidades de ressignificar os sentidos já preconcebidos da sua formação social.

As oficinas serão propulsores da produção de conhecimento, que será o meio principal para se atingir os objetivos do projeto. Não é intenção do projeto lidar com soluções paliativas relacionadas a problemas da ordem da estrutura social. Para Dias (Ibid.), partimos da compreensão do social como politicamente significado. A inclusão social virá como consequência de uma posição do sujeito no mundo.

Para atingir os objetivos do Projeto Barracão as oficinas foram pensadas como práticas que proporcionem uma experiencição do conhecimento, de modo a compreendê-lo e produzi-lo através da linguagem em uma dimensão discursiva. As oficinas incluem trabalho com diversos materiais: audiovisuais, textos literários, textos acadêmicos, leis, fotografias, multimídia etc. (Ibid.).

Segundo Dias (Ibid.), as propostas das oficinas preveem alguns resultados práticos:

- 1) *criação de um curta-metragem (documentário) sobre as mulheres do bairro (Mulheres do Eldorado);*
- 2) *criação de uma maquete do bairro no futuro, com uso de materiais recicláveis (papelão, caixas de papel, madeira, jornal, plástico) (O Bairro do Futuro);*
- 3) *elaboração de um programa de rádio sobre a ciência no cotidiano (A Voz do Eldorado)*
- 4) *criação de um blog sobre o bairro (O Eldorado dos Carajás)*

Esses resultados são apenas o início, um meio para se atingir outros objetivos. Para

2 Essa contradição trazida por Dias (Ibid.) também será objeto de nosso debate, abordaremos isso mais a frente.

Dias (Ibid.), o resultado final do projeto consiste em “fazer do barracão um espaço simbólico de produção de sentidos, e isso implica fazer simbolizar a cidadania. O real das relações sociais. A 'inclusão social' que pretendemos visa, portanto, fazer ressoar na vida dos moradores do Eldorado dos Carajás, o político”.

A autora afirma que “é preciso compreender que a relação da universidade com a sociedade é uma relação constitutiva e não uma relação de mediação, pois ela é uma instituição social. É a perda desse estatuto que a torna cada vez mais uma prestadora de serviços e a distancia da sociedade” (Ibid.). Sendo assim, vale ressaltar duas premissas do desenvolvimento do projeto: 1) não cair no assistencialismo e 2) não cair na arrogância acadêmico-científica, ou seja, “desenvolver um projeto de extensão e ao mesmo tempo refletir sobre a função social da universidade, naquilo que constitui seu princípio e sua referência na sociedade” (Ibid.).

A partir disso, Dias (Ibid.) chega à questão: “como desenvolver um projeto de extensão universitária e dar sentido para o conhecimento produzido pelos moradores de um bairro de periferia, já significado como lugar de sujeitos excluídos, que não sabem, que não têm acesso?” É a partir dessas reflexões que o desenvolvimento do projeto é guiado, mostrando novas perspectivas para os moradores do bairro, inclusive novas perspectivas de conceberem seu próprio lugar de existência.

Outros pontos ainda devem ser considerados nesse trabalho, como, por exemplo, a questão da instrumentalização em uma sociedade da concorrência, tendo o capitalismo como condição de produção³ em sentido amplo:

Nessas condições de produção, não refletimos sobre o processo de produção do conhecimento, ficamos apenas na superfície da informação e no imediato da comunicação. E assim nos relacionamos com o trabalho intelectual, preocupados em não sermos ultrapassados nos instrumentalizamos sem refletir sobre os instrumentos que utilizamos e sem adequar esses instrumentos às condições de produção a partir das quais os utilizamos (Ibid.).

3 Para a AD, as condições de produção dizem respeito aos contextos em que o dizer é formulado, podendo ser o contexto imediato, as condições em que o locutor se encontra no momento da formulação e, o contexto histórico, a conjuntura maior que rege o sujeito, histórica, econômica, social, politicamente. Não esquecendo, ressalta Orlandi (2006), que esses contextos, na prática, não se separam, funcionam conjuntamente.

Adequar os instrumentos às condições de produção significa refletir sobre eles a partir dessas condições. Produzir brechas no sistema de modo a ressignificar os sentidos que determinam o sujeito.

Ressignificação é isso, é produzir outros sentidos possíveis. Por isso, refletir sobre os instrumentos que utilizamos é estritamente necessário. Esse é um dos objetivos do Barracão. É importante compreender que as ferramentas não são neutras, elas fazem parte da constituição do sujeito numa dada formação discursiva, as quais influem nos modos de relacionamento, participam na produção de subjetividade.

2.3 Primeiras impressões: um relato

Nosso contato com as atividades do Barracão têm sido uma experiência curiosa. A comunidade nos recebe bem e, apesar da falta de estrutura notória, eles fazem o máximo para auxiliar no prosseguimento das atividades, ao mesmo tempo em que também se interessam pelo trabalho. Têm demonstrado, também, afirmações constantes de uma visão de grupo que não permite uma entrada com contrapartida simples e ingênua por parte deles. Pelo contrário, têm participado, opinado e requisitado muitas ações à equipe do Barracão. Já pudemos observar, também, que na comunidade, como na maioria das comunidades/grupos sociais, há um confronto ideológico já nesse espaço *micro*; nela mesma notamos uma estrutura, uma forma de organização que não é uníssona/uniforme, havendo disputas e tensões constantes que remetem a uma cena própria de hierarquização e luta pelo poder.

Nesse período de envolvimento com o projeto passamos por uma série de situações, vivências, momentos diversos, uma profusão de sentidos em movimento. Aliás, com a vivência no projeto, esse foi um conceito que foi ficando cada vez mais claro para mim, os sentidos realmente estão sempre em movimento, por isso a facilidade para se visualizar a importância de um campo como a Análise de Discurso em um projeto como o Barracão.

Considero importante ressaltar a maneira como esta pesquisa está inserida no projeto Barracão. Ao mesmo tempo em que é parte da equipe do projeto, o pesquisador

desenvolve esse trabalho de mestrado de maneira vinculada ao projeto maior que é o Barracão. Essa experiência de se fazer *um projeto de um projeto* é algo realmente complexo, ao mesmo tempo que também é enriquecedor. É uma prática de, a todo momento, estar no jogo do conflito, seja ele teórico-conceitual ou mesmo pragmático. Como definir os limites da pesquisa acadêmica quando inserido no próprio objeto? Não é algo simples. Talvez não seja o caso de perseguir uma tal forma de definir limites, mas entrar no jogo discursivo que uma prática como a descrita obrigatoriamente implica. Esse jogo discursivo, afinal, também é matéria-prima para a Análise de Discurso.

Uma das máximas da Análise de Discurso diz que os sentidos estão sempre em movimento. Ao focar isso, penso, principalmente, nos contrapontos que nosso imaginário acadêmico recebe quando estamos na comunidade desenvolvendo alguma atividade. Algumas investidas funcionam, muitas outras nem tanto, e algumas delas conseguem nos deixar realmente preocupados, fazendo com que tenhamos de reformular diversos planejamentos que já haviam sido previamente traçados.

Como já dito, o objetivo inicial do projeto era o de utilizar o espaço do Barracão para realizar uma série de oficinas e atividades diversificadas envolvendo arte, cultura e educação. Esse objetivo ainda existe, porém, por problemas estruturais e devido à natureza das atividades propostas, elas estão sendo desenvolvidas na Associação de Moradores do núcleo. Com a evolução do trabalho, o espaço físico Barracão ainda se configura como uma meta, porém é um espaço que precisa de um trabalho estrutural específico para que possibilite o desenvolvimento de outras atividades.

Atualmente, o projeto encontra-se com sua verba principal atrasada, o que implica diversas restrições no andamento das atividades, sendo que estas acabam por depender do esforço conjunto da equipe. Essa informação se faz necessária para que se compreenda a dinâmica das atividades e os motivos que explicam as características das atividades já em andamento.

A equipe do projeto é composta, principalmente, por pesquisadores do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp e orientandos da prof.^a Cristiane Dias, coordenadora do projeto. Até o momento, já foram realizadas oficinas-piloto de leitura com crianças,

oficinas de cinema e de artesanato com as mulheres do bairro e oficinas de informática com crianças e adolescentes, todos moradores do Eldorado dos Carajás. Dentre as atividades citadas, participei ativamente das oficinas de informática, as quais pretendo priorizar nas descrições e análises que aqui serão trabalhadas.

Minhas primeiras visitas ao Barracão ocorreram com algumas atividades-piloto que lá estavam sendo realizadas. A coordenadora do projeto me apresentou para o responsável comunitário presente naquele dia e ele nos apresentou a alguns membros que por lá passavam e às crianças que participavam das atividades esportivas que estavam acontecendo. Esse dia já foi o início do primeiro choque, que diz respeito aos sentidos sempre em movimento que mencionei anteriormente. Isto significa que já ali, naquele momento, meu imaginário já começava a ser desconstruído.

Nós chegamos com um discurso permeado fundamentalmente pelas ideias de liberdade e de troca, de construção conjunta, de atividades extra-curriculares, penso que podemos chamar de atividades com a característica *não-escola*. Como contraponto, percebemos que tudo ali funcionava com os sentidos em outra direção. No momento em que nos apresentava às crianças, o instrutor do futebol, conhecido na comunidade como “prof.” Luiz, já instaurava um tipo de relação não previamente imaginada, a partir de dizeres que privilegiavam conferir o peso institucional à nossa presença, “o pessoal da Unicamp está aqui”; além de reforçar uma relação unilateral, “eles vão trazer muitas atividades para vocês”. Ainda, ao definir o que iria acontecer, ele dizia para as crianças que elas precisavam nos respeitar e respeitar as atividades, pois todas elas seriam “curriculares”, ou seja, as crianças teriam de “participar sem reclamar”. Algumas vezes ele até dava exemplos, como quando mencionou as oficinas de cinema: “quando tiver lá assistindo filme, num é pra ficar reclamando que o filme é chato”. Vejam que no modo de enunciação, afetado pelo imaginário da Universidade como lugar do saber legitimado, dizer “pessoal da unicamp” confere legitimidade e autoridade a nós e às atividades que iríamos realizar. É o *discurso autoritário* funcionando, não deixando lugar para o *discurso lúdico* ou *polêmico*⁴.

4 Estamos aqui nos referindo a tipologia do discurso proposta por Orlandi (2006, p. 15). Para a autora é

Quanto ao uso do pronome de tratamento “Prof.” para se referir ao responsável pelo projeto 2º tempo e também morador do bairro Eldorado dos Carajás, é interessante apontarmos que nessa relação já está posta a importância da instituição, a força da escola e do curricular na figura do professor. Luiz não é professor, mas a posição que ele ocupa ensinando as crianças a jogar futebol lhe autoriza essa forma de tratamento, embora essa não seja sua profissão. O Prof. aí não remete à profissão, mas à posição de autoridade perante as crianças. Da mesma forma, essa posição de autoridade também funciona pela retomada própria da memória relativa ao futebol. Ali, Luiz atua como um “técnico” de futebol para as crianças e adolescentes que participam do projeto. Essa é a imagem que se constrói com sua atuação, condizente com o que essas crianças, por exemplo, veem na televisão, acompanham no mundo do futebol. Luiz usa vestimentas de técnico, tem uma postura de técnico, tem um apito na mão (o que já produz um sentido de autoridade). E, no mundo do futebol, é comum, mesmo para adultos que joguem na seleção brasileira de futebol, referirem-se ao técnico como “Prof.”.

No momento em que entrávamos em contato com esse funcionamento do discurso autoritário do curricular, com essa discursividade, compreendíamos, perfeitamente, que esse era o modo constituído ali naquele grupo, que era assim que “as coisas funcionavam”. Não que isso nos surpreendesse, mas gerava um certo incômodo, porque já iniciava ali uma relação baseada em moldes que não eram desejados na idealização do projeto. Sem contar que dizeres aparentemente simples e despretensiosos como o do exemplo da oficina de cinema acima mencionado já direcionavam os sentidos daquela relação que se iniciava. Afinal, com esse exemplo, ele já partia do pré-construído, do efeito de já dito, de que os filmes seriam “chatos” e que as crianças iriam “reclamar”, sendo que esse dizer funcionava quase que como uma medida cautelar para possíveis acontecimentos, direcionando a própria produção de sentidos por parte das crianças e adolescentes que participariam das

possível distinguir três tipos de discurso em seu funcionamento: o discurso autoritário, lúdico e polêmico. É dessa tipologia que ela parte para caracterizar o discurso pedagógico. O discurso autoritário seria aquele em que o referente está “ausente” e resultaria na polissemia controlada. O lúdico mantém o objeto presente e os interlocutores se expõem a essa presença, isso resultaria numa polissemia aberta. O polêmico mantém a presença do objeto mas os interlocutores não se expõem, procurando dominar o referente, dar-lhe uma direção, o que resultaria numa polissemia controlada.

oficinas. Interessante observar aqui que esse já-lá é um efeito do sentido da escola. Ao mesmo tempo em que a escola (o curricular) autoriza e legitima, ela desautoriza, porque o que vem dela é “chato”. Esse é o pré-construído que está funcionando aí, na contradição. É a ilusão do sentido já-lá de que fala a Análise de Discurso. O sentido sempre pode ser outro, mas o modo de constituição próprio do prof. Luiz, sua filiação ideológica já tinha como pré-construído quais seriam os sentidos produzidos pelas crianças, talvez até baseado nos sentidos que ele próprio já previamente construía para o que ali estava acontecendo e para o que viria a acontecer.

Naquele mesmo dia, a atividade-piloto realizada revelou alguns pontos importantes para o caminhar das atividades posteriores. O primeiro ponto foi a conclusão de que não era viável desenvolver as atividades do projeto nos mesmos dias, horários e local das atividades do futebol que ali aconteciam. Isso era visível no desinteresse que a maioria das crianças demonstrava. Apesar disso, no interesse observado em algumas delas, ficou claro que havia, sim, formas de despertar o interesse das outras para o projeto, mesmo com o futebol ao lado, pois ao abordar temas e passar vídeos que diziam respeito diretamente ao cotidiano daquelas crianças, muitas delas se mostravam interessadas, identificando-se com o que ali era mostrado, interagindo, conversando sobre a cidade e sobre a comunidade em que viviam.

Se pararmos para analisar, não é surpresa que algo assim tenha acontecido, afinal estamos falando de futebol, um elemento que constitui, de maneira agressiva, a memória nacional. Se pensarmos na comunidade em si e naquelas crianças que ali estavam naquele momento, isso ainda é potencializado, pois o modo como se constitui a comunidade, como já descrevemos antes, privilegia essa atividade. O Barracão enquanto espaço físico é praticamente a “casa do futebol” no Eldorado dos Carajás, ou seja, estávamos ali trazendo um contraponto a um dos grandes cerne da produção de subjetividade daquela comunidade e, principalmente, das crianças e adolescentes que ali estavam.

Dali em diante o contato foi se mantendo, o planejamento em conjunto com a comunidade era realizado e as ideias para as atividades do projeto iam surgindo e/ou sendo aprimoradas. O momento em si era difícil, pois a comunidade passava por uma troca de

administração na associação de moradores do bairro, fato que também delongou algumas ações do projeto, pois, como já dissemos, como todo grupo social, independente de tamanho, existiam ali diversas questões divergentes entre os membros da comunidade, relações de força, disputa pelo poder etc..

Fórum Permanente

Há um acontecimento em especial que necessita ser aqui relatado. No meio do ano de 2011, houve um evento conjunto na Unicamp, organizado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) e pelo Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb), envolvendo 2 projetos, um de cada laboratório, no caso do Labeurb, o representante era o projeto Barracão. No evento, houve uma mesa sobre o Barracão, com uma conversa com dois membros da equipe e com um membro da comunidade, o próprio prof. Luiz, já citado anteriormente. Penso que esse foi um momento único, em que ocorreu algo que é uma grande aposta do projeto, fazer a universidade circular na comunidade, mas também fazer a comunidade circular na universidade. Em um espaço predominantemente acadêmico, em que as apresentações eram diretamente ligadas às pesquisas em andamento, houve essa apresentação de um membro da comunidade, que foi até lá para falar sobre a comunidade e sobre o projeto mas sob a perspectiva dele, enquanto membro da comunidade, marcando a presença desta dentro do espaço acadêmico.

Foi um momento enriquecedor, em vários sentidos, pois além de desviar alguns padrões, agregou um valor diferenciado ao evento, com a comunidade representada por ela mesma dentro da academia. Luiz fez uma série de relatos sobre a história e sobre a situação do bairro, ocasionando, inclusive, uma grande interação com quem assistia e participava do evento.

Reuniões com a Associação de Moradores

Nos meses que se seguiram, muitas atividades foram acontecendo, reuniões de planejamento, oficinas de cinema, oficinas de artesanato e a preparação da infraestrutura para as oficinas de informática que aconteceram em novembro. Nas reuniões com a

comunidade podíamos perceber alguns dos seus principais anseios, bem como identificar algumas de suas características.

Na reunião de apresentação do projeto para a nova equipe que estava à frente da associação de moradores, pudemos perceber alguns pontos importantes. Aqui, alguns elementos do nosso imaginário de pesquisador acabaram se confirmando. Os sujeitos da comunidade possuem uma certa dificuldade para compreender a real proposta do projeto, esperando que levemos até eles algo bem diferente daquilo que foi aprovado pelo Ministério da Educação. Alguns membros da nova equipe da Associação de Moradores chegaram a discursar de forma mais incisiva, demandando a existência de atividades do tipo “profissionalizantes”, pois seria isso “o necessário para os jovens”.

No início, as atividades que pendiam mais para o âmbito artístico-cultural, estímulo da criatividade, tiveram certa dificuldade de aceitação. Felizmente, isso foi se modificando na medida que eles iam percebendo o envolvimento das crianças e das mulheres que participavam das oficinas.

Uma frase que ouvimos bastante quando eles vêm até nós para elogiar o projeto é aquela que diz “você tiraram as crianças da rua”. Quando eles formulam dizeres desse tipo, colocam o Barracão no lugar padrão de projetos sociais desenvolvidos em áreas ditas carentes. O interessante disso, é que, ao contrário dos demais projetos desse tipo, essa não é uma finalidade do Barracão, acaba se configurando apenas como uma consequência produzida pela própria dinâmica das atividades propostas.

Mas, mesmo esse não sendo um objetivo explícito do projeto, percebemos que eles sentem um certo conforto ao colocarem o projeto nesse patamar. Primariamente, podemos perceber que é isso que eles esperam de nós: levar atividades diversificadas para entreter e tirar as crianças da rua, bem como ensinar algum ofício que possa ser aproveitado no mercado de trabalho. O fato de o projeto não prever curso profissionalizante é algo com que, depois, eles acabaram se conformando. Mas, de uma forma ou de outra, eles acabam demonstrando esse anseio em outras atividades, como é o caso das oficinas de informática, na qual eles depositam uma grande “fé” acreditando que elas serão muito úteis para seus filhos “arrumarem emprego”. Talvez por isso as inscrições nas oficinas tenham sido tão

intensas, fazendo com que nós tivéssemos de encerrar as inscrições devido ao excesso de inscritos, algo que também não esperávamos.

Eles não estão errados. É algo que, sim, acabará, de uma forma ou de outra, sendo aproveitado para um fim de mercado, mas, de fato, não é um fim das oficinas, exatamente por serem oficinas e não cursos. Essa confusão com as nomenclaturas, inclusive, tem se mostrado um tanto problemática também. Eles não conseguem conceber as oficinas, tudo continua sendo curso, alguns até esperam diploma e formatura, outros reclamam da pouca quantidade de aulas e querem que continuemos por mais tempo com cada turma.

Pude perceber, também, que nesses momentos de conversa em que o Barracão acaba por ser situado nesse lugar padrão de projetos sociais eles ficam mais à vontade na conversa com a equipe do projeto. Geralmente, são os momentos em que eles mais se manifestam, dando ideias, sugestões, reclamando, contando histórias etc..

Em novembro, aconteceram as oficinas de informática, que demandaram um empenho peculiar da equipe do projeto. Abordaremos esse momento mais adiante.

Planos

Terminamos o ano de 2011 sem conseguir realizar todas as oficinas que pretendíamos. Infelizmente, os problemas estruturais ainda eram um fator complicador. Às vezes, a falta de mais pessoas para ministrar as oficinas também era um problema, ponto que foi trabalhado para o ano seguinte, sendo que novos colaboradores integraram o quadro de oficineiros para auxiliar nas atividades.

O ano de 2012 começou com um planejamento expandido para a realização de muitas outras oficinas, dentre elas uma oficina de metarreciclagem que contaria com o apoio de diversas pessoas e também uma oficina de edição de som que havia sido planejada para o fim de 2011 mas que não foi possível de ser realizada.

Ao meu ver, o ano de 2011 terminou de uma forma bem positiva. Para um projeto que teve sua verba atrasada em aproximadamente um ano e meio, muitas atividades foram realizadas, movimentando a comunidade e consolidando a ideia do projeto Barracão.

Em dezembro do ano de 2011, antes do recesso de fim de ano, parte da equipe foi

até a comunidade e participou com eles de uma confraternização. Percebi que nós acabamos por nos tornar elementos constitutivos do ambiente da comunidade, sendo que eles não só nos recebiam bem, como também sentiam nossa falta, querendo nos integrar em cada vez mais investidas que envolvessem a comunidade etc..

3. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1 Análise de Discurso

Os sentidos não existem em si mesmos, são determinados pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Tais posições se inscrevem em formações ideológicas específicas. Assim, o papel principal é da ideologia que, “através do 'hábito' e do 'uso', está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso, às vezes, por meio de 'desvios' linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de 'retomada do jogo’” (Ibid., p. 159-160, grifos do autor).

Ao tomarmos o campo da Análise de Discurso (AD) como base, precisamos perceber que ele procura compreender o social em suas tensões. São tensões constitutivas das relações sociais. A AD busca compreender, ainda, o funcionamento discursivo de determinado objeto. Sendo assim, faz perguntas do tipo: Como um objeto funciona? e Como ele produz sentido?. Parte de Pêcheux (1995) a ideia central da análise de discurso, a linguagem não é transparente, apesar de assim ser considerada por diversos campos teóricos. Para ele, sob a suposta transparência da linguagem está mascarado o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. A AD baseia-se na ideia de não-transparência da linguagem, a busca incessante é pela materialidade discursiva, ou seja, a opacidade dos sentidos, suas tensões, contradições, equívocos e seus processos. O ponto crucial dessa teoria, inaugurado por Pêcheux, é a articulação entre linguagem e ideologia.

De início, torna-se importante fazermos uma distinção teórica concernente ao próprio campo da Análise de Discurso. Estando inscritos na Análise de Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux e tendo por base também a obra de Eni Orlandi, optamos por prosseguir com uso do termo Análise *DE* Discurso, ao invés de Análise *DO* Discurso, de modo que nosso desenvolvimento teórico mantenha maior consonância às reflexões de Eni Orlandi, pois parte expressiva de nossa fundamentação teórica está calcada em suas obras.

É uma escolha que a autora faz a partir de uma reflexão sobre os termos no idioma francês⁵.

Assim, na Análise de Discurso, o interesse é no funcionamento, no *como* o objeto analisado funciona dentro de determinadas condições de produção. Nisso consiste o que nos ensina Orlandi (2007) sobre atentar para a “superfície linguística”, isto é, olhar para o material de que dispomos e “de-superficializá-lo” (ORLANDI, 2006c), de modo a construir nosso objeto discursivo que, em sua formulação e circulação, produz sentidos.

Podemos descrever nossa superfície linguística como sendo o material de registro que temos do primeiro ano de atividades realizadas no projeto, durante o ano de 2011. O material consiste em uma série de fotos, vídeos, fichas cadastrais, além dos materiais que foram produzidos nas oficinas. O objeto discursivo, segundo Pêcheux (2010, p. 181), pode ser entendido como “o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente dessuperficializado”. Nosso objeto discursivo foi construído a partir de uma seleção de recortes dentre os materiais citados anteriormente. Para esta pesquisa, escolhemos trabalhar, principalmente, com enunciados/dizeres produzidos no processo, recortados do material de registro como um todo, com especial atenção aos vídeos das oficinas de Inclusão Digital que ocorreram no mês de novembro de 2010. Além disso, também constituem parte importante do nosso corpus, as fichas cadastrais dessas mesmas oficinas, que funcionaram como “mini-questionários”, que foram dados aos moradores do bairro para que respondessem a algumas perguntas com o objetivo de auxiliar a construção dos perfis das turmas. Retomaremos isso mais a frente.

O trabalho com AD, como dissemos, presume construir um objeto discursivo. Esse objeto, segundo Orlandi (2006c), é o próprio material analisado, mas já resulta de um passo de análise. Isto é, entramos em contato com um material, dito bruto, promovemos a de-superficialização que mencionamos anteriormente, que nada mais é que o primeiro passo da análise, seleção e reflexão inicial acerca do corpus e, em seguida, já a partir de nosso objeto

5 “Esta questão se pôs em francês porque a diferença de/du(do) era relevante pois o efeito de sentido com “de” era de “um” discurso enquanto “du” abria para os discursos em geral. A meu ver, em nosso caso, Análise de Discurso produz melhor esse efeito de discurso tomado em geral, como objeto e não como um discurso (do discurso político, do discurso jurídico etc)” (ORLANDI, 2008, p. 55).

discursivo formulado, chegamos ao processo discursivo, que é definido como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc. que funcionam entre elementos linguísticos – significantes – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), verificando, com o suporte teórico descrito, como nosso objeto funciona e produz sentidos.

Para nossas reflexões neste trabalho, consideramos relevante mobilizar a teorização dos conceitos de falha, equívoco e contradição, conceitos centrais da Análise de Discurso, que vão sustentar parte expressiva de nossa compreensão nesse trabalho, a começar pela contradição constitutiva da Inclusão Digital, como abordaremos mais adiante.

Pêcheux (1995, p. 157) define a *contradição* como o efeito de produzir como resultado uma causa de si. Essa definição vai embasar nossa problematização do termo *Inclusão Digital*, mais precisamente do termo *inclusão*. A inclusão, em tese, surge para combater a *exclusão*. Mas, na contemporaneidade, a própria inclusão produz o efeito da exclusão, marca um “estar fora”, e aí reside a contradição do termo, pois a inclusão produz como resultado a própria exclusão que, em tese, seria a causa, o motivo de se existir a inclusão.

Na AD, não se sai da contradição, fica-se nela. O equívoco e a contradição são constitutivos ao modo de funcionamento do discurso. A falha, que é constitutiva da língua, produz, ela mesma, o efeito do equívoco que funciona no discurso. “Toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Para Lagazzi (2006, p. 84), “discutir a equivocidade é abrir espaço para tornar visível a contradição de diferentes interpretações”. A falha, é, também, da ordem do simbólico, sendo que “o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história” (ORLANDI, 2008, p. 102-103).

O intento da pesquisa é trabalhar a partir de enunciados recortados do material de

registro do Barracão, dos dizeres produzidos, no âmbito da tensão entre a descrição e a interpretação, produzindo novos pontos de deriva possíveis, expondo-se ao efeito do equívoco próprio do discurso.

Ainda na linha da contradição, Pêcheux (1995, p. 93) diz que “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os 'processos discursivos', na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes”, e isso acontece com todo e qualquer processo discursivo.

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Para Pêcheux (Ibid., p. 144), a ideologia não se impõe de forma igual e homogênea à sociedade. Na análise, o objeto discursivo deve ser indagado na relação com a formação ideológica da Inclusão Digital e dos sujeitos envolvidos no processo discursivo, pois são as formações ideológicas que determinam as formações discursivas, embora não de forma homogênea. No caso dos moradores do Eldorado, participantes do projeto Barracão, as formações discursivas são heterogêneas, porém, é possível perceber que, afetadas pelas condições de produção, e levando-se em conta o funcionamento da formação ideológica da Inclusão Digital na comunidade, inscrevem-se, predominantemente, na formação discursiva do governo. Vale lembrar que, para Orlandi (2006, p. 17), as formações discursivas são “a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. Ou seja, a formação discursiva depende de uma formação ideológica, em uma conjuntura previamente

estabelecida.

Essa projeção na linguagem das formações imaginárias diz respeito ao fato de que o par língua-ideologia afeta diretamente a constituição dos sujeitos e dos sentidos, bem como a formulação e a circulação dos enunciados. Dessa forma, é a formação discursiva quem vai determinar *o que pode e deve ser dito*. Os sujeitos se inscrevem em uma formação discursiva que representa uma formação ideológica e “podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1995, p. 163). Temos então dois elementos, a ideologia e o sujeito (que se manifesta como sujeito de seu discurso), ambos dominados por determinada formação discursiva.

Com isso, o sentido não existe em si mesmo, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico. Pêcheux (1995, p. 160) diz que: “(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Posições estas que se inscrevem em formações discursivas específicas e que, como afirmamos, são determinadas pelas formações ideológicas.

Nas relações sociais, os sujeitos convivem e se relacionam a partir dessa filiação a formações discursivas com as quais se identificam, de forma que sujeitos vinculados a uma mesma formação discursiva identificam-se no âmbito do dizer, mais precisamente, *do que pode e deve ser dito*. É válido dizer que as semelhanças de filiações não apagam a singularidade do sujeito, pois “todo sujeito é assujeitado no universal como singular insubstituível” (Ibid., p. 171).

A memória é outro conceito fundamental para nossa compreensão do processo de produção/formulação/circulação de dizeres e enunciados, uma vez que esse processo é afetado pelo (e acontece no/por meio do) interdiscurso, que é a memória: “O interdiscurso é irrepresentável. Ele é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, experimentadas” (Ibid., p. 18). E é aí

que aparece aquilo que a AD vai chamar de efeito de *pré-construído*, que é “a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo dizer” (Ibid.). Ao formularmos somos afetados por todos os dizeres e discursos circulantes, assim, o pré-construído é constitutivo de nossas formulações, como vimos anteriormente no exemplo do Prof. Luiz.

Quando dizemos “estamos”, “somos”, falamos de nós não como indivíduos, mas como sujeitos, uma vez que já somos afetados pela língua e pela ideologia. Todo indivíduo está determinado por uma forma-sujeito que o inscreve na história. “A forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1973, apud ORLANDI, 2006, p. 18). Como diz Pêcheux (1995, p. 144), “ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas”, indo de encontro à forma-sujeito de Althusser, isto é, a ideologia interpela um indivíduo em sujeito de forma que ele possa ser agente de uma prática social. Orlandi (2006, p. 19) nos lembra que esse assujeitamento está relacionado à “natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico pela ideologia: se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história”. A questão principal da reflexão de Pêcheux sobre a ideologia é que para o autor “os aparelhos ideológicos de estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)” (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Dessa forma, não há possibilidade de taxonomizarmos ideologias, por exemplo, um tipo para cada classe social, pois, como vimos trazendo até o momento, as ideologias também possuem essa característica de movimento e mudanças. A comunidade do Eldorado, por exemplo, pode, no momento em que o projeto Barracão ocorre, estar afetada pela formação ideológica da Inclusão Digital. Mas isso não funcionará de forma fixa, estanque, dependerá e se constituirá na relação com as condições de produção. Eis a contradição em seu funcionamento.

Para a AD é pela linguagem que se pode investigar o funcionamento da contradição, “trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da

língua na história para que ela signifique” (ORLANDI, 2008, p. 21). Para Orlandi, o que a Análise de Discurso efetivamente faz é interrogar a interpretação. É um trabalho contínuo com os gestos de interpretação presentes nos textos, meios para se atingir os discursos, interagindo com os efeitos de sentido que são produzidos, como já dito: ideológicos, simbólicos, políticos.

Na análise propriamente dita, ao utilizarmos o conceito de formação discursiva, percebemos que um objeto discursivo pode ser, na verdade, atravessado por diferentes formações. Cada formação discursiva corresponde a uma posição sujeito distinta, diferentes formas de ser afetado pela ideologia. Na relação comunidade-equipe do projeto podemos perceber uma série de posições-sujeito distintas em funcionamento: o professor, o estagiário, o agente comunitário, o presidente da associação etc., sendo que cada uma dessas posições diz respeito a diferentes filiações a uma formação discursiva determinada por uma formação ideológica, a saber, governo, escola, academia etc..

Desse modo, na análise, ao interpretar, estamos nos expondo à opacidade do texto, procurando demonstrar o processo de produção de sentidos do objeto, e

se não nos ativermos aos conteúdos da linguagem, mas ao funcionamento do discurso, podemos procurar compreender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. A ideologia não é assim um conteúdo “x” mas o mecanismo de produzir “x” (ORLANDI, 2006c, p. 25).

Todos esses conceitos e noções que descrevemos até aqui são constitutivos do dispositivo teórico da interpretação em análise de discurso. É o dispositivo teórico que determinará a natureza do dispositivo analítico, pois este é construído de maneira personalizada, customizada, subordinado às condições de produção em que se encontram o analista, seu objeto e as formações discursivas e ideológicas que os determinam na observação do funcionamento discursivo no momento da análise, como dissemos, como o objeto discursivo (já construído) funcionará e produzirá sentidos.

Orlandi (Ibid., p. 26) nos lembra que o dispositivo analítico dependerá, ainda, “da

região teórica em que se inscreve o analista (linguística, história, antropologia, literatura etc.)”. Dessa forma, para a formulação de seu dispositivo analítico, além de todo esse aporte da própria análise de discurso, o sujeito à frente da análise ainda poderá se utilizar de outros conceitos que dependerão da área da qual ele advém. A proposta do dispositivo teórico

é que ele produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. Em outras palavras, que ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações. E o dispositivo analítico deve oferecer procedimentos (paráfrase, substituição etc.) para que ele possa explicitar isso (Ibid.).

A análise de discurso é um campo teórico que analisa o social em suas tensões, de modo a observar/explicitar o confronto do simbólico com o político nos processos discursivos de produção de sentidos. É esse o jogo do conflito com o conjunto complexo das formações. Os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento, os sentidos podem sempre ser outros. O político está presente nas condições de produção de todo dizer, “não há dizer que não seja político” (Ibid., p. 28). É este movimento constante de confrontos, tensões, sentidos e sujeitos, em funcionamento, produzindo sentidos, que interessa ao analista, essa incompletude marcante na linguagem.

Nessa linha, Orlandi (Ibid.) diz que não há uma origem dos sentidos e dos sujeitos, pois “eles estão em constante movimento na história. É este movimento o objeto de observação do analista, ao mesmo tempo em que ele deverá explicitar a determinação histórica dos sentidos e dos sujeitos, num vai-e-vem constante entre a descrição e a interpretação”. Aliás, como traz Orlandi (2007, p. 15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Se a língua é viva, o discurso também o é, estando em constante movimento, de sentidos, enunciados, sujeitos...

Na AD, mobilizamos conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística. Atentando para a questão do sentido, Orlandi (2007, p. 25) diz que a

“Análise de Discurso se constitui no espaço em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e com as Ciências Sociais”. Para a autora, em uma perspectiva discursiva, “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (Ibid.). Porém, com o confronto do político com o simbólico, a AD coloca “questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam” (Ibid., p. 16). Ou seja, a AD traz a ideia da materialidade discursiva, sendo, como diz Orlandi (2006c, p. 17), o discurso a materialidade específica da ideologia e, a língua, a materialidade específica do discurso.

3.2 Coisas-a-saber sobre nossa forma-sujeito contemporânea

A partir do que trouxemos do pensamento de Pêcheux, podemos entrar em um outro âmbito de sua articulação entre ideologia e linguagem. Como dissemos, Pêcheux inova justamente ao fundamentar seus trabalhos na articulação entre ideologia e linguagem, centrando-se nos sujeitos, sendo que vale introduzir aqui duas máximas do autor sobre a ideologia: 1- só há prática através de e sob *uma* ideologia; e 2- só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.

Nessa parte, é justamente sobre a segunda máxima que vamos nos debruçar um pouco mais. Pêcheux vai investir, em toda a sua obra, na fundamentação diretamente ligada ao conceito de sujeito, é o indivíduo, revestido de uma forma-sujeito, que poderá ser inscrito na história e tornar-se agente das práticas sociais.

Analisando, então, a nossa forma-sujeito contemporânea, percebemos que ela corresponde ao sujeito-capitalista, sustentado pelo jurídico, um sujeito que é submetido a um rol de leis que deve seguir para se legitimar no âmbito da sociedade. Orlandi (2008, p. 104) diz que

o sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua

coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade.

Esse sujeito está vinculado a uma determinada ordem urbana que é atravessada pelo sentido de administração e controle, em que funcionam tensões constitutivas das relações sociais. Como nos lembra Lagazzi (2010, p. 75), “no esforço da contenção dos litígios que atravessam o espaço urbano, as políticas públicas se marcam pela necessidade de produção do consenso”. Consenso este que, muitas vezes, é um dos maiores vetores do controle social dos indivíduos. O próprio Michel Pêcheux (2002, p. 30) já nos falou de uma multiplicidade de técnicas de gestão social dos indivíduos, “marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos...”.

Essa homogeneização/uniformização é própria da nossa forma-sujeito, como diz Pêcheux (Ibid., p. 33),

o sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os 'simples particulares' face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos)...

O sujeito pragmático de que nos fala Pêcheux (2002) é marcado por essa necessidade de homogeneidade lógica, o logicamente representável, porém, na verdade, é atravessado por equívocos, a falha da língua na história que produz essa falsa aparência da tal homogeneidade lógica. E isso caminha com potencializações, tendo em vista a explosão tecnológica e de artefatos que nos acompanham cada vez mais em nosso cotidiano. É uma lógica da dispersão, mas que ao mesmo tempo encontra seu próprio caminho, construindo e

reconstruindo, a cada dia, novas formas de ordenamento, é como se a lógica do hipertexto⁶ digital se resignificasse no meio social.

O espaço urbano e social evidencia-se dentro de arquiteturas uniformizantes e homogeneizantes, produzindo novos efeitos de sentidos, novas formas no imaginário social, pondo em xeque a(s) subjetividade(s) e a(s) singularidade(s). Assim, “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2007, p. 42). Acabamos por nos encontrar em um espaço de tensões cada vez mais evidentes, com confrontos e dicotomizações constitutivos de um novo modo de relacionamento social. Como diz Pêcheux (2002, p. 33),

nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolha políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros.

Ou mesmo, como coloca Jean-Françoise Lyotard (1993, p. xvii), quando questiona essas nossas formas de legitimação. Indaga ele: “seria pelo consenso, obtido por discussão, como pensa Habermas?”, para Lyotard (Ibid.) “isto violentaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem”, pois “a invenção se faz sempre no dissentimento”. Ora, e a que isso remete se não a processos de resistência? A luta do sujeito contra a arquitetura uniformizante, a busca pela sensação do *um* em um imenso coletivo social. É a resistência funcionando no processo de individualização do sujeito pelo Estado.

Todos esses elementos e artefatos que são caros à subjetividade do sujeito

6 Hipertexto é “um texto estruturado em rede. O hipertexto é constituído por nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e por links entre esses, referências, notas, ponteiros, “botões” indicando a passagem de um nó a outro” (LÉVY, 1999, p. 56). Ou, ainda, no glossário do mesmo livro, redigido por Carlos Irineu da Costa, hipertexto é uma “forma não-linear de apresentar e consultar informações. Um hipertexto vincula as informações contidas em seus documentos (ou “hiperdocumentos”, como preferem alguns) criando uma rede de associações complexas através de hyperlinks ou, mais simplesmente, links”.

pragmático de que nos fala Pêcheux (2002) são tratados por ele no âmbito das coisas-a-saber, “conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente” (Ibid., p. 34-35). Para ele as coisas-a-saber

representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do “sujeito pragmático”: isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista (o fato de que seja “real”, qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real); não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por essa doença; é mesmo o contrário (Ibid.).

O discurso da Inclusão Digital joga com essas coisas-a-saber. São sentidos que circulam e capturam os sujeitos justamente por meio da relação com o imaginário, do que se tem, do que se precisa, do que é necessário tornar-se. Em uma comunidade dita carente, os sujeitos facilmente produzem sentidos pragmáticos ao discurso da ID, sendo que ela produz um efeito específico nesses sujeitos, particularmente o sentido do incluir-se, da ascensão social.

Para Pêcheux (2002, p. 54), as coisas-a-saber “não são jamais visíveis em desvio, como transcendentais históricos ou epistemes no sentido de Foucault, mas sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por ‘interação’”. O autor ainda complementa, dizendo que as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender” (Ibid.). Na passagem, Pêcheux faz uma crítica ao pensamento de Foucault, no que diz respeito à visão da história como determinante do sujeito. A história para a AD está no plano da interpretação. A história se constitui por fatos, e os sujeitos, munidos de instrumentos ideológicos, políticos e culturais, atribuem sentidos a esses fatos, os interpretam. Nessa perspectiva, as coisas-a-saber de Pêcheux não são elementos já dados, prontos. Elas se constituem e se produzem nas relações dos sujeitos com as formações discursivas e ideológicas. Não há interação com um sentido já-lá, o que há são filiações às formações discursivas, produzindo sentidos, sendo que estes estão sempre em movimento.

Pêcheux também irá questionar a possibilidade da existência de um “real”, pondo-a

em xeque, admitindo que possam existir outras formas de “real”, não coincidentes com as que fazem parte da ordem comum. O autor, também, nessa mesma lógica, traz a possibilidade da existência de um outro tipo de saber, “que não se reduz à ordem das 'coisas-a-saber' ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (Ibid., p. 43). Dessa forma, ainda no plano do possível, Pêcheux propõe essa abordagem da *falha*, demandando procedimentos que propiciem uma análise do “fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos 'mundos normais” (Ibid., p. 51). Orlandi (2007) vai nos dizer que essa falha é constitutiva do discurso, sendo ativa e necessária na produção dos sentidos e, mais uma vez, como nos diz Pêcheux (2002, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Se tomarmos a *inclusão* como sendo uma unidade equívoca, podemos analisar o projeto Barracão como buscando uma desestabilização da univocidade lógica do sentido de inclusão, que funciona, justamente, pela contradição, como afirmamos anteriormente⁷. Como incluir um sujeito que sequer está excluído? Como querer integrar um sujeito a uma suposta “nova” sociedade? Como fazer-lhe ressignificar e produzir conhecimento se por sua própria condição de produção ele possui outras necessidades a partir das quais já significa e produz conhecimento? Tudo isso (e muito mais) constitui a inclusão como uma unidade equívoca.

É exatamente esse espaço de equívoco e contradição que vai interessar à Análise de Discurso. Ao enfocar os extremos do objeto da Linguística, Pêcheux irá perceber um atravessamento, uma divisão discursiva entre dois espaços: “o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento”, e, continua o autor, o de “transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das

⁷ Ver p. 21

interpretações” (Ibid., p. 51). O lugar do possível entre esses dois espaços é o que vai interessar para o autor, uma região discursiva intermediária, em que “as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos” (Ibid, p. 52). Trabalhar nesse *entremeio*, nisso consiste o objeto da Análise de Discurso, o lugar do possível dos sentidos e dos sujeitos.

Em meio a tantas e múltiplas possibilidades, a forma-sujeito contemporânea funciona e se constitui em um contexto de muitas reconfigurações, no que tange, por exemplo, à constituição dos espaços de sociabilidade. O digital inaugura uma nova forma medial, deslocando os sujeitos e os sentidos, ressignificando conceitos. Acontece o que aconteceu com o Barracão, que passou de espaço físico a espaço simbólico de produção de sentidos.

A velocidade e troca de informações via rede mundial de computadores pode ser um bom exemplo. Com ela, há uma desterritorialização⁸ generalizada, espaços de sociabilidade, processos sociais e discursivos se ressignificam na rede: são instituições que só existem virtualmente, são reuniões mediadas por máquinas, são manifestações e movimentos sociais que sequer levam um sujeito à rua. Esse cenário de reconfigurações e seus efeitos no modo de subjetivação do sujeito será ainda abordado mais à frente.

3.3 Aproximações e distanciamentos teóricos

Como dissemos, estamos calcados, neste trabalho, na perspectiva teórica da Análise de Discurso. Contudo, mobilizamos também conceitos de autores de outras linhagens de modo a nos revestirmos de uma base teórica que nos ofereça outros subsídios para a compreensão e análise de nosso objeto. São outros conceitos que têm, certamente, interlocução possível com a AD, embora com diferenças a serem consideradas. Assim, além de autores da AD, promoveremos uma conversa com Félix Guattari, que muito nos

⁸ Abordaremos a desterritorialização mais a frente com Félix Guattari.

auxilia com seu conceito de subjetividade, assim como com Michel Foucault, com suas reflexões sobre o saber, o poder e a política.

Embora aproximações e divergências entre autores tão diversos sejam comuns, faz-se necessário, desde já, fazer uma distinção teórica no que diz respeito, principalmente, às linhagens de Pêcheux e Foucault, tendo em vista que ambos estudaram temáticas similares, mas com perspectivas bem diferentes.

A principal demarcação teórica entre os dois autores é a forma de lidar com a ideologia. Paul Henry (2010) traz em seu texto algumas definições de ideologia na obra de Michel Pêcheux. Uma delas diz: “Do lado das relações sociais, a ideologia é um processo que produz e mantém diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes e, acima de tudo, a divisão fundamental entre trabalhadores e não trabalhadores. Neste caso, a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção (HENRY, 2010, p. 23).

Henry (2010, p. 24) ainda analisa a visão de Pêcheux sobre a prática política, dizendo que o instrumento da prática política é o discurso e que “a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Paul Henry (2010) faz algumas aproximações entre Pêcheux, Foucault, Lacan e Althusser, tentando definir os devidos distanciamentos desses autores com o Estruturalismo, corrente teórica predominante nos anos 60. Henry (Ibid., p. 30) diz que

não se encontra em Lacan, em Foucault, ou em Derrida uma definição “positiva” qualquer de sujeito enquanto entidade; encontra-se somente sua posição. Deste modo, torna-se possível dar conta da sujeição transcendental em si e de suas consequências, como tendo relação com este “sempre-já-lá” da linguagem (ou de signo) em tudo que se refere ao sujeito, e não fazendo referência a uma possível credibilidade que seria inerente à natureza humana.

Henry (Ibid.) afirma que podemos encontrar algumas ligações entre Pêcheux e Foucault, no que diz respeito ao *discurso*. Em nível teórico, por exemplo, Foucault traz

uma noção de *formação discursiva* que se assemelha, em alguns pontos, a de Pêcheux. Além disso, precisamente falando em nível prático, Henry (Ibid., p. 29) diz que “Foucault nunca tentou elaborar um dispositivo operacional de análise do discurso”. Pêcheux, continua o autor, “partilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das ideias que pode explicar por que ambos, mais do que qualquer outro autor, focalizaram o discurso” (Ibid.).

De fato, Foucault, em sua *Arqueologia do Saber*, propõe conceituações em relação ao discurso e às formações discursivas. Para Foucault (2008, p. 43), a formação discursiva ocorre quando se é possível “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações)”. Porém, o trabalho de Foucault diferencia-se do de Pêcheux, principalmente, pela forma como Foucault encara o sujeito e a consciência e, também, por não ter a ideologia como um elemento mais central.

O que ocorre é que com o avançar de seus estudos, Pêcheux segue muito mais pela linha de Althusser do que pela de Foucault, e Henry (2010) ainda adiciona a essa comparação, lado a lado com Foucault, Lacan e Derrida. Pêcheux vai se centrar nas problemáticas do sujeito e da ideologia, e essa é uma das grandes diferenças da obra de Pêcheux em relação aos demais, a ideologia. A ideologia como produção de evidências, a evidência dos *sempre-já sujeitos*, o efeito ideológico elementar de Althusser. Isso ocorre, para Pêcheux (1995, p. 149), a partir de duas máximas, já introduzidas acima⁹: 1- só há prática através de e sob *uma* ideologia; e 2- só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.

em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” - seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (Ibid.).

9 Ver p. 27

Dessa forma, explica Henry (2010, p. 34), a diferença entre Althusser e Lacan/Derrida/Foucault, é que “os três últimos referem o sujeito a uma *impossibilidade*, ou seja, a impossibilidade de escapar do 'jogo ou ordem do signo' (retomando a formulação de Derrida), enquanto com Althusser tem-se a impossibilidade de escapar da ideologia” (Ibid.). É usando as bases deixadas por Althusser, que Pêcheux irá tecer suas teorias.

E a diferença entre Pêcheux e os demais já citados e, principalmente, Foucault, que também nos interessa bastante nesse trabalho, é que Pêcheux promoveu uma articulação entre linguagem e ideologia, algo que ainda não havia sido feito. Foucault tinha interesse pela linguagem, bem como Lacan e Derrida. Althusser centrou-se na ideologia. Pêcheux inaugurou o grande deslocamento a partir dessa articulação.

O que vemos com toda essa fervura teórica são autores produzindo uma série de investidas com intentos de renovação, colocando como elemento central das formulações, o sujeito. O que muda são os pressupostos que guiam essas teorias e esses autores. Como nos ajuda a compreender esse cenário pulsante de ideias dos estudiosos já referidos, Paul Henry (2010, p. 35) vai, ainda, deixar bem clara essa diferenciação, dizendo que os discursos, para Foucault, são enunciados, e que ser sujeito para esse autor é “ocupar uma posição enquanto enunciator” (Ibid.). Ele completa dizendo que “aquilo que é ser um sujeito para Foucault é consistente com sua concepção de discurso. E podemos dizer que seu sujeito é o sujeito do discurso tal como ele o concebe” (Ibid.).

Dessa forma, Henry (Ibid.) delimita o que é discurso para Pêcheux e o que é Discurso para Foucault, e reforça: “o discurso de Pêcheux não é o de Foucault”. Assim, percebemos as diferenças principais no pensamento desses dois autores que tanta importância representam em nossa discussão. São diferenças, não impossibilidades, a inovação promovida por Pêcheux não apaga a notória importância dos demais autores para o pensamento em ciências humanas. O próprio Henry (Ibid.) ainda faz uma analogia entre as teorias de Pêcheux e Foucault, relacionando o impacto da Análise de Discurso de Pêcheux nas Ciências Sociais com o impacto da Arqueologia do Saber de Foucault na História das ideias.

Para nós, o interesse por Foucault reside, principalmente, em suas reflexões sobre o

saber, o poder e a política, naquilo que esses conceitos podem nos auxiliar na compreensão dos processos de subjetivação do sujeito morador do Eldorado dos Carajás que participa das atividades do Barracão, bem como do discurso da Inclusão Digital, entendida como instância ideológica de produção de sentidos de/sobre poder/saber/política/cidadania.

3.4 Saber, Poder, Política e Cidadania

A cidade introduz a dimensão da representação sensível de suas formas, ao lado da consideração de um espaço de cidadania (ORLANDI, 2004, p. 11).

No que concerne ao funcionamento do discurso de Inclusão Digital, já levando em consideração aspectos ideológicos e relacionados à formação discursiva com seus discursos e práticas instituídas, temos relações outras implicadas no processo, como, por exemplo, a relação com a discursividade da escola. A escola, aqui também podendo ser vista pelo viés de uma instituição de educação não-formal, como é o caso de um telecentro, “na medida em que é lugar de elaboração de conhecimento e de sua colocação à disposição dos diferentes indivíduos que são parte da sociedade, teria que reforçar o funcionamento da cidadania” (ORLANDI, 2008, p. 159).

A cidadania é um tema constante de discussão em nosso país, mesmo com suas premissas em alguma medida controversas, pois como nos lembra Orlandi (Ibid.), “no Brasil (cf. Orlandi, 1999¹⁰), contraditoriamente à nossa história republicana, não se nasce de fato cidadão. Coloca-se sempre a cidadania como um objeto, um fim desejado, ainda sempre não alcançado. A cidadania – e com ela a ciência que nela se representa – é um vir a ser constante nunca realizado”.

Orlandi (2004, 2010) nos fala da cidadania colocando-a em xeque pela perspectiva como circulam os seus discursos em nossa sociedade atual. Como abordar a cidadania? O que é cidadania? Mais importante do que defini-la é perceber, como nos lembra Orlandi (2010), que nos dias de hoje o sentido de cidadania (e de muitas outras concepções

10 ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Pontes, Campinas, 3ª edição, 2001.

constitutivas da vida cotidiana na cidade) sofre o que ela chama de *diluição*, isto é, pelas formas como o percurso sócio-histórico e as condições de produção atuais se instituíram em nossas formações discursivas (e ideológicas), torna-se cada vez mais difícil definir o conceito de cidadania, bem como torna-se difícil a apreensão de seus sentidos pelos sujeitos. O que dificulta essa definição são as reconfigurações da vida em sociedade que se tornam cada vez mais intensas e constantes, como é o caso da emergência do digital e da sociedade da informação que abordaremos mais à frente, promovendo deslocamentos de diversos tipos e em diferentes instâncias, fazendo com que a cidadania signifique de diferentes formas.

Sendo assim, a produção de sentidos que funciona acerca do conceito de cidadania se modifica a partir das diferentes formas de reformulação/ressignificação que ocorre nos diferentes segmentos da sociedade, seja por interesses comunitários por parte de comunidades específicas, seja por interesses político-econômicos por parte do Estado, seja por interesses pessoais por parte dos sujeitos. Assim, para Orlandi (2010, p. 19), “a subjetivação como ruptura não é a que interessa. Se a diluição é o modo de existência nos tempos contemporâneos, é necessário forjar procedimentos e intervenções capazes de marcar o seu lugar. Ao invés de desligar, romper, subverter, é preciso ligar, afirmar, sustentar”.

Os sentidos podem sempre ser outros, sendo assim, por que o problema com essas indefinições sobre cidadania? Aqui, o que nos interessa, de fato, é como isso funciona, a maneira como isso ocorre, os elementos motivadores dessas práticas, aquilo que orienta as diversas compreensões dos diversos atores, sendo que aqui influem aspectos políticos, econômicos, jurídicos, administrativos etc., afinal, lembrando de nossa discussão anterior, somos sujeitos-capitalistas, sustentados pelo jurídico, atravessados por uma série de formações discursivas, sejam elas de ordem política, econômica ou social.

Segundo Lagazzi (2010),

o acesso dos sujeitos à esfera estatal só é permitido aos indivíduos despojados de sua condição de classe e qualificados por uma determinação jurídica: o acesso ao Estado só é permitido aos indivíduos na condição de cidadãos. Ao só franquear o

acesso ao Estado aos indivíduos na condição de cidadãos, a ideologia jurídica permite que se constitua o vínculo que possibilita a passagem da sociedade civil ao Estado, ou melhor, a ideologia jurídica vai permitir que se estabeleça o meio de expressão no Estado, sob a forma de interesse geral, dos diversos e contraditórios interesses particulares que se chocam na sociedade civil, e que por força dessa “ultrapassagem” negam a sua determinação particular. Tudo se passa, portanto, como se o Estado, anulando as classes, anulasse com isso a própria contradição, se erigindo em lugar da não-contradição, onde se realiza o “bem comum” (Ibid., p. 78-79).

Como podemos perceber com Lagazzi (2010), as políticas públicas se constituem a partir de uma necessidade constante da produção do consenso e a cidadania acaba por se firmar como um termo sobredeterminado pelo sentido de bem comum. A partir desse discurso de bem comum, muitas investidas por parte do Estado vão encontrar uma âncora de sentido para circularem e se firmarem. Sob o pretexto do bem-comum, políticas públicas vão categorizar os sujeitos e instituir novos modos de organicidade e (supostas) novos sentidos serão produzidos para o que ficará conhecido como bem-público. O próprio sentido de bem-público demonstra diversas formas como ele se firmou e derivou no percurso sócio-histórico. Vamos nos ater aqui ao conhecimento como bem comum, bem público, as formas como ele é ressignificado como vetor de cidadania na contemporaneidade, já que esse é nosso objeto maior.

Estamos falando de tecnologia, de inclusão digital, de cidadania, e isso não está descolado dessas discussões teóricas pontuais que vimos marcando. Ao discutirmos aqui sobre cidadania, direcionando como maior vetor de sua legitimação o acesso ao conhecimento – que, em muitos casos, terá seu sentido derivado para o da simples instrumentalização, como é o caso do Barracão, ponto que demonstraremos adiante –, visto como bem comum, estamos dando foco direto a investidas como as de Inclusão Digital, que tem seu discurso baseado nessa ideia do conhecimento como vetor de cidadania.

Orlandi (2004) reflete sobre isso no âmbito das disjunções observadas na relação Escola-conhecimento, principalmente no que tange à produção e circulação do conhecimento. A autora demonstra que há um grande descompasso nas formas como o conhecimento é concebido e gerido em diferentes instâncias: Universidade, Mídia, Escola. Nesse sentido, papéis são delegados: a universidade é *quem pode e produz*, a Mídia é quem

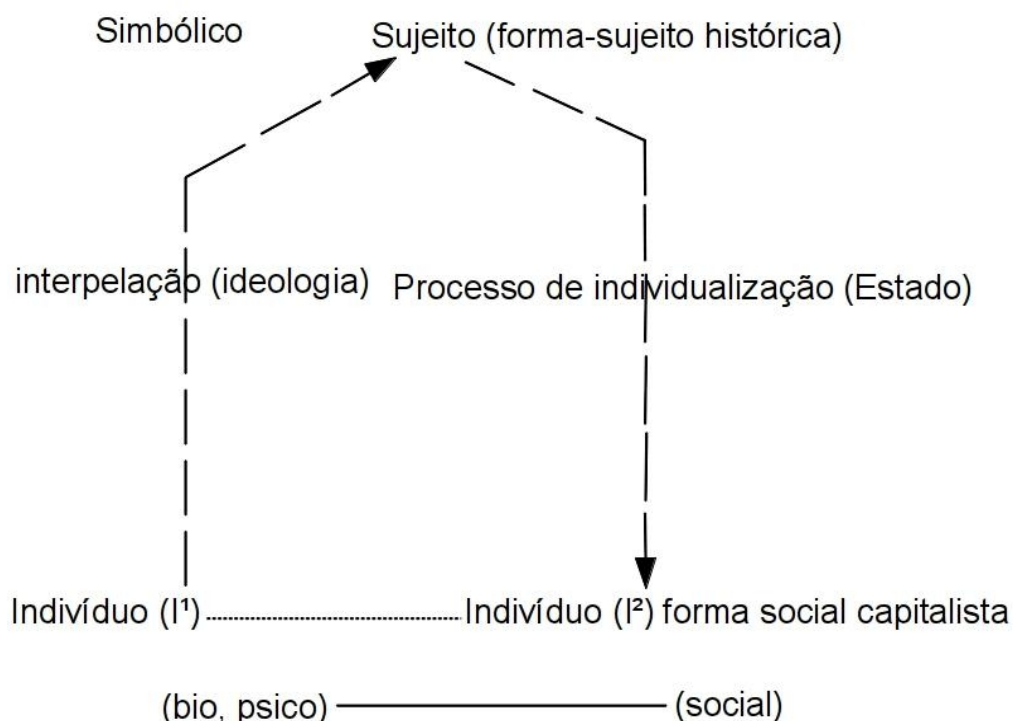
faz circular, apropriando-se das terminologias e, a Escola (e também a sociedade) é quem recebe. Se analisarmos esse cenário, percebemos, com Orlandi (Ibid.), que a cidadania transforma-se em um bem de Mercado. A autora diz:

A cidadania vai se constituir então como um bem de mercado, e o conhecimento tornado saber terminológico adquire um sentido empresarial, e não se constitui em um bem social geral. Portanto, num processo desse tipo, não há socialização do conhecimento. Fica-se falando da democratização, da socialização. Ou seja, a ciência se legitima porque ela se representa como estando no social. Ela precisa disso para ter legitimidade, e esses são lugares de legitimação. Só que o outro lado, que se liga ao social, não consegue se apropriar realmente desse processo de produção da ciência. Apropriar-se desse processo, como eu disse, não é todo mundo ser cientista, mas todo mundo compreender o suficiente para poder fazer parte desse circuito a partir do seu próprio lugar de leitor de ciência (Ibid., p. 145).

O problema que reside nesse cenário descrito por Orlandi é o da apropriação. Em nosso caso, optamos por derivar esse sentido de *apropriação* trazido por Orlandi (Ibid.) para o de ressignificação, produção de sentidos outros. A forma como o conhecimento circula não favorece uma apreensão de fato democrática e cidadã como é concebida no discurso maior, pois “espalha-se por aí uma série de saberes, pela terminologia etc., sem que haja o processo de individualização do conhecimento pelos sujeitos que fazem parte dessa sociedade” (Ibid.).

Se pensarmos no processo de individualização/constituição do sujeito, teremos o seguinte: um indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia na relação com o simbólico. O sujeito, constituído na forma-sujeito capitalista, passa pelo processo de individualização pelo Estado. No momento em que é individualizado pelo Estado, podemos dizer que existem possibilidades de deslocamentos, resistência, o que não acontece com a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Esse processo implica o funcionamento do Estado no processo de subjetivação e de constituição dos sujeitos. Por ser um sujeito-capitalista, sustentado pelo jurídico, o sujeito terá sempre o Estado funcionando em sua constituição. Contudo, como dito, há nessa fase do processo, possibilidades de resistência. Para entendermos melhor o funcionamento desse processo,

podemos conferir a representação esquemática¹¹ elaborada por Orlandi (2008, p. 106):



Adaptado de: Orlandi, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos** / Eni P. Orlandi. p. 106 – Campinas, SP : Pontes, 2008.

Ora, podemos perceber esse funcionamento se olharmos para o processo de Inclusão Digital. Nele, o sujeito é individualizado pelo Estado pelo discurso da inclusão digital, a partir do qual o sujeito se filia, por identificação, a uma determinada formação discursiva e passa a assumir uma posição na sociedade. Essa posição é a do sujeito que demanda a instrumentalização/profissionalização, pois dela depende, no discurso do Estado, sua cidadania e mesmo sua sobrevivência.

No que se refere à cidadania, ao recorrer a alguns dicionários, encontramos basicamente um tipo de definição para cidadania: “condição de cidadão”. E ao consultar o

¹¹ Essa mesma figura pode também ser encontrada no Anexo I deste trabalho.

significado de cidadão, basicamente dois tipos: 1. Habitante de uma cidade. Indivíduo qualquer, sujeito; 2. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Contudo, um deles destoou¹², trazendo uma definição de cidadania com mais opções, algumas similares com as já mencionadas que versavam sobre cidadão. Uma dentre elas chamou a atenção: “Exercício consciente da condição de cidadão; atuação na sociedade, em defesa da ampliação e fortalecimento da cidadania”, dando, inclusive, um exemplo: “como solução para os problemas sociais, defendeu, além do desenvolvimento econômico, um choque de cidadania”. Essa definição também desloca o sentido de cidadania como condição de um sujeito parte de uma nação republicana, como falamos anteriormente. É uma forma de definição de cidadania que já apela ao sentido conferido pelo modo mesmo como se organiza nossa sociedade atual, em que se deslocam responsabilidades do Estado para o sujeito, como diz Orlandi (2010) a respeito da *falha*. A autora, discorrendo acerca da configuração do Estado atual, aborda o modo de individuação do sujeito, trazendo a situação em que emerge o terceiro setor e as organizações do comunitarismo contemporâneo, guiados, principalmente, por um objetivo de suprir lacunas deixadas pelo Estado.

Estão aí embutidos modos de resistência imprevistos, como diz Orlandi (Ibid., p. 15), “quando se trata dos modos de individuação do sujeito pelo Estado, há possibilidade de rupturas e, na falha da ideologia, o sujeito individuado pode resistir aos modos de individuação e romper com seus processos de identificação. É assim que entendemos a resistência”. Quando, nós, sujeitos, ressignificamos uma definição de cidadania como essa, tomamos para nós todo um contexto histórico-político que a acompanha, as condições de produção e os efeitos de sentido que esse deslocamento na concepção de cidadania traz para essa nossa atual forma de organização social; como nos diz Orlandi (Ibid., p. 14), “não há cidadania em abstrato, sobretudo se pensarmos as atuais formas de relação do Estado (ou a sua falta de relação) com os sujeitos histórico-sociais”. O discurso do Estado que falha, passando aos sujeitos responsabilidades que não lhes pertencem, como afirma Dias (2011):

12 <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>

Como todo discurso, a tecnologia tem seus sentidos: um desses sentidos é o da inclusão digital/social. Esse sentido, do acesso digital ou inclusão digital corrobora o sistema que responsabiliza o próprio sujeito pelo seu fracasso. Uma vez que o governo dá o acesso (mesmo que sem condições mais complexas de aprendizagem e igualdade de oportunidades), ele se desresponsabiliza alegando: “o Estado fez a sua parte, mas eles não souberam aproveitar”. É a lógica da desigualdade sustentada, da qual Foucault (2008)¹³ já falou largamente.

É por isso que Orlandi (2008) vai seguir a linha de que a cidadania, para nós, tem funcionado como “um vir a ser nunca atingido”. Pelas características republicanas de nossa formação social, já somos cidadãos desde o nascimento, porém o discurso circulante sobre a cidadania, contraditoriamente, vai afirmar que as pessoas devem se tornar cidadãs, lançando para isso diversas instâncias e formas de legitimação dessa condição de cidadão, a começar pela Escola. Podemos pensar em outras, como ter todos os documentos obrigatórios, saber/conhecer/respeitar as leis, participar ativamente (como essa definição dicionarizada nos traz) etc.. Nesses pontos, segregações são criadas, quem tem ou não uma certa característica, pode ou não pode ser considerado um cidadão, e é nesse entremeio que vai agir o discurso da Inclusão Digital, promovendo a circulação do conhecimento como instrumentalização e o acesso e domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação como sendo pressupostos para esse movimento do tornar-se cidadão. São modos de funcionamento, maneiras e lugares de legitimação. Para Orlandi (2010, p. 14),

o que há são sítios, lugares de definição, com sua materialidade, em que se configuram processos de manifestação concreta de sentidos de cidadania que não podem ser pensados fora das condições materiais de existência desses indivíduos (sujeitos individuados) nas suas relações com a sociedade. São esses lugares, esses sítios que nos interessam. Espaços significados pela relação (política) do estado com a sociedade, em sua forma histórica. Relação esta pela presença ou pela falta.

Todo esse cenário é fruto de um longo processo sócio-histórico, com deslocamentos e reconfigurações específicos que foram ocorrendo nas formações ideológicas. Como já abordamos nesse trabalho, as formações ideológicas determinam as formações discursivas e

13 FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008. 474 p.

estas determinam *o que pode e deve ser dito*, lembrando que isso é o que guia as relações sociais entre sujeitos e entre sujeitos e Estado. Lembrando também que todo dizer é político, não há dizer que não seja político, nenhum espaço é neutro, todo espaço tem uma organização que é política.

O Barracão é um espaço simbólico de produção de sentidos e também não é neutro, tem uma organização que é essencialmente política, basta lembrarmos do exemplo da comunidade enquanto espaço *micro* com disputas ideológicas e de poder. Como fazer simbolizar a cidadania nesse espaço? O que é o saber, a informação, o conhecimento para esses sujeitos? Como o político ressoa na comunidade?

As configurações políticas e as relações de poder regem as configurações das formações ideológicas, dessa forma não há como se pensar nesses conceitos que vimos discutindo sem refletir sobre as configurações políticas e as relações de poder que os regem.

o político, para quem trabalha com linguagem, está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sujeitos são divididos entre si, como sujeito é dividido em si (ORLANDI, 2010, p. 12).

Até o momento descrevemos a relação da linguagem com o político, a partir de Orlandi. Cabe, agora, trazer algumas reflexões de Foucault (1988) que nos auxiliam a compreender as formas da constituição social, quando o autor trata da razão política e da *tecnologia política* como sendo da ordem do si. Com as técnicas de si, ou tecnologias do eu, Foucault pretende esboçar uma história das diferentes maneiras nas quais os homens, em nossa cultura, elaboram um saber sobre eles mesmos.

Em *A tecnologia política dos indivíduos*, Foucault (1988) reflete sobre as técnicas de si que, segundo ele, é uma questão surgida no final do século XVIII. A partir disso, Foucault propõe a questão: “o que somos nesse tempo que é o nosso?”, ou ainda, “o que somos hoje?”. Com essas perguntas ele iniciará uma argumentação que vai levantar pontos

sobre a constituição do sujeito contemporâneo (Não esquecendo o que já discutimos anteriormente a partir de Orlandi, Pêcheux e Lagazzi, que nossa forma-sujeito contemporânea é a do sujeito-capitalista, sustentado pelo jurídico, regido por leis, direitos e deveres). Foucault (Ibid.) coloca a questão sobre “como nos constituímos indiretamente pela exclusão de alguns outros: criminosos, loucos etc.”, chegando ao questionamento: “como constituímos diretamente nossa identidade por meio de certas técnicas de si, que se desenvolveram desde a Antiguidade até os nossos dias?” (Ibid., p. 302).

Também sugerindo, precisamente, deslocamentos do *o que?* para o *como?*, Foucault vem nos trazer a tecnologia política dos indivíduos, que ele utiliza para refletir sobre essa nossa constituição enquanto sujeitos contemporâneos vinculados a certos mecanismos e relações sociais e submetidos/sujeitos a um certo Estado, acrescentando que “essa integração dos indivíduos em uma comunidade ou em uma totalidade resulta de uma correlação permanente entre uma individualização sempre levada mais adiante e a consolidação dessa totalidade” (Ibid., p. 317).

Para desenvolver uma questão desse tipo, Foucault leva em consideração o *saber político*, observado em várias instâncias, na maneira como é regido pelo Estado, como o mesmo se utiliza desse saber para gerir o povo e também na relação do próprio povo com esse saber e com as formas como o saber é utilizado. Para Foucault (Ibid., p. 306-307), “o saber político trata não dos direitos do povo nem das leis humanas ou divinas, mas da natureza do Estado que deve ser governado. O governo só é possível quando se conhece a força do Estado: é por meio desse saber que ela pode ser mantida”.

Sendo assim, o Estado possui formas específicas de se afirmar de modo a possibilitar a existência e a manutenção de um governo, utilizando-se de práticas e métodos de gestão social, de maneira que constrói uma relação junto ao povo, sendo que a natureza dessa relação dependerá de diversos outros elementos, variando de Estado para Estado, período histórico etc., como, por exemplo, a felicidade dos homens, como diz Foucault, que é, na verdade, um dos grandes elementos constitutivos do poderio do Estado, uma das grandes bases de um discurso maior de felicidade, bem-estar social, bem-comum etc..

É a partir de elementos dessa ordem que o Estado organiza seu modo de governar,

com sistematizações específicas, levando em conta o direito como estando relacionado ao sistema jurídico e a ordem como estando relacionada ao sistema administrativo. Esses modos de organização e de funcionamento que guiam o modo de governar o Estado são também constitutivos da ideia de *governamentalidade*, entendida por Foucault (2006, p. 291-292) como o “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança”. O autor aprofunda de maneira densa essa questão do controle social em outras obras, como a vigilância e o disciplinamento. Hoje, em nossa sociedade, observamos uma expansão veloz, por exemplo, desses dispositivos de segurança de que nos fala Foucault.

Ora, apesar desse não ter sido um ponto mais precisamente tratado por Foucault, nosso percurso pela obra de Pêcheux nos permite ir adiante e compreender que todas as ações do Estado e dos sujeitos são determinadas por uma ideologia que se constitui na história, isso já é ponto teórico definido por nosso dispositivo teórico de análise através da metodologia de análise de discurso. Os sujeitos estão filiados às formações discursivas e ideológicas que determinam certos modos de relação social. Ainda nesse âmbito, estão inclusos, também, os modos de relacionamento no e com o Estado. As medidas de um estado e as (re)ações por parte dos sujeitos estão subordinadas a esses modos de constituição. Como diz Foucault (Ibid., p. 303-304),

somos seres pensantes. Em outras palavras, quer matemos ou sejamos mortos, quer façamos guerra ou exijamos ajuda como desempregados, quer votemos pró ou contra um governo que amputa as verbas da seguridade social e aumenta as despesas militares, somos pelo menos seres pensantes e fazemos tudo isso em nome, certamente, de regras de conduta universais, mas também em virtude de uma racionalidade histórica bem precisa.

Tudo isso é constitutivo desse saber político descrito pelo autor. Foucault (1999, p. 23) ainda traz uma relação do poder com a política (e com o poder político) em uma outra perspectiva, em que o relaciona com as estratégias de guerra. Ele traz a ideia de poder

como continuação da guerra. Para ele, “o poder é guerra continuada por outros meios”, sendo que ainda considera a política como também sendo “a guerra continuada por outros meios”, isso, tratando o poder “como combate, enfrentamento, resistência, guerra silenciosa” (Ibid.).

Se pensarmos nessa ideia de política e poder a partir da perspectiva governamental, que, historicamente, traz um viés de estratégia de guerra constante muito presente, conseguiremos entender essa vertente de se pensar a política como continuação da guerra e, também, entender porque o governo, literalmente, apropria-se do saber e da ciência utilizando-os como um instrumento a mais, um meio, nesse cenário de guerra constante. “O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (Ibid.). Essa relação saber/poder/guerra é algo muito presente nas reflexões de Foucault, algo que o remete de diversas formas à *razão política*.

Isso é perceptível quando ele diz que “a coexistência, no seio das estruturas políticas, de enormes máquinas de destruição e de instituições dedicadas à proteção da vida individual é uma coisa desconcertante que merece ser investigada. É uma das antinomias centrais de nossa razão política” (1988, p. 303). Esses elementos nos auxiliam na compreensão das problemáticas disciplinares e da sociedade de controle anunciadas anteriormente com a noção de governamentalidade, partindo da noção governamental de se pensar e gerir a sociedade.

A obra de Foucault nos dá subsídios para debater as relações de força/poder e as configurações sociais e políticas da sociedade, bem como sua relação com o saber.

O Eldorado dos Carajás, como qualquer outro grupo social, possui configurações próprias nos âmbitos que mencionamos. É uma comunidade tida como carente, dessa forma, há um saber pré-construído sobre sua estrutura, um saber da ordem do político, que já atribui sentidos prévios para a realidade daqueles moradores.

Porém, de maneira geral, pelo modo próprio como ocorre a individualização da comunidade por parte do Estado, é possível observarmos pontos de fuga, resistência, por

parte desses sujeitos. Obviamente, há um jogo de conflito, um vai-e-vem da linguagem; sendo assim podemos distinguir pontos de fuga, mas também pontos de estabilização. Ao discutirmos sobre cidadania, por exemplo, da visão do projeto Barracão, entramos nesse jogo do conflito na medida em que a chegada do projeto na comunidade faz ressoar um confronto de sentido de “escola” e de “não-escola”, “curricular” e “extra-curricular”, “oficina” e “curso”.

Da perspectiva da Análise de Discurso, podemos abordar esse processo no modo de um conflito que se impõe justamente pelo modo próprio de individualização dos sujeitos da comunidade participante do projeto, um modo próprio essencialmente heterogêneo, atravessado por uma série de formações discursivas que fazem circular diferentes sentidos. Há os que se filiam a discursos libertários, há os que se filiam a discursos estabilizados, assim como há os que se filiam ao discurso do próprio governo. Essas tensões que exemplificamos ocorrem a todo momento durante as atividades do projeto, é uma prática de a todo momento observar um confronto de posições-sujeito distintas.

A confusão de terminologias torna-se produção de sentidos, de maneira que é algo que materializa esse confronto que descrevemos. O projeto se propõe a ministrar uma série de oficinas para os moradores, das mais diversas. A contrapartida da comunidade é dúbia, há os que apoiam e os que não. Muitos sujeitos que participam dessas relações deslizam os sentidos de “oficina” de modo que ela passa a significar, para eles, como “curso”, indistintamente. Apaga-se o que se propõe para uma oficina, de maneira que o imaginário da comunidade cria expectativas para essas atividades que coincidem com expectativas esperadas para “cursos”, como no caso de cursos profissionalizantes, sendo que este é o exemplo mais recorrente nesse jogo do conflito dos sentidos que se manifesta no equívoco da língua através da substituição de oficina por curso. O modo como o sentido de oficina se inscreve na história para a equipe do Barracão e para os participantes é diferente, fazendo funcionar a equivocidade do sentido. Fala-se oficina, mas ouve-se e se significa curso.

Essa equivocidade entre cursos e oficinas está diretamente ligada ao par curricular/extra-curricular que, por sua vez, corresponde ao par genuinamente governamental escola/não-escola. Por um lado, nosso imaginário acadêmico, ao

realizarmos as atividades no projeto, espera que as oficinas produzam sentidos enquanto atividades extra-curriculares, o “não-escola” de que já falamos anteriormente. Seria o oposto de um curso profissionalizante, ou mesmo um curso qualquer. Por outro lado, nosso imaginário projetaria uma produção de sentidos do curso como sendo uma atividade curricular, filiada a uma rede de memória ligada ao escolar.

Porém, isso não acontece, há o deslize, e os sujeitos, na relação com suas formações discursivas e também com as do projeto, fazem com que essa relação funcione de outra forma, produzindo um sentido outro, sendo que a oficina passa a significar como uma atividade “curricular”, deslocando e ressignificando o planejamento do projeto. Dessa forma, as expectativas que os sujeitos passam a ter sobre as oficinas funcionam da maneira como, em tese, funcionariam sobre um curso, a depender, obviamente, das condições de produção. Isso significa que não são as expectativas dos sujeitos em relação às oficinas que são equivocadas, pois elas são coerentes com os sentidos que foram produzidos na relação dos sujeitos com as atividades, mas o equívoco se dá na ordem da língua e do sentido. Sentidos esses deslizados, aí sim, pelo equívoco, que é a falha da língua na história.

Observamos essa tensão entre o curricular e o extra-curricular desde o início do projeto, como já relatamos anteriormente com o exemplo do prof. Luiz. Ou seja, a comunidade, em geral, inscreve-se em uma formação discursiva que é a do governo, que prima pelo escolar, curricular, próprio do discurso governamental na gestão social dos sujeitos e de sua subjetividade. No caso da Inclusão Digital, quando o discurso da mesma está funcionando na comunidade, ela é a própria formação ideológica que determina essa formação discursiva governamental na qual os sujeitos da comunidade se inscrevem, em sua maioria.

Estamos mesmo falando de espaços politicamente significados, que não são neutros, com uma organização essencialmente política. Não há como separar saber, poder e política, a relação de sentidos entre os três se dá na evidência do funcionamento da ideologia, sendo que isso ocorre de maneira generalizada, em qualquer espaço e/ou grupo social, e no Núcleo Eldorado dos Carajás isso não é diferente.

Foucault (1997) traça um paralelo entre o poder e o saber, estabelecendo uma

relação de interdependência entre eles. Para ele, “o problema não consiste tão-somente em determinar como o poder faz com que o saber lhe seja subordinado e o faz servir a seus próprios fins, tampouco como se imprime sobre ele e lhe impõe conteúdos e limitações ideológicas” (1997, p. 19), pois nenhum poder “se exerce sem a extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber. Nesse nível, não há o conhecimento, de um lado, e a sociedade, do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do 'poder-saber'” (Ibid.).

Dessa forma, o autor demonstra a relação de dependência vivida entre poder e saber, sendo que para que o poder seja instituído e mantido ele necessita controlar a produção e circulação do saber. Podemos visualizar essa relação no trio ciência, tecnologia e Estado. A forma como o Estado, literalmente, apropria-se do saber, sendo que podemos exemplificar isso com a produção de Ciência e Tecnologia em nível nacional, gerindo, regulando e controlando como os subprodutos dessa apropriação vão circular e, além disso, como o conhecimento e as informações vão circular em sociedade, pois “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder” (Ibid.).

No livro *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) discorre sobre a questão da sujeição. O autor vem trazer a ideia dos *saberes sujeitos*, conhecimentos particulares, mascarados por sistematizações de poder e/ou sepultados por uniformizações compulsórias, as arquiteturas uniformizantes que já mencionamos¹⁴.

Para *saberes sujeitos*, Foucault (1999, p. 12) não institui apenas um significado, sendo que uma das visões que ele considera é a de que eles seriam “toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos”. Isso faz parte de reflexões do autor acerca da ciência e da produção de conhecimento. Na mesma obra, ele ainda traz uma ideia de “Ciência, como domínio geral, como policiamento disciplinar dos

14 Ver p. 29

saberes” (Ibid., p. 218). Isso institui classes dentro do próprio campo de produção científica e de conhecimento.

Ora, o que são esses saberes sujeitados, pensando-se na relação com o Barracão? É disso que vimos falando a todo momento. De nossa perspectiva, os saberes sujeitados podem ser vistos como os famosos saberes populares, sendo que estes já fazem parte do imaginário, já tendo sido capturados pelo senso comum e pelos processos midiáticos.

Para expandir essa acepção, podemos pensar no saber popular, ou no saber local, ou no conhecimento tradicional, só que vistos de uma outra perspectiva, a que aborda esses saberes pela via da singularidade, da *re-singularização* de Guattari (2000) que debateremos mais adiante. Nessa linha, a proposta é escapar a essa homogeneização da gestão social da subjetividade, de modo a ressignificar as relações no âmbito dos sujeitos.

Assim, Foucault nos traz a demanda de uma “insurreição dos saberes sujeitados”, apresentando assim seu conceito de *genealogia* que, segundo ele, significa um “acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (1999, p. 13). Falando dessa insurreição de saberes, ele considera a genealogia como “uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico” (Ibid., p. 15-16).

Também em Foucault podemos observar essa repulsa ao unitário, único, uniforme, um confronto com as sistematizações e uniformizações que obscurecem os saberes sujeitados. A dessujeição dos saberes históricos de que fala Foucault é a base dos processos de resistência de que já falamos. Essas investidas trazem possibilidades de catalização de novos discursos, de produção de sentidos outros. Foucault, ainda, ao lembrar de Nietzsche, diz que “o conhecimento é uma 'invenção', por trás da qual há outra coisa distinta: jogo de instintos, de impulsos, de desejos, de medo, de vontade de apropriação. É nessa cena de luta que o conhecimento vem a se produzir” (FOUCAULT, 1997, p. 14).

Nossa sociedade é regida por relações de poder, a produção científica e tecnológica também o é, e existindo da mesma forma, tendo, inclusive, cadeias de poder próprias,

dentro do próprio campo. Quando falamos de saberes sujeitados e da insurreição dos mesmos, necessariamente desembocaremos nessa ideia da cena de luta em que o conhecimento vem a se produzir.

O Projeto Barracão, no qual desenvolvemos nosso estudo, é uma investida no sentido de fazer ressoar a possibilidade de resistência, luta diária, contínua, que afete a realidade social da comunidade e estimule a produção local de conhecimentos e disseminação de/dos saberes que, apesar de *a priori* poderem estar sujeitados, necessitam e têm a possibilidade de serem dessujeitados e mudar seus modos de circulação na sociedade.

Ora, podemos trazer novamente o exemplo de análise da relação curricular/extra-curricular, escola/não-escola. Um programa de Inclusão Digital governamental, por estar inscrito na própria ordem governamental, traz o curricular/escola como sendo o mais presente. O Barracão propõe um viés em outro sentido, o do não-escola, extra-curricular. Em âmbito governamental, por essa característica curricular, os programas em geral impõem uma contrapartida obrigatória para crianças e adolescentes que venham a usufruir dos telecentros do programa em questão. Isso, obrigatoriamente, produz situações em que crianças que não estão na escola, por motivos os mais diversos, também não podem frequentar e usufruir das atividades do telecentro. Os programas governamentais de inclusão digital ficam, assim, colados aos sentidos da escola e do curricular.

No Barracão, não há essa exigência. Durante as oficinas de informática, um dos participantes era justamente um adolescente que não estava na escola, no caso dele, devido à falta de vagas na escola pública de seu bairro. Resultado: esse sujeito foi um dos destaques de desempenho na oficina, o que nos leva a compreender que os sentidos do saber, das coisas-a-saber, não estão vinculados, presos a nenhuma instituição, mas a um lugar que propicia relações com o saber para a produção de sentidos. O caso desse sujeito seria uma dessujeição de um saber que estava, sim, sujeitado, mascarado, obscurecido pelo sistema administrativo do aparelho ideológico de Estado, que, nesse caso, ironicamente, é o próprio Estado.

Gilberto Gil, ex-Ministro da Cultura do Brasil, no Fórum da Cultura Digital de 2010 em São Paulo, referiu-se à evolução da cultura digital nos últimos 8 anos, falando das

potencialidades e do que isso tem proporcionado. Gil citou “a construção de um território borrado na fronteira de governo e sociedade civil (território híbrido)”. Esse “território borrado” é o que colocamos em debate a partir dos conceitos de resistência, território de subjetivação... É o território em que acontece a cena de luta de que nos falam Foucault, Pêcheux e tantos outros. Em uma sociedade como a nossa, com a expansão tecnológica avassaladora e a reafirmação cada vez mais intensa da vigilância e do controle, essa resistência torna-se algo nodal para a manutenção de culturas e tradições locais, comunidades, minorias etc., fazendo valer saberes locais, dessujeitando saberes sujeitados.

3.5 Subjetividade, individualização e os contra-usos dos sujeitos

Até aqui já debatemos uma série de elementos conceituais de nosso arcabouço teórico, sendo que, em alguns momentos, já propusemos algumas relações/aproximações analíticas. Desde os inúmeros elementos que compõem a estruturação e a descrição de nosso objeto de análise até os elementos da constituição própria da forma-sujeito contemporânea e suas tensões nas relações sociais, entre sujeitos e entre sujeitos e Estado, no âmbito da teorização em Análise de Discurso. Ao longo desse percurso, pincelamos algumas vezes a ideia da subjetividade e de como ela é constitutiva do sujeito e do seu modo de individualização, além de estar diretamente relacionada com os processos de resistência. Agora é importante procedermos a uma reflexão sobre a subjetividade ela mesma, enquanto processo constitutivo do sujeito. Para a Análise de Discurso, por exemplo, a subjetividade nada mais é que o “enlaçamento do homem no simbólico” (MARIANI, 2006, p. 7).

Como aprendemos com Orlandi (2008), o sujeito e o simbólico são peças-chave no processo de individualização. O sujeito (indivíduo interpelado pela ideologia) está submetido à língua, assim ele significa e, também assim, ele significa-se pelo simbólico na história. Esse assujeitamento à língua não é algo quantificável, “ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história” (Ibid., p. 100). Para a autora, “não há

nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se”.

Guattari (2000) concebe a subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. Para ele, subjetividade seria “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (Ibid., p. 19). Nessa relação com o outro e com o contexto de existência, essa alteridade que é constitutiva das relações sociais, Guattari não considera que seja possível desvincular a produção da subjetividade das instâncias de legitimação que nos regem, das máquinas tecnológicas e sociais, dispositivos técnicos e institucionais etc.. Guattari (2000) lembra Foucault e Deleuze e os defende em relação à posição de que existe uma instância não-humana na produção de subjetividade. O autor diz que o ponto não é sustentar uma perspectiva anti-humanista, mas que existem máquinas de subjetivação que operam no cerne da produção de nossa subjetividade, mas não apenas “no seio de 'faculdades da alma', de relações interpessoais ou nos complexos intra-familiares” (Ibid., p. 20). Para ele, a subjetividade também é fabricada “nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas” (Ibid.), isto é, nos discursos. Guattari (Ibid.) ainda considera que

as condições de produção evocadas nesse esboço de redefinição implicam, então, conjuntamente, instâncias humanas inter-subjetivas manifestadas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias concernentes à etologia, interações institucionais de diferentes naturezas, dispositivos maquínicos, tais como aqueles que recorrem ao trabalho com computador, Universos de referência incorporais, tais como aqueles relativos à música e às artes plásticas...

Para ele, essa é a parte não-humana pré-pessoal da subjetividade, essencial, pois é a partir dela que é desenvolvida a heterogênese, é esse o ponto de Guattari, a heterogeneidade. Ele nos traz uma visão de subjetividade que propõe uma mudança de paradigma, um deslocamento das arquiteturas uniformizantes para os agenciamentos de heterogêneos.

A partir dos conceitos de subjetivação, Guattari (2000) tece inúmeras reflexões sobre o modo e o lugar da subjetivação na sociedade atual, os confrontos e os deslocamentos, dando ênfase ao que ele chama de “desterritorialização contemporânea”, marcada, segundo ele, por um “nomadismo selvagem”. É a partir desse cenário que o autor irá trazer suas reflexões que guinam para o que ele chama de “processos de re-singularização”. Guattari (Ibid., p. 175-176) diz: “uma ordem objetiva 'mutante' pode nascer do caos atual de nossas cidades e também uma nova poesia, uma nova arte de viver. Essa 'lógica do caos' pede que se examinem bem as situações em sua singularidade. Trata-se de entrar em processos de re-singularização e irreversibilização do tempo”. Guattari vai propor essa *re-singularização* de uma perspectiva mais transversalista, como dizia ele, justamente para resistir ao nomadismo selvagem de que falava nos processos de desterritorialização em voga em nossa sociedade. Nesse sentido, essa resistência aparece como dobra das relações de força, tendo como constitutivos (e talvez pressupostos) os processos de subjetivação que se tecem na perspectiva heterogenética de que nos fala Guattari.

O autor (Ibid.) ainda tece uma relação entre o real e o possível. Propõe a construção não só no real, mas também no possível, “em função das bifurcações que ele pode incitar; construir dando chances às mutações virtuais que levarão as gerações futuras a viver, sentir e pensar diferentemente de hoje em dia, tendo em vista as imensas modificações, em particular de ordem tecnológica, que nossa época conhece”. E são principalmente essas modificações de ordem tecnológica (e a maneira como se passará a administrar as mesmas no âmbito dos Estados) que potencializam o “nomadismo selvagem” ao qual nos referimos anteriormente.

Nessa perspectiva, ele aponta que estamos lidando com uma

complexificação desterritorializante essencialmente precária, porque constantemente ameaçada de enfraquecimento reterritorializante, sobretudo no contexto contemporâneo onde o primado dos fluxos informativos engendrados maquinicamente ameaça conduzir a uma dissolução generalizada das antigas territorialidades existenciais (Ibid., p. 31).

Ora, o que ele reforça aqui é exatamente o poder de reconfiguração das relações como as conhecemos, que é acentuada pela expansão tecnológica e informacional que vivenciamos. Compreendo aqui o *caos* não como a desordem ou, ainda, a falta de uma ordem específica, é mesmo o contrário. O caos surge nesse contexto como uma reconfiguração, uma nova configuração da ordem, deslocada pelo fluxo informacional intenso. Um caos que é caos e, ao mesmo tempo, não o é, é um caos que pode também ser concebido como um deslocamento, uma produção de um novo imaginário, um efeito de sentido produzido por essa rede complexa de sujeitos que já está em funcionamento. Um caos que destrói, constrói e reconstrói, ao mesmo tempo que se esvai e se *dilui*, para lembrarmos aqui uma reflexão de Orlandi¹⁵, assim como muitas das concepções estabilizadas das taxonomias da vida em sociedade quando em choque com os novos processos reconfigurativos e de subjetivação. Um caos que se reinventa e se ressignifica a cada dia, instalando novas ordens, novas formas de ordenamentos. Um processo que muitas vezes demanda do sujeito, em seu próprio processo de subjetivação, um deslocamento nas suas próprias formas de se relacionar e funcionar em sociedade.

Hoje, com a subjetividade nesse patamar em que é guiada pela reconfiguração constante, em que a subjetividade individual e coletiva é cada vez mais buscada, tanto pelo setor público quanto pelo privado, surgem novas demandas. Desse modo, principalmente pela influência tecnológica exacerbada e pela velocidade da comunicação e da chegada das informações, uma necessidade de reconfiguração cada vez mais intensa é requerida. A subjetividade é atacada mesmo nesse âmbito da necessidade de reconfiguração constante. Pela intensidade com que isso acontece, a concepção que temos de caos e de ordem, bem como da relação entre os dois, sofre deslocamentos rumo à desestabilização, como tentamos panoramizar no parágrafo anterior.

Assim, explica Rolnik (2001, p. 27), “a ordem tende a não mais se associar a equilíbrio. É que a ideia de equilíbrio implica uma concepção de subjetividade reduzida à consciência e suas representações, e esse tipo de concepção passa a ser inoperante, já que não permite fazer face às importantes mudanças que se produzem no plano das sensações”.

¹⁵ Ver p. 37

Sendo assim, a subjetividade passa a se constituir em um “sistema complexo, heterogenético e distante do equilíbrio, sofrendo constantes bifurcações” (Ibid.). São as bifurcações (ou mesmo a possibilidade delas) de que nos falou Guattari (2000). O sujeito encontra-se em uma posição diferente, tendo de se adequar a uma nova estrutura ou promover adequações próprias de seu processo individual de subjetivação que o auxiliem em uma recolocação, uma renovação/ressignificação de seus *territórios existenciais*.

É o deslocamento dos sentidos, a inscrição em novas formações discursivas faz com que os sujeitos ocupem novas posições-sujeito. Durante uma das oficinas de informática que ocorreram no Barracão, um dos garotos que participavam, em certo momento, evidenciou essa mudança de posição. Notoriamente inteligente e com potencial, depois de 2 dias de aulas e algumas doses de autoconfiança, ele ressignificou sua posição-sujeito enquanto participante da oficina, aliás, não só ressignificou como também a proclamou. Em certo momento, ao invés de apenas acompanhar as atividades, ele começou a circular pela sala e auxiliar os colegas na realização das atividades. Quando indagado sobre isso, ele enunciou: “sou praticamente um mini-professor”. Ora, isso é deslocar-se, assumir outra posição-sujeito. É subjetivar-se de um modo outro, produzir sentidos diferentes e, por que não, é também dessujeitar saberes. É como diz Orlandi (2008, p. 99-100):

Pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.

Ainda sobre as novas formas de ordenamento de que vínhamos falando, Rolnik (2001, p. 27) continua, afirmando que “o par estabilidade/instabilidade tende a ser abandonado. Em seu lugar aparece a ideia de uma metaestabilidade: uma estabilidade que se faz e refaz a partir das rupturas de sentido, incorporando as composições de forças responsáveis por cada uma dessas rupturas”. E a partir dessa experiência, apesar de

vivermos na ordem urbana, compreendo que ainda assim convivemos com o caos, no âmbito de um imaginário formulado com a produção de efeitos de sentidos dessa experiencição da reconfiguração constante. No cotidiano, essas rupturas que levam à reconfiguração têm acontecido em grande escala. Exemplo disso são os ataques de grupos hackers em grandes sites de serviços como os sites bancários, por exemplo. Depois de acontecerem seguidas vezes, acabam por se integrarem à ordem vigente, a ordem que se reordenou, instaurou-se uma nova forma de ordenamento. Nesse caso específico, ainda existe uma memória que remete a casos similares no passado, mas as condições de produção contemporâneas os ressignifica de modo a produzir um efeito de ineditismo. Ainda assim, mesmo com a integração ao logicamente representável, os sujeitos não deixam de ter, em algum momento, convivido com um certo caos, que é o momento mesmo em que foi produzido um efeito de ruptura, ineditismo em relação à ordem vigente, antes da reconfiguração em questão.

E, notoriamente, esse processo gera desestabilizações que afetam a subjetividade, produzindo o efeito de ruptura no cerne do processo de individualização. Se pensarmos no esquema da individualização de Orlandi (2008) que apresentamos anteriormente, isso estaria localizado na segunda etapa¹⁶. Quando tais desestabilizações atingem um nível crítico, elas são combatidas no processo de subjetivação/individualização. Diz Rolnik (2001, p. 28):

Ora, se há um combate a ser travado, seu alvo é a própria polaridade ordem/desordem. No âmbito da subjetividade isso implica combater o regime identitário, não em nome de uma pulverização generalizada, mas para dar lugar a um outro princípio de individuação. A subjetividade deixa de recorrer, para organizarem-se, a imagens *a priori*, opiniões prontas, clichês. Estes tendem a ser varridos de cena, para serem substituídos pelas figuras singulares produzidas nos processos de criação, que trazem à existência as configurações de forças que se desenham na subjetividade.

Ora, e o que é isso senão resistência? Espaços de (re)criação?

A vida em sociedade compreende um rol de referências a que o sujeito fica exposto

¹⁶ Ver anexo I, p. 141.

e às quais fica, também, submetido, sujeitado. Podemos tomar essas referências como constitutivas das formações discursivas e ideológicas que regem as relações sociais (e que, ao mesmo tempo, também são constitutivas das mesmas). Esses referenciais são também constitutivos e pressupostos dos processos de produção de subjetivação dos sujeitos, incluindo aí todo o conjunto de elementos que influenciam esses processos e que já tratamos até o momento, as relações sociais, os dispositivos técnicos e institucionais, as máquinas tecnológicas e mediáticas etc.. Dizendo com Rolnik (Ibid., p. 25),

o contorno de uma subjetividade delinea-se a partir de uma composição singular de forças, um certo mapa de sensações. A cada novo universo que se incorpora, novas sensações entram em cena e um novo mapa de relações se estabelece, sem que mude necessariamente a figura através da qual a subjetividade se reconhece. Contudo, na medida em que mudanças deste tipo acumulam-se, pode tornar-se excessiva a tensão entre as duas faces da subjetividade – a sensível e a formal. Neste caso, a figura em vigor perde sentido, desestabiliza-se: um limiar de suportabilidade é ultrapassado. A subjetividade tende então a ser tomada por uma inquietude que a impele a tornar-se outra, de modo a dar consistência existencial para sua nova realidade sensível.

A essas novas possibilidades, estamos clamando o foco. Espontaneamente, ou mesmo por meio dessas mudanças, as subjetividades (e seus processos de produção) se reconfiguram, de modo que o lugar do possível ganha ênfase. E aí voltamos com Orlandi, Pêcheux e o que vimos tratando em itens anteriores, é preciso construir no lugar do possível, dar voz à (re)criação, os sentidos podem sempre ser outros, é o entremeio pelo qual se interessa a Análise de Discurso. Esse acúmulo que, como traz Guattari (2000), é potencializado com o fluxo informacional e das máquinas tecnológicas, demanda deslocamentos que se ancoram em processos de resistência, heterogeneidade, ressignificação, novas ordens e novas formas de ordenamentos.

Bem coloca Rolnik (2001, p. 27) ao dizer que “a subjetividade não se define por uma só e mesma figura, que se estabeleceria na infância e se desenvolveria ao longo da vida. As figuras são várias; elas tomam consistência a partir de limiares caóticos que vão se produzindo, um após outro, do começo ao fim da existência”. Os horizontes das experiências do sujeito lhes dão subsídios para construir seu processo de

individualização. Mesmo ocupando um lugar na coletividade ele necessita individualizar-se e afirmar seu processo próprio e singular de subjetivação, lembrando Pêcheux¹⁷, “todo sujeito é assujeitado no universal como singular insubstituível”. É como vimos dizendo, os sentidos estão sempre em movimento, são múltiplos, sendo que o sujeito é afetado de todas as formas possíveis nas formações em que se inscreve.

Mais do que subjetividade, continua Rolnik (Ibid.), precisamos dar foco a processos de individuação ou de subjetivação. “Tais processos são inseparáveis das linhas de virtualidade traçadas no caos, linhas que eles atualizam, correndo sempre o risco de submergir. Complexa operação de agenciamento de intensidades, que não esgota essas intensidades e seu potencial de gerar outros devires” (Ibid.).

A partir disso, uma compreensão de subjetividade que prime pela singularidade e pela reconfiguração no lugar do possível demanda deslocamentos importantes, tratando de “apreender a subjetividade em sua dupla face: por um lado, a sedimentação estrutural e, por outro, a agitação caótica propulsora de devires, através dos quais outros e estranhos eus se perfilam, com outros contornos, outras linguagens, outras estruturas, outros territórios” (Ibid.).

Em nossas análises junto ao Barracão, as condições de produção e o processo de subjetivação determinarão os usos que essa comunidade fará do arcabouço e dos artefatos que a equipe do projeto construirá juntamente com o que lá já existe. Na perspectiva de alguns exemplos que já demos ao longo do trabalho, como a falha da língua na história, produzindo o efeito do equívoco, nosso imaginário acadêmico enquanto equipe do projeto Barracão é desconstruído. A implicação disso são os deslizos e pontos de deriva que são produzidos. “A ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. Não seria diferente para os efeitos que constituem a subjetividade” (ORLANDI, 2008, p. 104). A partir do Barracão outras evidências de sentido vão sendo produzidas para esses sujeitos.

Os sujeitos da comunidade promovem deslocamentos do próprio imaginário dos pesquisadores da equipe do Barracão, reformulando/ressignificando atividades projetadas.

17 Op. Cit. p. 23.

É o que Rogerio Leite (2007) denomina como *contra-usos*. Referimo-nos, então, a esses *contra-usos* ou *contra-sentidos* (Ibid.) que os sujeitos fazem do que é disponibilizado/sugerido/instituído junto ao projeto. É uma prática que subverte algo que, supostamente, seguiria um curso determinado, isto é, desvia padrões preestabelecidos, esburaca sentidos previamente planejados.

São as ilusões dos sentidos projetados, algo que nem sempre é consumado em práticas sociais correspondentes. No entanto, “as ilusões não são 'defeitos', são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 36), mesmo que as resultantes dos processos se mostrem como *contra-usos* ou *contra-sentidos*, demonstrando que os sentidos estão e sempre estarão em movimento, pois, “às arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas” (GUATTARI, 1985, p. 109).

Os *contra-usos* fazem referência mesmo à falha, ao equívoco, os sentidos que estão sempre em movimento e que podem sempre ser outros, dependendo de condições de produção específicas e da relação com as formações discursivas e ideológicas. No Barracão, os sujeitos têm um imaginário próprio do que seja o projeto, o que os leva a criar expectativas peculiares quanto às atividades. Esses deslizos que eles promovem em contraponto com o que o projeto previa são o lugar dos *contra-usos/contra-sentidos*. São ações como a de usar uma máquina para puro entretenimento no momento em que o intuito é apreender algum conteúdo específico; e o contrário também é verdadeiro, como aconteceu com algumas das oficinas de informática em que algumas crianças queriam continuar aprendendo e dando continuidade aos conteúdos no momento em que a proposta era, simplesmente, jogar, entretenimento.

Da mesma forma, são *contra-usos* também o uso político do projeto dentro da comunidade, um membro da comunidade que se filia ao projeto para, a partir dele, agenciar adeptos e aumentar sua força política no espaço da comunidade. E não é diferente, também, do simples fato de atividades do projeto servirem para que alguém arranje determinado emprego, visto que esse também não é um fim documentado do projeto.

Essas (re)ações por parte da comunidade, remetem a estados de resistência que também são constitutivos de nosso processo de observação/análise. Refletindo sobre os problemas dessa ordem, que também se colocavam para Deleuze e Foucault, Pellejero (2009, p. 130) coloca que “para além dos dispositivos de poder tem que haver uma dimensão para a luta, para a criação, para a resistência”.

Qual é esta solução? São, diz Deleuze, os processos de subjectivação como dobra das relações de força dos dispositivos de poder. Trata-se da constituição de modos de existência, da invenção de possibilidades de vida, da criação de territórios existenciais, seguindo regras facultativas, capazes de resistir ao poder como furtar-se ao saber, mesmo se o saber intenta penetrá-las e o poder de reapropriar-se delas. A luta por uma subjectividade moderna passaria para Foucault por uma resistência às formas actuais de sujeição, passaria por individuar-nos para além das exigências do poder, aquém também, da nossa determinação como indivíduos com uma identidade constituída e conhecida, decidida de uma vez por todas (PELLEJERO, 2009, p. 131).

Pellejero diz que, para Deleuze, a resistência é primeira e que, para Foucault, pode chegar a ser, pois “a produção de subjectividade escapa aos poderes e aos saberes de um dispositivo para reinvestir-se nos de outro: a relação consigo mesmo – então – é uma das fontes de esses focos de resistência” (Ibid., p. 133).

Focos de resistência que, inclusive, podem ser observados em diversas situações. Orlandi (2006a, p. 23) fala da ilusão grupal nas formas contemporâneas de comunitarismo. Há uma procura por essas relações comunitárias, vontade de estabelecer laços segundos em busca por sentidos de pertencimento outros, como que num processo de resistência à homogeneização e massificação próprias de nosso tempo. “A aspiração ao laço, à sustentação, à proteção, poderia ser compreendida como vindo preencher um déficit de laços nascido do isolamento e do caráter impessoal da lei na democracia” (Ibid.). Orlandi procura demonstrar que, por meio de gestos simbólicos, há resistência a essa frieza, a essa impessoalidade. É um jogo com a afirmação de si, criação de pontos de referência que, em muito, pode nos remeter à singularidade de que trata Guattari (2000).

São relações que se dão no espaço que estamos construindo/descrevendo, um espaço público em que o político e o simbólico se confrontam, uma comunidade com

anseios, necessidades, ideologias e atitudes, fazendo concorrer e, simultaneamente, paralelizar-se, usos e contra-usos, público, privado e terceiro setor, normas e transgressões, governo e sociedade civil, acadêmicos e público “leigo”, saber/poder/política... Cenário de ideias e processos de subjetivação, lugar físico e espaço simbólico, atravessados por ideais de cidadania e inclusão, com Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia aparecendo como discursos constitutivos de um espaço simbólico complexo, como dissemos, o Barracão, espaço simbólico de produção de sentidos.

4. TICS, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

4.1 Conceituando Tecnologia: técnica, logos e ideologia

Nesse ponto do trabalho, adentramos uma nova fase, com novas informações concernentes ao cenário em que se inscreve a pesquisa. Nesse item, o intuito é fazer uma conceituação básica do termo tecnologia, de modo a nortear o leitor no que diz respeito ao entendimento e compreensão do debate aqui traçado, já que estamos falando de Inclusão Digital, instrumentalização, Barracão da Tecnologia etc..

Para isso, tomaremos como base a obra de Álvaro Vieira Pinto, filósofo brasileiro que dedicou um extenso trabalho publicado em dois volumes para tratar do conceito de Tecnologia, trazendo as mais diversas abordagens e problematizando-as. Escolhemos essa referência por ser a mais completa e ampla que encontramos.

Pinto (2005, p. 219) faz uma distinção entre pelo menos 4 formas de conceber a Tecnologia. Primeiro, ele traz a ideia de tecnologia como sendo uma teoria da técnica, o *logos* da técnica. Para ele, essa é a definição mais utilizada de tecnologia e podemos perceber, também, em sua obra, que é nessa definição que ele vai se calcar, contudo trazendo algumas propostas de deriva, variações e problematizações a partir desse conceito.

Pinto (Ibid.) constata que, no discurso corrente, tecnologia também é vista como a técnica propriamente dita, ou seja, em muitos casos, os dois termos simplesmente se equivalem, indistintamente, um deslocamento nos sentidos. O autor percebe que essa é uma prática própria do discurso do senso comum, tendo em vista a circulação dos clichês e o distanciamento da prática científica instituída como tal.

Álvaro Vieira Pinto (Ibid.) trará, ainda, uma terceira forma que, segundo ele, embasa a medição do progresso de uma sociedade. É a tecnologia abordada como sendo o conjunto de todas as técnicas de que dispõe tal sociedade. Na quarta concepção trazida por ele, somos confrontados com a noção de uma tecnologia como ideologização da técnica, algo que virá nos auxiliar no debate da instrumentalização tecnológica que propomos neste trabalho. Com um rigor teórico sólido, Pinto (Ibid.) vai alertar que há uma diluição nos

significados atribuídos ao termo tecnologia, necessitando-se de uma conceituação mais apropriada para o termo.

Segundo o autor (2005, p. 290-291), há equívocos operando na relação do homem com a técnica, pois “o desvio idealista a que é submetido o pensamento por efeito da alienação enfeitiçadora conduz a outra direção, à sublimação, à ideologização da técnica pelo progressivo desligamento de suas bases materiais”. Dessa forma, ele (Ibid.) traz a ideia de que, à técnica, muitas vezes, é conferido um valor de “divindade transcendente”, uma “entidade suspensa no espaço, sem causa nem relações temporais”. O que Pinto (Ibid.) tenta nos dizer, nada mais é que a técnica sendo vista como uma solução para todos os problemas, como realização em si mesma, desvinculando-a de sua inscrição e implicação sócio-histórica. Isso acontece, em grande medida, com as práticas ligadas à Inclusão Digital, exatamente quando as investidas caem no imediato da comunicação, no discurso panfletário, de salvação.

Abordaremos alguns exemplos crassos, nesse sentido, no que diz respeito à história da informática e da Sociedade da Informação. Breton (1991, p.165-166) nos adianta um exemplo, o do “imaginário da informática” que, segundo ele, é “uma espécie de capital comum a todos os que veem nesse novo domínio um dos acontecimentos mais importantes já ocorridos na história da humanidade”. Breton (Ibid.) explica que

A comparação entre o cérebro e o computador, e a visão de uma sociedade futura radicalmente transformada pelas novas máquinas logo irão fazer-se acompanhar da ideia, característica da informática, segundo a qual a lógica é um valor universal, um instrumento de compreensão do mundo tanto quanto de sua transformação. Estes três traços irão formar o “imaginário da informática”.

Pinto (2005, p. 291) problematiza o uso generalizado e esvaziado da tecnologia, principalmente no que tange às mais recentes, de complexidade e automatização avançada. Para o autor, muitos desconsideram que “os conhecimentos adquiridos e a prática a que estão obrigados investem-nos da função existencial de portadores de um instrumento de transformação da sua realidade nacional” (Ibid.).

O autor (Ibid.) aborda, ainda, a “teologia da máquina”. Sua crítica é aos sujeitos que

fazem uso de determinada tecnologia de maneira exacerbadamente acrítica, algumas vezes tomando os artefatos como neutros, outras vezes elevando-os ao patamar de verdadeiras maravilhas com potenciais de resolução para todos os tipos de problemas, é a conhecida “Panaceia” dos estudiosos do campo de Ciência e Tecnologia. Ele diz que “o homem, o técnico ou o operário se aliena, faz votos perpétuos de devoção. Daí em diante desconhecerá ter transferido para ela, a título de valor transcendente, o que era inerente à sua realidade pessoal” (Ibid.), é o apagamento da constituição sócio-histórica da tecnologia, além da evidência da instância local de subjetivação coletiva que encontra, na máquina, também um agente que opera na produção de subjetividade.

Esses estados de espírito, típicos da forma final, máxima da ideologização da técnica, que a envolve num halo místico, incapacitam os estudiosos, ou mesmo os simples labutadores, de compreender esta ideia fácil e essencial, a de que a técnica representa o nome dado à mediação exercida pelas ações humanas, diretas ou armadas de instrumentos, na consecução das finalidades que o homem concebe para lutar contra as resistências da natureza e a instituição nacional de relações sociais de convivência (PINTO, 2005, p. 292).

Para Pinto (2005, p. 320-321), “toda tecnologia, contendo necessariamente o sentido, já indicado, de logos da técnica, transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico”. É a relação do técnico com o artefato, sendo que o artefato segue revestido de uma série de características determinadas exatamente pela subjetividade individual do técnico produtor do artefato em questão. “A técnica representa o aspecto qualitativo de um ato humano necessariamente inserido no contexto social que a solicita, a possibilita e lhe dá aplicação” (Ibid.).

O autor (2005, p. 321) diz que o caráter ideológico da tecnologia é algo inevitável e quem estabelece seu fundamento é o próprio exercício social da técnica. A tecnologia, assim, enquanto teoria da técnica traz “a marca das correlações a que está exposto o agente humano, obrigado a mover-se no meio social” (Ibid.). A tecnologia é uma ideologia, não há separação, assim como não há separação entre sujeito e ideologia. Na verdade, o sujeito não pode escapar da ideologia, e o artefato é diretamente marcado pela ação do sujeito, logo a ideologia também afeta a tecnologia, de uma maneira, de certo modo, lógica. Mas a

tecnologia “nada tem de contemplativa, não corresponde ao produto imaginário de um pensamento desligado da realidade, e sim enraíza a sua verdade na prática da existência de quem a concebe. Daí o caráter existencial que lhe é inerente e ao qual tem-se frequentemente aludido” (Ibid.).

É essa não neutralidade da tecnologia apontada por Pinto e Breton que interessa à nossa abordagem. Interessa-nos mostrar que a tecnologia é uma instância de poder, da qual o saber é instrumento. Ela é, portanto, condição de produção dos sentidos para os sujeitos da Sociedade da Informação.

4.2 Sociedade da Informação e suas contradições

Nesse ponto do trabalho, interessa-nos resgatar historicamente, problematizar e debater a ideia de Sociedade da Informação. Muitas imprecisões e visões exacerbadamente acríicas rondam a história da informática e da sociedade da informação, vamos levantar alguns pontos e debater algumas relações. O que é a Sociedade da Informação? Sociedade da Informação para quê? Para quem?

Quando nosso imaginário sobre *sociedade da informação* é acionado, muitos elementos emergem em nossas mentes, coisas, troços, trambolhos, geringonças, engenhocas das mais diversas, sendo que, quase sempre, a primeira é um computador. Nesses momentos, acabamos desconsiderando todo um longo processo histórico que evoluiu para o que hoje concebemos como sociedade da informação, um processo complexo de acontecimentos, evolução tecnológica, deslocamentos e transformações de práticas múltiplas. “A ditadura do tempo curto faz com que se atribua uma patente de novidade, e portanto de mudança revolucionária, àquilo que na verdade é produto de evoluções estruturais e de processos que estão em curso há muito tempo” (MATTELART, 2006, p. 174).

Talvez seja interessante iniciar nossa discussão com a definição de informática trazida por Breton (1991, p. 58), que diz que a informática é o “domínio do processamento automático da informação”. A partir desse tipo de conceituação, podemos fazer inferências

em relação ao nome sociedade da informação, no caso, que o nome remete a uma memória essencialmente informática.

Para Breton (1991 p. 166), a informática se torna uma nova utopia social cujo objetivo seria “a transformação do homem e da sociedade”. Essa presença vai se dar de uma forma um tanto peculiar. “Essa curiosa mutação que imprimirá sua marca nas sociedades modernas irá fazer-se praticamente sem resistência aberta nem verdadeira alternativa”. Breton (Ibid.) explica que mesmo os movimentos contrários que surgem no decurso da história, rapidamente se transmutam baseando suas ações justamente no uso de processos ligados ao desenvolvimento da informática. Ele dá o exemplo dos atores das revoluções estudantis dos anos 60 que, posteriormente, tornam-se os criadores da microinformática.

O decorrer da história humana marca-nos com momentos peculiares, em que mudanças significativas, principalmente de ordem tecnológica, promoviam deslocamentos e produções de sentidos plurais e totalmente novos, provocando um enorme impacto na circulação dos discursos. Nesse sentido, vale lembrarmos das situações em que novas descobertas e/ou novas invenções acabavam transformando-se em vetores de discursos apocalípticos, com previsões de fim do mundo, fim da raça humana e “coisas” semelhantes. Do lado oposto às visões catastróficas, vimos também aparecerem, de tempos em tempos, visões exacerbadamente libertadoras, que ancoravam nas novas ferramentas todo o peso das soluções dos problemas da humanidade, a prática de instituir panaceias, como já dissemos anteriormente¹⁸. Podemos lembrar também do movimento ludita, na revolução industrial inglesa, que combatia a entrada das máquinas no lugar dos trabalhadores nas fábricas.

Em seu livro *História da sociedade da informação*, Armand Mattelart traça um percurso sócio-histórico e geopolítico dos acontecimentos para formular o trajeto dessas descobertas, invenções, conhecimentos que caminharam, evoluíram (positiva ou negativamente) e calcaram o que hoje conhecemos por sociedade da informação. Há um trecho em que Mattelart (2006, p. 29) cita Alexandre Vandermonde (1795) falando sobre a invenção do telégrafo: “foi dito algo em relação ao telégrafo que me parece infinitamente

¹⁸ Ver p. 65

correto, e que faz sentir toda a sua importância; é que o fundo dessa invenção pode bastar para tornar possível o estabelecimento da democracia em uma grande população”. Assim, podemos perceber que essa visão libertadora e potencializante acerca da tecnologia é algo que já acompanha a história dos sujeitos, desde muito tempo. Como diz Mattelart (2006, p. 26), “a cada geração técnica o discurso salvador sobre a promessa de concórdia universal, de democracia descentralizada, de justiça social e de prosperidade geral renova o mito das descobertas com a ágora de Ática [Mattelart, 1994, 1999]”.

No campo de Ciência, Tecnologia e Inovação, existe um termo chamado *spillover*, que significa o efeito de transbordamento, as externalidades, os bons resultados (e também os maus) que escapam a uma pesquisa maior, indo de encontro ao benefício de outros setores, sem que isso estivesse previsto nesse projeto maior. Além disso, o termo ainda é concebido do ponto de vista dos benefícios (e/ou malefícios) que ficam para uma determinada localidade em virtude da presença de uma grande empresa ou de um grande projeto em andamento, por exemplo, benefícios econômicos para uma região em que a pesquisa e exploração de petróleo é intensa. Muitos processos caminham nesse sentido, a própria indústria do automobilismo (esporte) justifica os altos gastos com as corridas como as de fórmula 1 e Indy como sendo de suma importância para o desenvolvimento do setor e que tais gastos geram resultados que inevitavelmente chegarão ao consumidor comum, estando presente o discurso do desenvolvimento e teste de novas tecnologias para automóveis. Claro, nesse caso, quem está falando é a memória do discurso econômico, com relações políticas e ideológicas implicadas na de poder.

O setor militar também segue um caminho similar, sendo que, historicamente, muitos dos 'benefícios' e novos conhecimentos/tecnologias que temos incorporados ao nosso dia a dia podem ser vistos como *spillovers* de algo que um dia foi planejado para servir a práticas de cunho militar. O próprio telégrafo, de que vínhamos falando, a priori foi pensado para facilitar e potencializar a comunicação, só que não das pessoas comuns, mas das práticas militares que demandavam cada vez mais novos artefatos como esse que facilitassem os processos de planejamento, execução e manutenção de táticas e estratégias de defesa dos Estados Nacionais. Sobre a computação criada na e para a guerra, ela foi

criada, inicialmente, no domínio militar, devido a circunstâncias históricas, pois “a guerra moderna tornava-se cada vez mais uma guerra de cálculo, de previsão e de organização”, e, “o traço fundamental da guerra moderna é o aumento da velocidade da maioria dos acontecimentos que nela ocorrem” (CASTELLS, 2003).

Na obra de Mattelart (2006, p. 38), há um trecho em que ele lembra Charles Babbage¹⁹, dizendo que ele foi o primeiro a estabelecer o termo “máquinas de informação” às linhas telegráficas e que, cinco anos antes do telégrafo, o mesmo Babbage (1832) já havia feito um prognóstico: “essas máquinas foram estabelecidas tendo em vista a transmissão da informação em tempos de guerra. Mas o desejo crescente das pessoas logo será, provavelmente, o de colocá-las a serviço de assuntos mais pacíficos [Babbage, 1832, p. 36]”. Assim caminhava essa relação dos sujeitos com as inovações, Babbage inaugurara um termo que muito ainda seria utilizado e do qual também nos utilizaremos por aqui, as máquinas de informação. Ainda, atentando para esses comentários de Babbage, podemos perceber que também ele tinha uma visão libertadora dessas que ele nomeou máquinas de informação, similar ao que pudemos observar com Alexandre Vandermonde, “os comentários de Babbage esclarecem sua crença na virtude das ‘máquinas de informação’ no quadro da ‘troca livre e ilimitada entre as nações’ tanto de mercadorias como de saberes. Uma troca que, segundo ele, só pode ‘contribuir para o benefício e a prosperidade de todos’ [Babbage, 1851]” (MATTELART, 2006, p. 38-39). Esse aspecto trazido por Mattelart vai ao encontro da questão da ideologização da técnica que debatemos com Álvaro Vieira Pinto (2005) no item anterior.

Com internet e computadores, grandes emblemas do que conhecemos por sociedade da informação, também não foi diferente, seu desenvolvimento e evolução técnica esteve fortemente calcado em demandas e práticas militares. O conceito inicial da conexão em rede começou com redes menores dentro do próprio pentágono norte-americano. Mattelart (2006, p. 60-61) conta que tudo ocorreu no contexto da Guerra Fria, mais precisamente quando foi aberta a frente de batalha pela conquista espacial. O Pentágono criou agência federal que levou o nome de Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA),

19 BABBAGE, C. On the Economy of Machinery and Manufactures, A. M. Kelley, Londres, 1832.

sendo que ela era a responsável pelos contratos federais de grandes projetos. Alguns anos mais tarde, a DARPA lança a rede Arpanet, e aqui nós podemos observar o início do que um dia viria a se tornar a internet, a web como a conhecemos. Mais uma vez, como já dissemos em alguns momentos, a Arpanet também foi criada com o fim de facilitar as trocas de informação entre as equipes dos projetos militares, ou seja, o fim militar ainda continuava sendo o grande motor das novas implementações.

A partir das experiências tidas em torno da Arpanet, foram traçadas premissas de circulação livre de informações, de modo diretamente relacionado ao modelo de sociabilidade que havia se desenvolvido no contexto da Arpanet junto aos especialistas de informática. A intenção agora era transportar esse modelo e esses benefícios para o cotidiano, para a vida das pessoas comuns. Nesse momento, a crença era de que esse modelo que se desenvolveu junto aos especialistas, nos órgãos governamentais, na internet universitária etc., funcionaria da mesma forma na sociedade de forma geral.

Castells (2003) nos explica que nesse momento específico da história os grandes projetos eram todos ligados a órgãos governamentais, principalmente os que envolviam pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias em projetos muito ambiciosos. Foi o que antes aconteceu com a bomba atômica, foi também o que aconteceu com a corrida espacial e que também continuou acontecendo com o desenvolvimento, expansão e aprimoramento da Arpanet. “Todos os desenvolvimentos tecnológicos decisivos que levaram à Internet tiveram lugar em torno de instituições governamentais e importantes universidades e centros de pesquisa” (CASTELLS, 2003, p. 23). Castells (Ibid.) afirma que isso acontecia porque os grandes projetos (como é o caso dos exemplos que já demos) envolviam custos e riscos muito altos e que as empresas da época eram muito conservadoras para assumirem tais riscos. Houve até uma tentativa de privatização da Arpanet junto à AT&T²⁰, mas a mesma recusou.

A partir desse quadro podemos compreender um pouco dos princípios que guiaram essa ideia dos computadores conectados em rede, bem como os princípios econômicos e sociotécnicos que orientavam o setor de pesquisa e desenvolvimento da época. É

20 *American Telephone and Telegraph*. Empresa de telecomunicações dos Estados Unidos.

importante perceber que nesses primórdios da internet, a filosofia que guiava o desenvolvimento e operatividade da mesma era bem diferente da que hoje rege o mercado digital, as premissas de livre compartilhamento e trocas de arquivos em rede está cada vez mais ameaçada em nossa época, que desloca formas de relacionamento e valoração, havendo uma predominância do discurso econômico, deslocando inclusive os valores de conhecimento e informação. Retomaremos essa discussão mais a frente.

Como vimos, essa presença marcante do “militar” vai se dar em diversas instâncias, antevendo muitos dos novos processos como os que conhecemos hoje. Nos Estados Unidos, tanto Pentágono como Nasa, dois órgãos diretamente envolvidos com a defesa nacional, vão ter um papel crucial nesse cenário. Mattelart (2006, p. 55) nos diz que os contratos de pesquisa das duas agências predominarão no complexo militar-industrial. Tendo em vista o contexto da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear orientou diversas das investidas das agências mencionadas, sendo que uma das grandes realizações foi o SAGE (Semi-Automatic Ground Environment System), que era um sistema nacional de defesa aérea, que tinha uma arquitetura de funcionamento que, de certa forma, prefigurou os “grandes sistemas de interconexão em tempo real entre computadores” (Ibid.). Esse sistema de comunicação entre os computadores da força aérea americana, no contexto da época, já operavam de uma forma que desenhava o futuro da comunicação em rede, sendo que, já nessa época, começava a se concentrar processos variados para serem realizados pelo computador.

Os grandes da informática a frente dos projetos já iniciavam suas próprias visões sobre o que poderíamos esperar futuramente do uso das máquinas, sendo que o “computador ganha seu verdadeiro sentido de ‘máquina universal’, teoricamente capaz de ‘resolver qualquer problema formulado de modo razoavelmente preciso, isto é, que pode ser sistematizado, matematizado, modelizado, reduzido a um algoritmo’ [Edwards²¹, 1989, p. 149]” (MATTELART, 2006, p. 56).

Essa visão do computador como concentrador de processos já vinha de outros

21 EDWARDS, P. N. The Closed World: Systems Discourse, Military Policy, and Post-World War II US Historical Consciousness. In: The Military Information Society. L. Levidow e K. Robins (eds.). Free Association Books, Londres, 1989.

tempos, e, como sempre, ligado ao setor militar. Já com a segunda guerra, frentes de pesquisa iam a fundo em projetos que foram grandes precursores dos computadores que em seguida viriam. Nessa época, as pesquisas eram focadas em artefatos mais próximos de grandes calculadoras, com o intuito de processamento de dados envolvidos diretamente nas estratégias militares, que envolviam em essência muitos cálculos matemáticos. Essas frentes de pesquisa eram inclusive lideradas por Vannevar Bush, criador da primeira calculadora analógica completa. Bush, ainda, viria a propor o *Memex*, que seria um sistema de acesso a informações que ficou conhecido como o grande precursor do hipertexto²² como o conhecemos.

A ideia de Bush não chegou a sair do plano das ideias. Segundo André Lemos (1997), o *Memex* foi o “pioneiro, ancestral dos hipertextos”, mas que nunca chegou a existir de fato²³. Na época, no ano de 1945, Bush propunha o *Memex* (*Memory Extender*) como sendo “uma espécie de arquivo ou biblioteca pessoal, um dispositivo para estocar e procurar informações, baseado em microfilmes e em informações indexadas” (Ibid.), que realmente tem relação direta com a rede eletrônica de navegação como a conhecemos.

a rede eletrônica significa e faz falar sentidos para aqueles que se inscrevem em regiões da memória e têm acesso ao interdiscurso. Não há um já-lá de caminhos traçados entre links e sentidos, bem como não é para todos, igualmente, que os endereços eletrônicos fazem sentido. Provedores, sistemas de busca, páginas eletrônicas não constituem elementos conhecidos por todos, tampouco têm o poder de fazer iguais todos os usuários da rede. Apenas para alguns, a rede possibilita e potencializa o acesso material ao ciberespaço e, mesmo assim, isso não é garantia de que os sentidos sejam lidos, interpretados e compreendidos pelo internauta. A memória discursiva, que não está-lá, é que faz o sujeito-navegador atribuir sentidos e inaugurar gestos de leitura e interpretação (ROMÃO, 2004, p. 43).

Essa memória discursiva a que se refere Romão é o que forma o conjunto de

22 Ver nota de rodapé nº 6, p. 29.

23 “O nome hipertexto é, portanto, atribuído a Ted Nelson em 1965, quando este lança o projeto Xanadu. O hipertexto é pensado por Nelson como um mídia literário onde, a partir de textos, poderíamos abrir janela e janelas de janelas dando sobre mais e mais informações (textuais, sonoras e visuais). Hoje o WWW é um exemplo popular do hipertexto, onde o “internauta” pode navegar de informação em informação, de “site” em “site”, de país em país, em tempo real (ou quase), através de interfaces que são os “browsers” como Netscape, Explorer ou Mosaic. Não existe aqui nenhum percurso determinado ou qualquer forma de linearidade” (LEMOS, 1997).

prefigurações da sociedade das redes. É ela que inaugura eventos distintos, com objetivos distintos, afetados pelo interdiscurso e por um gesto de interpretação específico da tecnologia informática para convergir para a interconexão, corroborando o que foi a base da consolidação dos computadores e da interconexão dos mesmos em rede, possibilitando a criação e expansão da *WWW* na virada da década de 80/90, a *Web* como a conhecemos.

Contudo, essa memória, como pudemos perceber com os exemplos, não possuem uma orientação unicamente técnica (computador-máquinas-fios-equipamentos...), mas também do ponto de vista das ideias sobre a natureza da criação, gestão e veiculação das informações que norteariam todo o emergir disso que conhecemos por sociedade da informação. Ainda, bem antes de Vannevar Bush, por exemplo, em 1895, em Bruxelas, um grande passo acerca da gestão do conhecimento foi dado. Foi criado, nessa época, o que ficou conhecido como “Livro Universal do saber”, que tinha por objetivo registrar e organizar a produção intelectual do mundo. “Para essa nova ciência da organização sistemática da documentação, as publicações científicas são apenas elementos, partes, capítulos, parágrafos de uma vasta enciclopédia de documentos que engloba o universo” (MATTELART, 2006, p. 44).

Um acontecimento desses já representa um desenho de como viriam a se consolidar as formas de gestão e de organização de informação e conhecimentos, tendo sido bastante significativo, inclusive pela época em que ocorreu. “Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Instituto já produz um Repertório bibliográfico universal, um Repertório iconográfico universal, um catálogo central das bibliotecas, Arquivos documentais internacionais, e estabelece uma Biblioteca internacional e um Museu internacional dos métodos de documentação” (MATTELART, 2006, p. 45).

A partir disso, a concepção de construção do saber da humanidade a partir de fragmentos menores de saber se instala, até mesmo pela própria etimologia da palavra informação, que remete a um significado em latim no sentido de dar forma, delinear, seria então esse processo de dar forma ao conhecimento, ao saber. Atentemos para essa ideia inicial dos fragmentos, pois a própria sociedade da informação como a conhecemos hoje é intensamente marcada pela fragmentação, fundamentalmente pela quantidade e velocidade

com que circulam informações e conhecimentos, potencializando a efemeridade dos fatos, fazendo com que a sensação de totalidade se distancie de nós cada vez mais. É um pouco do que Orlandi (2004, p. 29) denomina como *fragmentário*, diz a autora:

O que se toma como fragmentário são flagrantes (flashes), vitrines, sentidos em trânsito. A sensação de fragmentário é efeito da vontade de totalidade dada pela impressão (imaginária) de arredondamento da “paisagem”: totalidade abrangida e abrangente do olhar. De um olhar organizado e organizador (do urbano) que é totalitário. A materialidade da cidade des-organiza esse lugar totalizador e, obrigando ao percurso/movimento, nos disponibiliza para outra apreensão de sentidos.

Esse é um sentido que, em determinado momento desse processo histórico que vimos descrevendo, começa a se intensificar, até que atinge, nos dias de hoje, níveis nunca antes imaginados, principalmente pela quantidade de informações que circundam, circulam e redundam no espaço urbano (informações digitais e não digitais).

Nesse momento, deparamo-nos com um ponto crucial sobre esse tema da Sociedade da Informação, os sentidos produzidos e derivados das palavras informação, conhecimento e, em nosso caso específico, a Inclusão Digital, também a instrumentalização. Se pensarmos no momento pré Primeira Grande Guerra e no momento atual, podemos perceber que essa ideia da construção de saber a partir de fragmentos é similar, porém as condições de produção são radicalmente diferentes. Os enunciados/dizeres relativos aos fragmentos resultam de uma produção de sentidos bem distinta no que diz respeito a esses dois momentos distantes da história, principalmente no que tange à filiação a uma rede de memória própria do momento.

Em que reside essa diferença? No momento atual, a ideia de fragmentação é preponderante à de construção a partir de fragmentos. Em um primeiro momento podemos até encontrar uma certa dificuldade para perceber a diferença que existe entre os dois enunciados: *construção a partir de fragmentos* e *fragmentação*. Para compreender essa relação, é importante atentar para a rede de memória que mencionamos, sendo que para cada enunciado essa memória é bem distinta.

No momento pré Primeira Guerra, o cenário tecnológico era outro, não existiam as

tecnologias de transmissão de troca instantânea de informações que temos nos dias de hoje. Isso implica dizer que, naquele momento, construir o saber a partir de fragmentos, dentre outros motivos, buscava dar conta de um ineditismo, que era a maior integração e o aumento da troca de informações entre nações. É preciso perceber que isso ainda não era uma realidade, principalmente pelo momento de guerra, mas alguns processos tecnológicos e algumas investidas de países e grupos já buscavam essa maior integração. Dessa forma, podemos inferir que, a partir de uma necessidade e de uma possibilidade, surge a ideia de fomentar a construção do saber a partir de fragmentos. O que também sempre aconteceu, só que de uma forma não nomeada. Acontece que em fins do século XIX e início do XX, a realidade de um intercâmbio de pesquisadores, professores e estudantes entre países já era algo bem mais palpável que em momentos anteriores da história, basta olharmos para o exemplo do próprio Estados Unidos da América que, na segunda metade do século XIX já enviava estudantes graduados para continuarem sua formação em universidades alemãs.

Então, essa ideia, naquele momento do início do século, era uma forma de dar início a uma nova investida em termos da construção do saber. Já em nosso tempo, isso desloca, sendo que a produção de sentidos é radicalmente diferente, pois o que move essa fragmentação é, justamente, o excesso de informações e, principalmente, a velocidade com que elas circulam. Essa quantidade, esse excesso, nessa velocidade, não permite outro modo senão o da fragmentação, o fragmentário de que fala Orlandi (2004). Assim, estamos lidando com dois polos: o primeiro é que a informação ainda era, de certa forma, escassa; enquanto que o segundo é que a informação já se encontra em um patamar do excesso. Estamos jogando com possibilidade de construção e com a impossibilidade de apreensão, produzindo, de formas distintas, o sentido dos fragmentos.

Isso ainda traz outras implicações que, como dissemos, afetam a relação informação-conhecimento. Breton (1991, p. 49) diz que a palavra informação tem uma origem etimológica relacionada à ideia de forma. Ele completa que suas raízes são predominantemente latinas, em que *Informatio* designa ação de modelar, de dar uma forma. “Informar, para o latino, significa igualmente instruir no sentido de educar, de formar o espírito” (Ibid.). Segundo o autor (Ibid.) “o termo possui múltiplas acepções, mas todas

remetem de modo explícito à ideia de uma elaboração, de uma construção”. Aqui também cabe remeter à noção de forma material (ORLANDI, 2008), segundo a qual forma e conteúdo não se separam, mas se constituem ao mesmo tempo. A forma material considera a forma discursiva, linguística-histórica. Portanto, informação teria seu sentido a partir de seu funcionamento. A forma material, define Orlandi (Ibid, p. 40), “é o acontecimento do significante (estrutura) no sujeito, no mundo”. Daí buscarmos aqui o funcionamento da Sociedade da Informação.

Ou seja, se atentarmos para as definições de informação enquanto elaboração, construção, educação, instrução, formação do espírito etc., podemos perceber a possibilidade de relacionar essa concepção diretamente com a concepção de conhecimento, de saber, no âmbito da compreensão, do domínio, da experiência. Porém, em nosso tempo, o sentido de informação sofre uma certa diluição, pois ele “toma o sentido geral que lhe atribuímos atualmente, um sentido mais ou menos vago, o de 'fato relatado', percurso que o termo ainda hoje segue, paralelamente à sua utilização no universo das técnicas” (BRETON, 1991, p. 49-50). E é aí que começam as contradições que queremos debater, pois, como veremos a seguir, informação e conhecimento, nos dias de hoje, são usados, muitas vezes, de forma indistinta, principalmente no âmbito de nossa temática principal, a da Inclusão Digital.

Ainda, nessa linha, Breton (1991, p. 50) vai dizer que

o fato de o mesmo termo servir para designar a informação no sentido jornalístico e a informação no sentido técnico manterá durante muito tempo, ainda em nossos dias, uma confusão prejudicial para a clareza de alguns debates: a informação que nos oferecem a imprensa e os meios de comunicação é, de fato, naturalmente carregada de sentidos (é por esse motivo que apenas raramente é “objetiva”), ao passo que a informação processada pelas técnicas é justamente despida de sentido, pelo menos durante o tempo das operações realizadas pela máquina.

O autor tem razão quando fala dessa confusão causada pela indistinção do mesmo termo informação sob focos muito diferentes. E isso também pode ser relacionado à discussão sobre informação-conhecimento que já anunciamos. Mas, pela via da Análise de Discurso, que é a que seguimos neste trabalho, faz-se necessário fazermos duas

observações em relação a essa fala de Philippe Breton.

O primeiro ponto diz respeito à própria crítica que ele faz do termo informação sendo usado para focos muito distintos, como foi o caso da informação jornalística versus a informação técnica. Ora, para a Análise de Discurso isso não se configura como um “problema” propriamente dito, talvez um “problema” de pesquisa, mas não um problema nos termos apontados por Breton. O que há é que os significantes não possuem sentidos estabilizados, não existe um sentido já-lá, o sentido é produzido na relação com as condições de produção e com a formação discursiva. Da mesma forma que atribuímos sentidos diferentes para a palavra “problema”, isso também acontece no exemplo dado pelo autor no que diz respeito ao significante “informação” tomado em relação a uma formação discursiva jornalística e outra formação discursiva técnica, por exemplo a da informática, da linguagem de programação.

A segunda observação reside em um grande “problema” (no sentido comum do termo) se formos pensar por via da Análise de Discurso. Breton (Ibid.) diz que “a informação processada pelas técnicas é justamente despida de sentido, pelo menos durante o tempo das operações realizadas pela máquina”. De nossa perspectiva, isso não é possível, visto que os objetos técnicos não são neutros, as máquinas, as tecnologias não são neutras. Há condições de produção específicas que determinam as ações desses artefatos. Aqui, concordo com Pedro Markun²⁴, quando diz que tecnologia e política se misturam a todo momento. Não há como pensarmos uma informação despida de sentido, nem mesmo quando a pensarmos no momento de processamento por parte de uma máquina. Se tal máquina processa determinada informação ela o faz a partir de uma ação humana que produziu sentidos em condições de produção específicas e, mesmo no momento do processamento técnico, está refletida essa produção de sentidos do elaborador dessa informação e/ou desse processo. Podemos dar um exemplo muito simples sobre isso com a própria linguagem de programação.

Breton (1991, p. 189) nos diz que uma linguagem de programação consiste em “um conjunto determinado e fixo de instruções que permitem a transcrição do problema em

24 <<http://tedxtalks.ted.com/video/TEDxVer-o-Peso-Pedro-Markun-Nov>>

questão”. A linguagem de programação da informática é uma tecnologia, e é uma tecnologia essencialmente baseada na escrita. “Em sua origem, realmente, a programação era tanto uma questão de linguagem e de código quanto de conhecimento íntimo do material e da estrutura concreta da máquina” (Ibid.). Quem escreve um código de programação, na verdade, escreve um conjunto de instruções de uma forma que determinada máquina – entendendo-se aqui máquina no sentido de computadores e informática – consiga compreender e seja capaz de processar tal informação de maneira a realizar uma tarefa específica. Essa ação, em si, já é uma produção de sentidos, os sentidos que a máquina compreende. Não esquecendo do que já vimos com Guattari (2000), as máquinas tecnológicas também participam na subjetivação. Ou seja, para que essa máquina compreenda o código no momento do processamento, é necessária uma produção de sentidos muito específica, materializada na escrita do código que será lido pela máquina. Isso, por si só, já faz com que não possamos conceber uma “informação técnica despida de sentidos”.

Quem já viu um código de programação de perto, ou melhor, por dentro, a escrita propriamente dita desse código (e aqui reside o exemplo que queríamos trazer), percebe que nem só de instruções técnicas compreensíveis pela máquina é feito um código. Existe algo na linguagem de programação conhecido por “comentário” e, nesse caso, não é uma deriva impactante, é um comentário no sentido do senso comum mesmo, é como diríamos: literalmente, um comentário. Em cada linha de código direcionada à máquina, quem escreve o código, se utiliza de técnicas próprias da linguagem de programação para inserir informações adicionais (os comentários) que servirão para auxiliar na compreensão do funcionamento daquele código, tanto pelo próprio programador na perspectiva de lembrá-lo do que ele mesmo fez, quanto por outros programadores ou outras pessoas que eventualmente tenham acesso a esse código e queiram estudá-lo/compreendê-lo.

Isso que descrevemos é algo muito comum na produção de software em geral e, principalmente, na produção de software de código aberto que abordaremos mais à frente, no sentido de que a troca de códigos é mais intensa, sendo que esses comentários tornam-se ferramentas fundamentais no processo de construção conjunta. Por isso, não há como

tomarmos um código de programação (a “informação técnica”) como sendo despida de sentidos. Além de estar revestido pela produção de sentidos própria promovida por quem o programou, ele possui em si, condições de produção específicas que produzem sentidos continuamente durante sua elaboração, circulação e mesmo durante seu processamento. Algo que é muito comum entre programadores, é eles enviarem recados (ou mesmo “brincadeiras”) dentro do código de programação, muitas vezes disfarçados pelos comentários de que falamos, sendo que, mesmo durante o processamento do código, esses recados/brincadeiras podem ser evidenciados. No caso específico das brincadeiras, principalmente no momento do processamento do código, pois esse é o intuito mais comum delas, produzir um efeito de susto/supresa.

Voltando à nossa questão anterior anunciada sobre informação-conhecimento, os dois termos passarão a circular indistintamente, com alguns teóricos tentando fazer uma comparação e outros simplesmente se omitindo desse cenário complexo e duvidoso. Segundo Mattelart (Ibid., p. 71), essa imprecisão não cessa por aí, ela ainda vai se estender para a noção de sociedade da informação:

A imprecisão que envolve a noção de informação coroará a de ‘sociedade da informação’. A vontade precoce de legitimar politicamente a ideia da realidade *hic et nunc* desta última justificará os escrúpulos da vigilância epistemológica. A tendência a assimilar a informação a um termo proveniente da estatística (datas/dados) e a ver informação somente onde há dispositivos técnicos se acentuará. Assim, instalar-se-á um conceito puramente instrumental de sociedade da informação. Com a atopia social do conceito apagar-se-ão as implicações sociopolíticas de uma expressão que supostamente designa o novo destino do mundo (Ibid.).

Essa preocupação de Mattelart nos remete à nossa discussão sobre informação com Philippe Breton. É o deslocamento do sentido de informação colocando-a sob um aspecto simploriamente técnico e supostamente “despido de sentidos”. Desse modo, a sociedade da informação poderá ser referida de diferentes formas, muitas delas não distinguindo informação de conhecimento, havendo um terceiro deslocamento, agora do termo “conhecimento”, trazendo-o novamente para perto dos sentidos de “informação”. O problema disso reside no fato de que houve uma produção de sentidos em relação aos dois

termos que funcionou pela simplificação, dificultando a escolha e uso de termos que façam menção, por exemplo, a uma produção de conhecimentos no sentido acadêmico-científico.

Percebemos, assim, que “sob o efeito da ideologia, informação e conhecimento parecem se sobrepor no discurso das novas tecnologias” (DIAS, 2009, p. 16). Essa sobreposição de que nos fala Dias (Ibid.) trará alguns problemas na compreensão dos discursos circulantes de informação e conhecimento na sociedade da informação, sendo que “a informação é a matéria-prima da construção do conhecimento, mas não é o conhecimento, portanto, não pode substituí-lo” (Ibid., p. 18).

Conhecimento e informação são determinantes de sociedade nesses enunciados [sociedade da informação, sociedade do conhecimento], são qualificativos regendo sociedade. Eles não querem, no entanto, dizer a mesma coisa, pois produzem sentidos diferentes uma vez que acionam e se filiam a diferentes memórias discursivas. Porém, a filiação às novas tecnologias faz com que o funcionamento discursivo desses determinantes apague as diferenças constitutivas dos distintos modos de formular. Ou seja, se substituirmos o determinante informação por conhecimento, o sentido da formulação produzirá o mesmo efeito, pois eles passam a significar como se fossem sinônimos quando filiados às NTICs, a saber, na formação discursiva das novas tecnologias. Tomamos, assim, a formulação na sua evidência ideológica, apagando a materialidade da palavra, apagando a memória das redes de filiação de sentidos (Ibid., p. 16).

Novas configurações são produzidas com a emergência do digital, internet, velocidade... Novas linguagens são produzidas, inclusive uma linguagem própria da tecnologia, que deve ser percebida em seu funcionamento. Uma linguagem da tecnologia que diz respeito a diversos âmbitos, sendo que um deles pode ser o próprio âmbito técnico, como é o caso da linguagem de programação que já exemplificamos anteriormente. Outro caso, necessário para o funcionamento da sociedade da informação e de suas tecnologias, é o caso de uma linguagem da tecnologia que é aquela apreendida no nível do usuário, no que diz respeito à relação dos sujeitos com o contexto da sociedade da informação e de sua instrumentalização com as novas tecnologias digitais, que é o que acontece na Inclusão Digital. Essa linguagem da tecnologia no nível usuário é algo necessário ao funcionamento e produção de sentidos na relação da maior parte dos sujeitos em funcionamento na sociedade da informação.

Porém é preciso atentar para que esse novo contexto não engesse o conhecimento, categorizando-o e taxonomizando-o, pois “o conhecimento nunca é o mesmo, ele não pode ser enquadrado, porque é fluido, escoa (...) ele tem uma forma material, ou seja, ele é um processo de significação e, sendo processo, não pode ser estancado” (Ibid., p. 19-20). Essa linguagem própria da tecnologia está relacionada também com esse cenário dos deslizamentos do par informação-conhecimento. Se tomarmos o palco do Barracão, podemos perguntar: o que é o programa de computador? Os sujeitos usam mas não sabem o que usam.

Nas perguntas respondidas pelos sujeitos que se inscreveram para as oficinas de informática no Barracão, pudemos observar algumas combinações de respostas²⁵ para ilustrarmos isso que mencionamos sobre o programa de computador. Percebemos que alguns sujeitos respondiam, no questionário, que usavam computador e/ou internet X vezes por semana. Mas em uma questão posterior, a pergunta era “que programa de computador eles comumente utilizavam”. Nessa questão, esses mesmos sujeitos respondiam de forma um tanto surpreendente. Foram 2 tipos de respostas: “nenhum” e “o básico”.

Ou seja, observamos aí que, no primeiro caso, o sujeito usa o computador X vezes por semana, seja 2, 3, ou mais, mas, mesmo assim, ele responde que não usa nenhum programa de computador. O que ocorre nessa resposta é que programa de computador não faz sentido para esse sujeito. “Programa de computador” não significa na relação com “uso de computador”. É o não-sentido²⁶ de que fala Orlandi (2010, p. 18).

Da mesma forma, isso ocorre com a resposta “o básico”. Uma resposta assim produz o sentido justamente de que a linguagem da tecnologia não significa na formação discursiva desse sujeito.

Uma série de ideias/pensamentos circularam e deslocaram o foco para reflexões acerca do lugar e atuação das máquinas de informação na sociedade, e também para o papel das novas tecnologias da memória no desenvolvimento desse processo que leva à Sociedade da Informação. É preciso depreender desse processo sócio-histórico que uma

25 Abordaremos esse questionário de forma mais detalhada no item sobre Inclusão Digital mais adiante.

26 Para Orlandi (2010, p. 18), “a noção de não-sentido (tradução de non-sens) aponta para o que virá a fazer sentido”, em contraponto ao sem-sentido que, para a autora refere-se “ao que não chega a significar”.

série de acontecimentos relaciona-se diretamente com a constituição da memória ligada a essa denominação. No que diz respeito a suas bases, é necessário atentarmos para o fato de que elas são diretamente relacionadas com o contexto bélico-militar do período pós segunda guerra, o que produz efeitos diversos que virão constituir essa memória ligada à Sociedade da Informação. Que constituição foi essa? A partir de que premissa ela se baseou? Que rumo ela tomou? Quem ela favorece nos dias de hoje? Talvez possamos compreender alguns desses questionamentos em nossa discussão seguinte, em que enfocaremos justamente o deslocamento da concepção do conhecimento e como a ordem econômica passará a determinar a produção de sentidos na contemporaneidade.

4.3 Nova sociedade, nova economia: o conhecimento como mercadoria

Precisamos compreender o contexto no qual estamos trabalhando. Dessa forma, vamos proceder a um pequeno resgate de elementos que atuaram mais diretamente no emergir da sociedade da informação. No Japão, já em 1971, foi formulado o primeiro projeto institucional firmando a sociedade da informação como meta para o ano 2000. Por esses e muitos outros motivos (mas muito fortemente por esse) o Japão se firmou internacionalmente como uma sociedade avançada no âmbito das redes. O contexto dos projetos que delineavam Tóquio como uma cidade interconectada, tinham como pano de fundo o modelo Computópolis,

a cidade inteiramente interconectada e equipada com terminais domésticos, com gestão automatizada dos fluxos do tráfego, uma rede de trilhos e veículos de dois lugares comandados por computador, hipermercados por assim dizer sem funcionários e com pagamento feito com cartões magnéticos, informatização do ar condicionado (MATTELART, 2006, p. 106).

Com o passar do tempo, o japão viria a se tornar uma sociedade altamente tecnologizada e digitalizada, mas, junto a esses discursos, também apareciam os fins mercadológicos e empresariais. O grande ponto que envolve o Japão é a questão do planejamento e a virada mercadológica em cima dos Estados Unidos. Em 1978, as

empresas japonesas começaram a se empenhar no mercado de computadores pessoais e, em apenas 4 anos, modificaram o quadro de monopólio americano no mercado interno.

No Canadá, também em 1971, foi publicado o primeiro documento oficial que remetia à sociedade da informação. Mattelart (2006, p. 109) conta que “o documento fundador é prolixo sobre a filosofia da democracia descentralizada como quadro de uma política de apropriação nacional das redes: as 'comunicações devem emanar do povo e devem ser estabelecidas pelo povo para servir ao povo’”. Nesse caso, já observamos também uma contradição, visto que o documento propaga o emanar do povo para servir ao povo, mas ao mesmo tempo é um documento de metas de cunho governamental, que “emana do governo”, logo regido pelo jurídico e pelo econômico.

Na França, o primeiro documento foi entregue em 1978. Conhecido como o relatório Nora-Minc, ele também traçava premissas para a informatização da sociedade. No período foi forjado o termo “telemática”, junção entre telecomunicações e informática, termo, inclusive, bastante difundido e utilizado nos dias de hoje. Ela “pressagia modos mais brandos de consenso, ela abre caminho para a 'recriação de uma ágora informacional’” (Ibid., p. 112). Percebe-se então que a visão de democratização também era presente. Em seguida, o governo socialista que assumiu em 1981 deu sequência ao estudo apresentado nesse relatório, iniciando o discurso de “democratizar a informática”, ao invés de “informatizar a sociedade” (Ibid., p. 113-114).

Os Estados Unidos, apesar de serem precursores de muitos dos acontecimentos que costuraram a sociedade da informação e terem se mantido na liderança de muitos processos análogos, não institucionalizaram tão cedo metas e planejamento como foi observado em outros países. Na década de 70 houve manifestações desse tipo em diversos países, quando “a referência à ‘sociedade da informação’ impõe-se sub-repticiamente nos organismos internacionais” (Ibid., 118). No mesmo período, os EUA lançaram políticas, instituíram leis, promoveram investidas no setor de informática utilizando-se para isso das leis do sistema de telecomunicações. Esse cenário foi amadurecendo por um certo tempo, até que em 1993, foi instituído um plano baseado na ideia das infovias com Al Gore. Em 1993, os Estados Unidos lançam o programa de National Information Infrastructure. “A ideia de

infovia emplaca. O Japão passa a apoiá-la e, junto com ele, vários países asiáticos. O primeiro deles, desejoso de conferir um novo alento a uma estratégia nacional de construção da sociedade da informação” (Ibid., p. 125-126), nesse caso, fazendo referência à ambição japonesa de se tornar referência no setor.

Podemos perceber que as manifestações pré sociedade da informação foram ocorrendo em muitos locais do Globo, sendo que citamos os principais. Além dessas manifestações locais, houve também exemplo de manifestações em bloco, como foi o caso da União Europeia, que tentou propor metas conjuntas entre os países do grupo. Em 1987, foi apresentado um Livro verde²⁷ sobre as telecomunicações, que segundo Mattelart (Ibid., p. 125), “dá o primeiro passo para o ajuste dos países membros da União Europeia, tendo em vista a elaboração dos termos de uma política pública comum no domínio”. Alguns dos pontos principais do documento, diz o autor, era a abolição dos monopólios nacionais e o esboço de uma problemática das redes de informação, em vista disso ser um elemento constitutivo da construção do mercado único.

Levando em consideração todo o contexto internacional descrito, podemos situar o Brasil nesse cenário. Apesar de nos anos 70 termos observado diversas investidas no âmbito da informática no mundo, inclusive no Brasil com ações específicas do governo militar voltadas para a indústria de computadores, podemos dizer que nosso país resolveu acompanhar as tendências globais de maneira um tanto tardia. Só no fim da década de 1990 tivemos um documento institucional nacional versando sobre a sociedade da informação. Muitos países consolidaram planejamentos também na década de 90, como foi o caso do próprio Estados Unidos, porém já haviam iniciado ações concretas em matéria de ideias, planejamento e expansão muito antes, como foi o caso do Japão em 1971.

E é nesse ponto que começa a fazer diferença a grande preponderância do econômico em todo esse contexto da suposta nova sociedade. No Brasil, temos um contexto de desigualdade social muito extenso, que inclui, exclui e categoriza sujeitos compulsoriamente, problemas que partem da ordem econômica para a social, demandando

²⁷ Livro Verde é uma denominação que normalmente acompanha grandes documentos que trazem propostas que ainda passarão por uma série de debates e modificações antes de serem implementadas, é uma tendência que observaremos em diferentes países, inclusive no Brasil.

assim políticas públicas voltadas para a inclusão. Provenientes do governo federal, temos hoje cerca de 20 programas de inclusão digital em funcionamento, cada um com suas próprias especificidades, somando-se ainda aos estaduais e municipais, que variam de acordo com a localidade. A maior busca ainda diz respeito à ampliação dos programas e do efetivo acesso, em uma tentativa de universalização dos serviços, e é nesse ponto que residem as maiores contradições do discurso da inclusão, levando-se em consideração a situação socioeconômica e a desigualdade social, bem como a situação econômica do próprio país à época de início das investidas pró Sociedade da Informação. “Durante a década de 1990, coincidindo com a explosão da revolução da informação-tecnologia, a ascensão da nova economia e a difusão da internet, o mundo experimentou um aumento substancial na desigualdade e polarização da renda, na pobreza e na exclusão social” (CASTELLS, 2003, p. 216).

Ao tratar do tema inclusão digital, obrigatoriamente abarcamos outros temas, como cidadania digital e inclusão social, inseridos no amplo contexto da sociedade da informação. No final da década de 1990, ganhou força no país esse movimento em prol da sociedade da informação, que já havia se iniciado em meados dessa mesma década. Podemos dizer que ela era um novo contexto que, em alguns países, já começara a se solidificar e, em outros, iniciava sua gestação.

Na tentativa de se alinhar às mudanças e novas demandas mundiais, surge no país o programa SocInfo – Sociedade da Informação no Brasil, com suas bases amparadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), visando a formular e implementar políticas públicas para que o país pudesse adquirir uma tal “competência informacional” nas diversas esferas sociais, obtendo conhecimento e domínio sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e utilizando-as para gerenciamento de grandes volumes de informação, uma forma de se estabelecer conexão sólida com o resto do mundo.

A sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico. É um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a

estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infra-estrutura de informações disponível (TAKAHASHI, 2000, p. 05).

A citação acima foi retirada do *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil* (2000), obra do MCT, em parceria com outros órgãos, que reunia propostas, discussões, problemáticas, prognósticos e outras informações pertinentes à discussão sobre a consolidação da sociedade da informação no país e que até hoje é uma das principais referências sobre o assunto. Nessa citação, podemos observar que no próprio Livro Verde brasileiro o fator econômico é bastante considerado, porém o mesmo sempre vem em segundo plano, a tendência da materialidade discursiva das formulações do Livro Verde é significar o social e o técnico como preponderantes em relação ao econômico, porém, como temos tentado demonstrar até aqui nesse trabalho, o econômico é que é o preponderante em relação ao técnico e ao social, adicionando ainda o político e o cultural.

O Livro Verde traz diversos elementos sobre a temática em questão, uma de suas metas era servir de base informativa para um amplo processo de participação da sociedade nas decisões que culminariam com o lançamento de uma outra obra, um Livro Branco, que conteria um detalhado agendamento das políticas públicas para o setor, a serem implementadas nos anos subsequentes.

O objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil (Ibid., p. 10).

Vemos, mais uma vez, uma tentativa de deslocamento da importância do social, ainda culminando com o suposto fomento à participação social em iniciativas governamentais. Pela rede memória a que podemos recorrer para analisar essa situação, dadas as condições de produção da virada do milênio, podemos inferir que ainda era um momento em que essa suposta participação social em formulações governamentais era inexpressiva ou mesmo

nula, demonstrando mais uma contradição.

O novo contexto traz consigo novas demandas. A inclusão digital e o maior acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por parte da população tornam-se requisitos para o desenvolvimento e expansão da sociedade da informação no Brasil, com a promessa de que isso traria inclusão social e melhorias para a economia nacional. Contudo, o maior acesso é apenas um dos requisitos, não sendo suficiente para caracterizar uma iniciativa de inclusão digital que esteja congruente com as premissas trazidas na obra, que fomentem a cidadania. O próprio livro verde já trazia uma perspectiva que pretendia transpor esse limite do acesso, dizendo que

na nova economia, não basta dispor de uma infra-estrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia. A dinâmica da sociedade da informação requer educação continuada ao longo da vida, que permita ao indivíduo não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas sobretudo inovar (Ibid., p. 7).

Como podemos observar até o momento a obra é repleta de contradições e efeitos de equívoco. É preciso lembrar que o processo de Inclusão Digital é uma articulação peculiar de discursos e sentidos. Tomemos aqui o exemplo do discurso de Divulgação Científica em circulação na sociedade:

O discurso de divulgação científica não é uma soma de discursos: ciência mais jornalismo igual a divulgação científica ($C+J=DC$). Ele é uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela junção a seu modo de circulação, estipulando trajetos para a convivência social com a ciência (ORLANDI, 2008, p. 151).

Da mesma forma, o discurso de Inclusão Digital não é constituído de uma simples soma Inclusão Social + Tecnologia, são articulações específicas que envolvem uma diversidade de ordens discursivas em um amplo processo de produção de sentidos. A citação do Livro Verde nos fala de “competência”, “educação”, “educação continuada”,

“inovação”... que posições-sujeito são essas? Levando em consideração a situação socioeconômica da população, quem pode estudar ao longo da vida? Poucos, muito poucos. É uma formulação essencialmente equívoca, já que parte de motivações reguladas principalmente pela ordem econômica, mas que, ao mesmo tempo, apaga os efeitos dessa ordem econômica na população, no real das relações sociais.

Já nessa época, era projetada, também, a categoria dos excluídos digitais, iniciando a propagação do discurso da sociedade da informação para todos e da tão proclamada “universalização”. O Livro Verde dizia: “é urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de 'info-excluídos’” (Ibid., p. 31).

Ainda assim, dentro da própria obra, encontramos trechos que fazem menção a algo que tratamos em nosso trabalho, trazendo a perspectiva de que exclusão digital na verdade é desigualdade social, a ideia de que estamos tratando de problemas que partem da ordem econômica para a social. No livro, temos que mais acesso poderia trazer mais democracia, “mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes, tanto entre sociedades, como, no interior de cada uma, entre setores e regiões de maior e menor renda” (Ibid., p. 7). Ou seja, o próprio livro proclama a exclusão, mas ao mesmo tempo admite a lógica da exclusão gerada pela própria busca da inclusão, por isso dizemos que são formulações equívocas que funcionam pela contradição.

Porém, essas premissas do Livro Verde para se pensar essa “nova sociedade” não estão isoladas, de certa forma acompanham escritas de documentos similares de nível internacional, basta observarmos a “Declaração universal sobre a diversidade cultural” da Unesco, que apresentou uma linha de ações específicas voltadas para o acesso e democratização do ciberespaço:

promoção da diversidade linguística, “letramento digital”, acesso universal às tecnologias, luta contra a “exclusão digital” em vista de eliminar as disparidades de acesso à informação, à cultura e ao saber entre os países industrializados e os países em desenvolvimento e no próprio interior dessas sociedades

(MATTELART, 2005, p. 144).

Ainda, Mattelart (2006, p. 155) nos lembra que além da esperança da democracia contraditória, o igualitarismo também é algo muito marcante nesse cenário, o que acompanha de perto as contradições do discurso da inclusão. Ao mesmo tempo, continua o autor (Ibid.), ao longo da história é possível perceber não só democracia e igualdade mas também disparidade e exclusão, quando o assunto é a evolução das comunicações e sua apropriação pelas nações. Como diz o próprio Mattelart (Ibid.), ao lembrar de Lyotard, “o saber pós-moderno é ambivalente. Ele é ao mesmo tempo um novo instrumento de poder e uma abertura para as diferenças”. Mattelart (2006, p. 163) ainda nos fala da aceleração de uma “disseminação administrativa da noção de sociedade da informação”, que é envolvida por uma certa confusão. Para o autor, “alguns governos caem no ciberdeterminismo e reciclam pela enésima vez o discurso da ‘modernização’ sem atacar as lógicas regressivas de concentração de renda que andam lado a lado com a dos usos da tecnologia” (Ibid.), como dizíamos, é preciso compreender todo o processo em seu funcionamento.

Podemos perceber que a ideia da sociedade da informação já havia se filiado a formações discursivas homogeneizantes desde o princípio, quando as categorizações e a desigualdade já começaram antes mesmo do contexto da sociedade da informação solidificar-se no país e no mundo, levando-se em consideração, principalmente, a preponderância do econômico.

O advento disso que vem sendo chamado sociedade da informação, sociedade do conhecimento ou, ainda, sociedade da informação e do conhecimento, de acordo com o que já discutimos anteriormente, traz consigo a noção do conhecimento como mercadoria. Estamos falando de um deslocamento na estrutura tradicional do capitalismo, pondo em foco agora o conhecimento, o saber, a informação, o cognitivo. Essa reconfiguração já chegou a ser encarada como sendo a era do

capitalismo dos “analistas ou manipuladores de símbolos”. Sua função: identificar os problemas, resolvê-los, ser “corretores de ideias” (brokers of ideas). Seu campo de competência não parou de se ampliar, ao mesmo tempo em que

mudavam as fronteiras das noções de trabalho intelectual e de cultura (MATTELART, 2005, p. 148).

Essas fronteiras na delimitação de trabalho intelectual e cultura, na verdade, não mudam apenas na década de 1990, época que emplaca a ideia de sociedade da informação. Esse é um processo de mudanças que já se inicia bem antes, nas bases da ideia de internet e sociedade da informação. “A Internet nasceu da improvável interseção da big science, da pesquisa militar e da cultura libertária” (CASTELLS, 2003, p. 19).

Esse deslocamento nas fronteiras dos sentidos atribuídos a trabalho intelectual e cultura são, inclusive, estopins do surgimento do movimento Software Livre em fins da década de 70, como abordaremos mais a frente.

As configurações sociopolíticas do sujeito frente à emergência e veloz expansão da era digital suscita debates de questões como mediação, reformulação/ressignificação e mercantilização. De fato, em sua imersão em um novo estilo de vida, compulsoriamente delimitado pelas novas tecnologias, principalmente pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o sujeito encontra-se em uma nova dinâmica de relações, tanto no que se refere aos demais sujeitos, quanto no que diz respeito às relações do sujeito com as novas tecnologias. Estas, em especial o computador e demais categorias de TICs, inauguram uma nova forma de mediação do real, impactando o sujeito em várias instâncias, tanto profissionais quanto pessoais. “De fato, talvez o computador seja o objeto que melhor agencie a superação da distinção entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, muitas vezes realizando misturas e interpenetrações entre eles, tornando cada vez mais difícil a delimitação” (PARRA, 2009a). No trecho, podemos observar uma tensão levantada por Parra: como diferir trabalho e não-trabalho nesse novo contexto em que o sujeito está, a todo momento, imerso no digital, tanto para atividades profissionais quanto para entretenimento? Sem contar aqueles que transformam suas atividades de lazer em meio digital em processos altamente rentáveis, o que dificulta ainda mais essa diferenciação. Nas palavras do autor (Ibid.), “a possibilidade de transformar quase a totalidade de nossas vidas em mercadorias”. Um exemplo disso é o que acontece com muitos fanáticos por jogos

online, que começam por pura diversão, mas que acabam encontrando formas de aferir lucros com esse tempo de lazer. Essas dificuldades em diferir trabalho e não-trabalho leva ao que Parra (Ibid.) chama de “trabalho total”, com uma consequente “possibilidade de mercantilização da própria existência” (Ibid.).

“Ao mesmo tempo, é graças à importância adquirida pelas tecnologias digitais no interior desses diversos processos sociais que o ciberespaço e o universo da simulação visual (como o domínio do virtual) tornam-se um importante palco das disputas políticas” (PARRA, 2009a). O viés político também é sobressaltado nessa descrição das novas configurações trazidas pelo digital, ordens discursivas políticas e econômicas, além de uma reestruturação de (com)posições e hierarquias a partir do ciberespaço²⁸.

É nesse cenário de tensão, que aparecem as contradições, quando as instituições e os sujeitos que são parte de uma estrutura guiada pelo capitalismo tradicional tentam aplicar modelos tradicionais à nova sociedade, tentando utilizar mecanismos usados para bens tangíveis também em bens intangíveis. Dessa forma, há uma investida de aplicar modelos de escassez e monopólio (próprios do capitalismo tradicional) também a bens intangíveis como informação, cultura, conhecimento etc.. Esse formato de relações determina os maiores embates entre a estrutura político-financeira e os usuários no contexto da nova sociedade, sempre regulados pela ordem econômica preponderante, pelo fato de buscarem formas próprias de gestão e compartilhamento desses bens intangíveis, muitas vezes de formas antagônicas ao que a estrutura quer padronizar.

Nesse sentido, podemos refletir, ainda, sobre as tensões que surgem, mais especificamente, entre a ideia de público e privado, livre e não-livre, aberto e fechado. Justamente pela dissolução das fronteiras que mencionamos anteriormente, quando cultura

28 No Livro *Cibercultura*, Pierre Lévy conta a história do termo *ciberespaço*: “A palavra 'ciberespaço' foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”. Na mesma página, o autor traz sua definição própria para o termo: “Eu defino o ciberespaço como *o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores*. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização” (LÉVY, 1999, p. 92).

e trabalho intelectual passam por reconfigurações e deslocamentos que, no patamar atual, têm suas possibilidades de veiculação e compartilhamento fortemente modificadas e potencializadas pelo digital, causando esse tipo de tensão nas relações sociais.

Na primeira cúpula sobre sociedade da informação que ocorreu em Genebra, Suíça, em 2003, tivemos, supostamente, maior representatividade de públicos diversos, sociedade civil organizada, grupos minoritários etc., mas o pano de fundo desse cenário romantizado é justamente o embate desses grupos com as forças do mercado, o mercado que não é o mesmo que era antes do advento do digital, reconfigurou-se, mas ainda carrega consigo práticas também reconfiguradas para conseguir aplicar os mesmos focos de discussão histórica sobre o capitalismo nessa nova fase em que se encontra a sociedade (leia-se: monopólio, escassez, exploração etc.). Como diz Mattelart (2005, p. 145), “o setor privado não nega que o respeito à diversidade cultural e linguístico está no princípio da sociedade da informação, mas defende que a promoção de conteúdos locais não deve 'criar barreiras irracionais ao comércio’”. Um pano de fundo, quase sempre, baseado nesse mesmo discurso que, nada mais é, que um dizer renovado, como já incessantemente repetimos, reconfigurado, para se utilizar dos mesmos argumentos históricos de proteção do capital privado.

E nesse momento em que a internet é o centro da nova economia, é na internet, também que as práticas reconfiguradas para a proteção do capital privado que regula a ordem econômica vai funcionar.

Castells (2003, p. 7) compara o surgimento da internet ao surgimento da eletricidade: “a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico” (Ibid.). Não só Castells, mas também outros autores, falam da sociedade de redes, sociedade da informação e outras derivações possíveis enfocando a metáfora da nova forma de sociedade, uma “nova sociedade”. Atrelam a isso, também, o termo “nova economia”, alguns trabalhando com uma relação de concomitância e outros com uma relação de causa e efeito. Ao analisar essa sociedade hoje, penso que o sentido de “nova sociedade” se dilui ao ponto de deixar o termo uma “nova economia” muito mais em evidência. Houve um deslocamento da ordem técnica e da ordem social para a econômica. Os discursos técnico e

social ainda circulam de diversas formas, mas em um cenário predominantemente tomado pelo discurso econômico, é ele, direta ou indiretamente, o motor de todos os processos que regem a sociedade das redes, sociedade de informação etc..

A internet, no caso, vai se colocar como o nó central da sociedade da informação, o “motor elétrico” (lembrando a analogia de Castells) disso que chamaram “nova sociedade”. Mas isso acontece porque é mesmo a internet o centro de todos os processos outros, os de ordem econômica, política e social, mas principalmente os de ordem econômica. É na dinâmica da rede que se sustentam o mercado financeiro mundial, as negociações econômicas nacionais e internacionais, as reconfigurações das dinâmicas empresariais de uma forma geral.

Desse modo, proponho aqui um deslocamento desse termo “nova sociedade” para o termo “nova economia”. Este último têm sido abordado pelo senso comum como determinado pelo primeiro. Penso que seja mesmo o contrário, é a nova economia que se instituiu que configurou modificações determinantes possíveis do que se chama nova sociedade. Não que estejamos de fato em uma nova sociedade, mas é notório que formas de relacionamento e sociabilidade se resignificaram, em grande parte pela ação dessa nova economia.

4.4 Práticas colaborativas e de compartilhamento: ideologia para o Barracão

Um tema importante nesse cenário da sociedade da informação e da nova economia é a prática colaborativa e de compartilhamento, tema sempre controverso e polêmico. É a produção e disseminação de informação, de cultura, de arte, de software, de muitas possibilidades que antes não encontravam bases para um compartilhamento de maneira tão facilitada. Aqui, estão enquadrados os movimentos do software livre e do *creative commons*, que buscam expandir e disseminar reconfigurações na produção de software e de artefatos artístico-culturais, respectivamente.

Os programas de plataforma livre são chamados de Softwares Livres por possuírem o código fonte (as informações digitais que fazem o programa funcionar) disponível a todos

que quiserem conhecê-lo. Isso permite ao usuário executar, copiar, distribuir, avaliar, modificar e/ou aperfeiçoar o conjunto de instruções que o computador lê para executar seus programas, sem que seja necessário pedir autorização prévia ao autor. Esses softwares também propiciam um maior auto-aprendizado, pelo modo próprio de organização e apresentação técnica, mais canais direcionados de obtenção de informação, mais possibilidades de customização, além de gerar economia por não impor pagamento de licenças de uso de software.

O “Movimento Software Livre” teve início nos anos 80, como consequência da década anterior. No final da década de 70, as empresas²⁹ começaram a impor restrições aos usuários com o uso de contratos de licença de software, isto é, o software, que antes simplesmente acompanhava as máquinas comercializadas, passava a ser foco na obtenção de lucro. Esse processo trazia consigo restrições na troca de informações, no acesso ao código-fonte e na redistribuição dos softwares. Isso, de certa forma, era antagônico com a realidade que se tinha antes: desenvolvedores de software frequentemente compartilhando seus programas de uma maneira similar aos atuais princípios do Software Livre, como já mencionamos anteriormente ao falarmos do surgimento da internet³⁰.

Devido a essas mudanças, em 1983, Richard Stallman, famoso programador e hacker, iniciou o projeto GNU³¹. Em 1985, ele fundou a *Free Software Foundation* (FSF) – Fundação para o Software Livre, uma organização sem fins lucrativos dedicada à eliminação de restrições sobre a cópia, redistribuição, estudo/compreensão e modificação

29 Uma delas foi a própria AT&T que já citamos anteriormente ao falar sobre sociedade da informação.

30 Ver p. 70-71.

31 O Projeto GNU foi iniciado com o objetivo de se criar um sistema operacional totalmente livre, permitindo a qualquer pessoa o direito de usar, modificar e redistribuir o programa, seu código fonte. Este sistema operacional GNU deveria ser compatível com o sistema operacional UNIX, pois este era o predominante à época e havia sido tornado proprietário, porém o GNU não deveria utilizar-se do código fonte deste último. Stallman escolheu o nome GNU porque, além de ser o significado original do mamífero Gnu, é um acrônimo recursivo de: GNU is Not Unix (em português: GNU não é Unix). Em 1991, o sistema operacional já estava quase pronto, faltava apenas o kernel, que pode ser concebido como sendo o cerne, o motor do sistema operacional. Foi quando um jovem finlandês chamado Linus Torvalds havia criado um kernel que poderia usar todas as “peças” do sistema operacional GNU. Este kernel ficou conhecido como Linux, contração de Linus e Unix. O sistema operacional GNU com o kernel Linux deu origem ao nome de GNU/Linux. Por questões de praticidade, acaba sendo chamado apenas de Linux, o que suscita conflitos internos no movimento como um todo.

de programas de computadores – bandeiras do movimento do Software Livre. Foi Stallman também quem introduziu os conceitos de Software Livre e copyleft³², os quais foram especificamente desenvolvidos para garantir que a liberdade dos usuários fosse preservada.

A filosofia do Software Livre encontra as suas raízes na livre troca de conhecimentos e de pensamentos que pode tradicionalmente ser encontrada no campo científico. Assim como as ideias, os softwares não são tangíveis, podem ser copiados, não havendo perdas. Obviamente, nem sempre é essa a ideologia predominante, já que mesmo no campo científico que foi utilizado como exemplo podemos encontrar distorções, como é o caso do sistema de cobrança cada vez mais presente para artigos científicos, o que constituiu um caso recente em que houve um boicote de cientistas do mundo inteiro à editora de periódicos científicos Elsevier³³, devido aos altos valores cobrados pela publicação e veiculação de estudos científicos.

É preciso fazer uma distinção do termo em inglês *free software*, que causa uma certa confusão devido à dubiedade do termo *free*, que tem como significados padrões, livre ou gratuito. Aqui o *free* tem o significado de livre, na linha dos ideais que nortearam o surgimento do movimento. Porém, apesar da confusão declarada que isso causa, na maioria dos casos, os softwares livres são, também, distribuídos gratuitamente. Essa confusão é materializada de diversas formas, produzindo sentidos diferentes em relação ao software livre.

Temos um exemplo muito próximo, ligado à prática da tradução bibliográfica. Na

32 A Free Documentation License (GFDL) ou copyleft, apesar de inicialmente ter surgido para ser aplicada à documentação do Software Livre, pode ser também aplicada a qualquer documento escrito, de áudio ou multimídia. É um tipo de licença que permite a reprodução livre de um determinado documento, garantindo o reconhecimento da sua realização ao autor do mesmo. *Copyleft – All rights reversed*, foi com base nesse trocadilho alusivo a “*Copyright – all rights reserved*” que foi criado o conceito de *Copyleft*, que faz com que uma obra tenha proteção contra restrições, isto é, ela não é simplesmente posta em domínio público. Quando um trabalho está licenciado sob *Copyleft*, quer dizer que é “proibido proibi-lo”. A obra deve permanecer livre de restrições. As pessoas podem usá-la, modificá-la e redistribuí-la, mas não podem restringi-la. Consequentemente, uma obra que tem origem livre, não poderá transformar-se em proprietária. Esse conceito nasceu com Richard Stallman e os primórdios do software livre com sua GNU GPL (*General Public License*), Stallman atribui o trocadilho a Don Hopkins, artista e programador, que escreveu a frase pela primeira vez em uma carta que enviara a ele. Daí em diante, Stallman popularizou o *Copyleft* ao associá-lo à GPL do projeto GNU.

33 <<http://www.elsevier.com>>

própria obra de Manuel Castells³⁴ que utilizamos aqui nesse trabalho podemos observar esse equívoco na prática da tradução, quando percebemos diversos trechos do livro traduzido para o português brasileiro em que o *free software* é traduzido sempre como *software gratuito*, e isso deliberadamente deriva os sentidos produzidos na leitura, principalmente quando o leitor está tendo o primeiro contato com a temática. Isso ainda é potencializado se observarmos o seguinte trecho: “Richard Stallman considera a busca de excelência tecnológica secundária ao princípio fundamental do **software gratuito**, que, para ele, é um componente essencial da liberdade de expressão na Era da Informação” (CASTELLS, 2003, p. 45, grifo nosso). Nesse ponto, percebemos o fundador do software livre articulado com o nome software gratuito para fazer referência à sua criação, ou seja, dois elementos incompatíveis com a memória do movimento.

A produção de software livre não está necessariamente centrada em uma empresa ou instituição, sendo fruto da colaboração de pessoas situadas no mundo inteiro e que, muitas vezes, só se conhecem virtualmente. A crescente adesão dos softwares livres em âmbito doméstico, mas, sobretudo no empresarial, é baseada em três principais motivos: economia, aumento do desempenho dos computadores e segurança. Quando se trata de custos, os softwares livres representam uma solução aos gastos fixos com licenças de uso de softwares proprietários que as empresas têm de desprender regularmente para manter suas máquinas na legalidade. Essa contenção de gastos é seguida pela economia resultante do aproveitamento do *hardware*³⁵ disponível. Os softwares proprietários tendem, a cada nova versão, exigir mais dos componentes físicos do computador, inutilizando aqueles de configuração mediana.

O grande impacto que move parcela significativa de empresas e usuários domésticos nesse uso ainda é o financeiro, apesar de existirem muitos outros motivos relevantes a serem considerados. O desenvolvimento empresarial do software livre é crescente, contudo ainda existem muitas iniciativas comunitárias. Um grande exemplo é a comunidade Debian, uma das distribuições linux mais importantes e famosas, além de ser uma das mais antigas.

34 CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2003. 243 p. [Ver, por exemplo, páginas 38 e 45 do livro de Castells]

35 As peças, os componentes físicos que constituem um computador.

O movimento software livre nasce baseado em ideais de compartilhamento que antes já haviam sido praticados. No surgimento da internet, o compartilhamento era algo usual, corrente na interação entre os desenvolvedores. Contudo, é importante frisar que isso acontecia ainda de uma forma relativamente regulada, já que circulavam muitas informações confidenciais. Mas como diz Castells (2003, p. 135), “a liberdade nunca é uma dádiva. É uma luta constante; é a capacidade de redefinir autonomia e pôr a democracia em prática em cada contexto social e tecnológico”. Quando as empresas começam a dificultar esse compartilhamento, têm-se o choque, o que se configura como o grande estopim do surgimento desse movimento.

A filiação a esse movimento e sua ideologia pode ser observada nas práticas propostas no Barracão, já pelo próprio uso do sistema operacional GNU/Linux nas oficinas de informática, mas também pelos sentidos de liberdade, colaboratividade, compartilhamento, construção conjunta, que permeiam o projeto.

No Barracão, essa escolha tecnológica foi feita não só a pela ideologia, mas pelo caráter técnico e econômico mencionados. Como já sugerimos anteriormente, o técnico não apaga o político, sendo que os dois se misturam e se entrecruzam, em toda produção tecnológica e artefato construído. Nos âmbitos técnico e econômico, esse uso pode ser justificado pelas limitações do projeto de que já falamos ao início do trabalho, tanto na questão da escassez financeira, quanto no fato de que os computadores de que o projeto dispõe, em geral, possuem limitações técnicas notórias devido ao tempo de uso e estado de conservação das mesmas, pelo modo próprio como foram adquiridas pelo projeto³⁶. Nesse caso, esses dois fatores (o técnico e o econômico) estão diretamente ligados.

No que se refere ao ideológico, o que predomina na escolha do GNU/Linux é a própria proposta do projeto Barracão, de afetar uma realidade social, propiciar a produção de novos sentidos. Sendo assim, a investida com o software livre vai se dar no âmbito de estimular a inscrição em uma outra discursividade, diferente daquela que predomina na sociedade, no caso, o software proprietário, diretamente ligado à ordem econômica que constitui as condições de produção, o empresarial, o mercado de trabalho. É a tentativa de

36 Será descrito na página 119.

construção de um território borrado, como já foi dito, possibilitar a reinvenção e a resistência no processo de individualização dos sujeitos por parte do Estado. Não temos a ilusão de que o GNU/Linux e, de maneira mais geral, o software livre, não esteja inscrito na ordem econômica, pois não há como estar fora dela, porém, ele aponta outras direções de sentido possíveis dessa ordem que, em nosso entender, permite a resistência, nos termos de Orlandi (2008, p. 103), a saber, resistência como possibilidade de o sujeito constituir “outras posições que vão materializar novos e outros lugares”.

Até então, vínhamos frisando pontos de fuga do Barracão em relação ao discurso dominante da Inclusão Digital proveniente do Estado. Aqui, encontramos um ponto de intersecção do projeto Barracão com o discurso dominante, pois apesar do Estado investir em uma série de frentes de trabalho no que tange à Inclusão Digital, o fomento ao uso do software livre em seus programas pode ser considerado como sendo bem elevado. Os maiores programas de Inclusão Digital provenientes do governo federal, como é o caso do programa Gesac³⁷, trazem como pilar o fomento ao uso do software livre, bem como à sua produção, divulgação e redistribuição. Produção, no sentido, inclusive, de que equipes de projetos específicos produzem versões próprias dos softwares que pretendem utilizar nas atividades, fazendo valer uma das características mencionadas do software livre, a capacidade de personalização e customização.

O software livre ainda influencia outros movimentos como é o caso do *creative commons*, investida de compartilhamento que segue preceitos similares ao do software livre, porém direcionados para as demais produções intelectuais. Esse compartilhamento não têm fronteiras, pessoas do mundo inteiro se unem na colaboração em projetos específicos e muitas nunca chegam a se conhecerem pessoalmente. Essa dinâmica de desenvolvimento precede algo que se manifesta concretamente no virtual, materializa-se, uma mudança nos modos de significação. O ciberespaço torna-se um espaço de

37 O Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é um programa de inclusão digital em larga escala do governo federal, diretamente vinculado ao Ministério das Comunicações. Conforme informado no portal oficial do Gesac (<<http://www.gesac.gov.br/>>), ele “tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores”.

possibilidades, um lugar em que leis baseadas no mundo tangível não se aplicam facilmente, devido aos diversos deslocamentos dos sentidos. Refiro-me, aqui, principalmente, às questões jurídicas de regulação de bens, imputações penais, bem como às leis de proteção aos direitos autorais, e aí encontramos um dos maiores pontos de confronto da contemporaneidade no que se refere à internet.

Creative Commons é o nome de um projeto que busca instituir alternativas flexíveis de licenciamento para obras intelectuais. O **Copyright** é um termo mundialmente conhecido, representado pelo símbolo “C”, que significa “*all rights reserved*”, “todos os direitos reservados”. Ele surgiu com uma função de demarcação, delimitação, pois existia uma preocupação constante em se manter os direitos autorais sobre as obras que, quando não eram regulamentadas, acabavam por cair em domínio público. Ele teve e tem sua utilidade, porém necessita de complementações.

O grande problema do *copyright* é que ele acabou por marcar uma presença excessiva ao redor do planeta. Hoje, por exemplo, não é mais preciso carimbá-lo, qualquer criação, via de regra, já pressupõe a marca “C” no momento de sua concepção. E todo tipo de produção intelectual acaba sendo classificada dessa forma, dificultando muitas ações que envolvam algum trabalho posterior a partir destas que não seja por meio do próprio autor.

Muitas vezes, uma simples produção audiovisual sem fins lucrativos, por exemplo, que queira usar uma música de uma determinada banda como trilha sonora, encontra vários obstáculos para conseguir contato e liberação de uso junto ao detentor dos respectivos direitos autorais da música. Até se deixa de utilizar uma determinada obra por não ter conseguido fazer um simples contato com o autor.

Tomemos o nosso exemplo, o do projeto Barracão, que é um projeto sem fins lucrativos, que visa o social, mas nada disso impede a subordinação a essa mesma lógica do mercado do *copyright*. Ao ser produzido, de maneira simples e não nociva, um vídeo sobre a comunidade, caso, por um descuido, um dos atores envolvidos no processo coloque uma música protegida por *copyright* como trilha sonora, ao publicarmos nosso vídeo em um sítio de hospedagem gratuita na web, como o Youtube³⁸, por exemplo, há grandes chances

38 <www.youtube.com>

de, em poucas horas, o áudio do nosso vídeo ser removido pelo site.

O curioso é que esse cenário, muitas vezes, descola-se da realidade das produções, pois nem sempre o autor deseja restringir totalmente o uso de sua obra, mas não se pode arriscar, pois sempre há a possibilidade de processo judicial, multas etc.. Assim, o problema do “C” não é o fato de restringir ou não, mas o de não refletir todos os intuitos do autor em relação à sua obra.

Fica claro que a grande dificuldade é a necessidade de um intermédio entre as partes. A dinamicidade da internet ajudou a complicar um pouco mais essa situação. O surgimento e expansão da rede mundial de computadores provocou um aceleramento na disseminação de todo tipo de informação. Áudio e vídeo transformaram-se em conteúdo digital de fácil propagação. Isso trouxe muitos problemas para o funcionamento adequado do *copyright*, evidenciando que um novo modo de gestão e licenciamento de produção intelectual mostra-se necessário.

É com isso em vista que surge, em 2001, a ***Creative Commons*** (criação comum), que, fisicamente, é uma organização sem fins lucrativos com dois escritórios, um em Berlim na Alemanha e, o outro, em São Francisco nos Estados Unidos. Existem instituições que a representam em outros países, como a Fundação Getúlio Vargas no Brasil. A ideia desse movimento é uma mudança no conceito com uma complementação ao *copyright*, fazendo com que se mude, desloque, a visão do “*all rights reserved*” para “*some rights reserved*”, “alguns direitos reservados”.

Basicamente, estamos falando de um modo diferente de se registrar propriedade intelectual, sendo que o autor pode escolher dentre uma gama de possibilidades como vai proteger sua obra. No site creativecommons.org, a pessoa que deseja publicar sua obra na internet pode seguir uma série de passos que ajudam a determinar a licença³⁹ correta de acordo com as suas reais vontades. Assim, esse processo guia o usuário desde a escolha da licença até a publicação em um site próprio ou em um dos inúmeros serviços de hospedagem gratuita que já incorporam o Creative Commons.

39 Acesse também <<http://wiki.creativecommons.org/Brazil>> para conhecer as diferentes licenças disponibilizadas pelo projeto Creative Commons aplicadas às leis brasileiras.

Ao navegar na web e ver, ao invés de um “C”, “CC”, significa ter o direito a, no mínimo, copiar, distribuir, exibir e executar a obra, respeitando algumas condições, como, por exemplo, dar os devidos créditos ao autor original. Isso facilita operacional e financeiramente o uso de obra de terceiros.

É importante lembrar que as licenças são traduzidas e adequadas à legislação de cada país. O site⁴⁰ do *creative commons* destinado à comunidade brasileira traz explicações detalhadas sobre cada uma das possíveis licenças CC. O CC surgiu para facilitar o compartilhamento intelectual. Com ele, o autor delimita regras de uso específicas para seu trabalho. É uma questão de utilizar os mecanismos digitais para facilitar o contato, facilitar processos que, em geral, não precisariam de intermediários diretos.

Nas atividades do Barracão, esse tipo de prática pretende, no decorrer do andamento do projeto, fazer ecoar sentidos de resistência e se tornar material e ferramenta de trabalho, principalmente para as oficinas de informática. Em se pensando nas justificativas de cunho ideológico que mencionamos mais acima, o Barracão vai se utilizar das características do software livre e do *creative commons* para introduzir práticas próprias de colaboratividade e compartilhamento, em níveis micro e macro no que tange ao espaço da comunidade e sua relação com a sociedade. Dessa forma, além da escolha tecnológica para os sistemas operacionais, durante as oficinas também há o fomento ao uso de produções licenciadas sob o formato que descrevemos, como aconteceu nas oficinas de informática, em que foi utilizado material específico baseado em produções para livre modificação e compartilhamento. Por exemplo, as imagens utilizadas nas oficinas de edição de imagens são provenientes do acervo livre do projeto *Open Clipart*⁴¹. Da mesma forma, será utilizado, também, em oficinas posteriores ligadas ao trabalho com audiovisual, material específico de acervos-multimídia livres, como é o caso, por exemplo, do site do Estúdio Livre⁴².

Podemos ver que o *creative commons* tem suas bases fortemente calcadas no movimento Software Livre que, por sua vez, tem as suas calcadas na filosofia que habitava

40 <<http://creativecommons.org.br/>>

41 <<http://openclipart.org/>>

42 <<http://www.estudiolivre.org/>>

o contexto de surgimento dos computadores em rede. Software livre, Creative Commons e o ciberespaço são atores de uma rede maior que envolve, na verdade, a cultura livre, disseminação e livre troca de conhecimentos, saberes, informações etc..

Muitas reconfigurações e ressignificações podem ser percebidas nas relações com a emergência do digital, levando em conta principalmente a mediação e as possibilidades proporcionadas pelas redes telemáticas. Parra (2009b) demonstra algo que deve ser levado em consideração: ainda temos lacunas de reflexões sobre as infraestruturas físicas, tangíveis, que proporcionam toda a existência do ciberespaço, bem como das relações de poder inerentes a essa discussão. Isso é algo que é ressaltado pelo autor (Ibid.), há um excessivo processo de reflexão sobre o virtual em detrimento de uma grande falta no que diz respeito ao físico que proporciona esse virtual, como a questão das relações e das tensões sociopolíticas entre países impulsionadas pelas relações de poder de posse e distribuição de infraestruturas físicas das redes telemáticas mundiais, principalmente as intercontinentais. Um exemplo dessas tensões, que Parra (Ibid.) nos traz, é a situação em que um mesmo arcabouço de infraestrutura física de redes liga dois países que possuem legislações específicas essencialmente conflitantes, como é o caso de Suécia e Finlândia, produzindo conflitos no cenário sociopolítico.

Da mesma forma que iremos compreender que sequer a tecnologia pode ser considerada neutra, que seu atores, processos e produtos não podem ser considerados desvinculadamente de condições de produção específicas, que produzem sentidos específicos na circulação dos saberes, essa infraestrutura física de que fala Parra (Ibid.), assim como as ferramentas tecnológicas em geral também não devem ser consideradas neutras. Elas não são neutras, elas nunca serão neutras, o artefato e a forma como ele é utilizado está vinculado, como dissemos, a condições de produção específicas e, ainda, produzem sentidos específicos, atrelados a uma série de fatores. Como já dissemos anteriormente, assim como o conhecimento, os sentidos não são estanques, eles deslocam, deslizam e podem sempre ser outros, seja em relação às ferramentas tecnológicas, às TICs, à infraestrutura física que possibilita a existência do ciberespaço, à cultura, à arte, aos softwares, à informação etc..

São esses sentidos em movimento que se quer mobilizar no Barracão. Sentidos esses que já têm efeitos uma vez que se utiliza, nas oficinas de informática, o sistema operacional GNU/Linux e os materiais de licenciamento livre mencionados, como forma de filiação a uma outra discursividade, diferente daquela que os próprios moradores estão habituados ou a qual a ordem dominante tenta habituá-los.

Desde o trabalho com a infraestrutura física em uma oficina de metarreciclagem, ou na veiculação de produção própria a partir de uma oficina de audiovisual, atravessados por essas ideologias de colaboração e compartilhamento, o intuito do trabalho junto à comunidade é justamente proporcionar uma construção de sentidos outra, provendo para isso um contato com novos materiais, conhecimentos, debates, ideologias que escapem ao discurso dominante, mesmo que, em alguma medida, de maneira controversa/contraditória.

4.5 Inclusão Digital: versões, deslizamentos e contradições

Nesse contexto da sociedade da informação, de práticas de compartilhamento, acabamos por agregar um termo que se torna relevante em toda e qualquer discussão relacionada a esse tema, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), representantes mais populares da agressiva e constante evolução tecnológica (ligada ao digital, à informática) que vimos presenciando, principalmente nos últimos dez anos. Quanto a isso, estamos falando fundamentalmente dos computadores⁴³ e da internet⁴⁴, os grandes responsáveis pela expansão da interconexão dos processos comunicativos em nível mundial, por intermédio da rede mundial de computadores e seu potencial de funcionamento ininterrupto, deixando pessoas em contato 24 horas por dia, seja por intermédio de texto, ou mesmo com tecnologia VoIP e videoconferência⁴⁵, algo que

43 Ao falarmos de computadores, estamos falando tanto de Computadores Pessoais (PCs), como também de celulares, palm tops, gps e todo tipo de equipamento gerenciador de informação que possa propiciar e/ou facilitar processos comunicativos.

44 A ideia-base que possibilitou o surgimento da internet nasceu no setor militar dos Estados Unidos conforme abordamos no item 2 (sobre sociedade da informação). Mas a rede mundial de computadores, a web como conhecemos, tem apenas 20 anos, bastante nova, porém surpreendente por sua evolução incrivelmente veloz.

45 Videoconferência nada mais é que uma comunicação instantânea que se utiliza concomitantemente dos

promoveu uma considerável mudança na relação espaço-tempo.

De posse dessas informações, podemos tratar o domínio das TICs como sendo requisito para todo e qualquer programa de Inclusão Digital (ID). É necessário que esses programas ampliem o acesso a essas ferramentas e promovam um processo de educação tecnológica no que diz respeito a esses recursos, abrangendo uso básico e avançado, de acordo com as necessidades específicas e reais possibilidades do programa de inclusão digital em questão, podendo ir além, pois “entende-se, como ponto de partida do conceito de inclusão digital, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (SILVA H. et al., 2005, p. 30).

Obviamente, não é tão simples assim, a reelaboração do conhecimento e a melhoria da qualidade de vida estão diretamente relacionadas com a produção de sentidos realizada pelo sujeito funcionando no processo discursivo de ID. As condições de produção e as formações discursivas que atravessam as investidas de inclusão digital têm papel fundamental nas consequências desse processo, que podem ser bem diferentes das projetadas pelo imaginário dos sujeitos da inclusão.

Não podemos esquecer da categoria das TICs, que são apenas as ferramentas, não devendo superar os próprios usuários no quesito importância. Isso precisa ser ressaltado devido ao fato de que muitas iniciativas desse tipo acabam por centrar atenções e esforços nas ferramentas, deixando de lado os sujeitos, que deveriam ser os principais personagens do processo. Na verdade, esse tipo de iniciativa necessita de uma visão ampla acerca dos processos, ferramentas e sujeitos envolvidos, pois o que é mais comum de ocorrer em investidas de inclusão digital é justamente esse processo de deslocar para a simples instrumentalização, com foco apenas nas ferramentas.

De um vídeo⁴⁶ sobre o programa Gesac, selecionamos um trecho que ilustra essa

recursos de voz (com tecnologia VoIP) e vídeo. Inclusive, há algum tempo já temos disponível algo parecido para telefones móveis. É o 3G, que possibilita que pessoas conversem por voz e vídeo diretamente pelos celulares.

46 Vídeo disponível para download no portal oficial do Gesac, <<http://www.gesac.gov.br/>>.

questão: “os implementadores promovem encontros e debates para troca de conhecimentos nas comunidades e mostram que o computador e a internet são apenas ferramentas a serviço da inteligência e da força de vontade”.

Por isso, uma iniciativa de inclusão digital não deve ser vista apenas como o ato de fornecer acesso a um computador com internet para uma pessoa que não o tem e, no máximo, dar-lhe um ensinamento básico de como utilizar essa ferramenta, isso é deslizar para a simples instrumentalização, que não cumpre os ideais veiculados e vinculados ao discurso da ID.

No Brasil, temos um extenso contexto de desigualdade social, estados muitas vezes denominados como de exclusão. Na verdade, são uma infinidade de problemas da ordem econômica e social, deslocando, muitas vezes, responsabilidades do Estado para os sujeitos-cidadãos, assim concebidos. São naturalizações de relações que acabam por apagar configurações sociopolíticas intrínsecas à vida do sujeito e à sua administração por parte do Estado, que regula, categoriza, inclui e exclui. O próprio discurso da inclusão está revestido de sentidos de exclusão.

Como nos explica Dias (2010, p. 50), o discurso da inclusão acaba funcionando calcado em um contra-senso:

A sociedade da informação e da comunicação contribui fortemente para essa “redivisão do espaço urbano”, pautada sobre aqueles que têm acesso ao computador e à internet e aqueles que não têm. O consenso gerado a partir dessa redivisão é o de que é preciso “incluir” para gerar a igualdade. O contra-senso aí é o de que ao mesmo tempo em que se redivide se busca incluir.

Esses sentidos outros que surgem a partir das práticas políticas e administrativas contemporâneas confundem as relações nos âmbitos das formações discursivas e ideológicas que funcionam na formulação dos enunciados que circulam.

Sobre o uso do termo inclusão, usando como exemplo seu trabalho de pesquisa em

um telecentro⁴⁷ do projeto Casa Brasil⁴⁸, Buzato (2008, p. 325) versa:

Tomar a palavra inclusão como forma de delimitar o tema deste trabalho não foi uma decisão fácil. Necessito fazê-lo porque se trata do termo mais utilizado hoje para descrever um objetivo ou ideal que expressões como cidadania, dignidade ou justiça social talvez descrevessem melhor, se não estivessem desgastadas pela hipocrisia do nosso dia-a-dia. Utilizar inclusão, portanto, dá a possibilidade de obter mais interlocutores; por isso o fiz.

Nessa mesma direção, Dias (2011, p. 29) afirma que “o discurso da inclusão pré-constrói, ele mesmo, pelo funcionamento da memória, a exclusão, e é nessa discursividade que o indivíduo é interpelado à cidadania, ou seja, do seu lugar de excluído”, já que na nova sociedade só é cidadão aquele que tem o acesso às TICs postas à disposição. Assim, o termo inclusão traz um certo grau de desconfiança, uma hipocrisia de fato, já que, muitas vezes, esse significante remete a um controle social.

O discurso da inclusão/exclusão não é novo. Desde o século XVII, XVIII, esse discurso vem sendo utilizado para validar aquilo que o homem não consegue justificar, ou seja, suas atitudes de repulsão ao outro, ao diferente, ao que não está dentro das normas estabelecidas por certo tipo de poder que o Estado precisa capturar. Esse outro insuportável tem, portanto, que ser regulado, enquadrado. Ele precisa ser adaptado a um modo de vida em sociedade, seja ela qual for, ele precisa ser incluído, educado, disciplinado. E isso se faz pelo modo como certa cultura vai envolvendo o sujeito em hábitos que se naturalizam no seu dia-a-dia (DIAS, 2010, p. 47).

Continuando com Dias (2010, p. 48), podemos perceber mais concretamente esse viés do controle nas políticas públicas, pelo discurso de inclusão digital:

o que pretendo mostrar com o desenvolvimento da reflexão sobre as políticas públicas de inclusão digital, é o modo como essas políticas vão funcionar em prol dessa regulação da vida do sujeito, no que concerne mesmo à sua intimidade; é o

47 “O termo 'telecentro' tem sido utilizado genericamente para denominar as instalações que prestam serviços de comunicações eletrônicas para camadas menos favorecidas, especialmente nas periferias dos grandes centros urbanos ou mesmo em áreas mais distantes” (TAKAHASHI, 2000, p. 34).

48 “Com unidades funcionando em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano, o projeto Casa Brasil leva às comunidades computadores e conectividade, e privilegia, sobretudo, ações em tecnologias livres aliadas a cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular”. Informações do portal Casa Brasil: <<http://www.casabrasil.gov.br/>>

modo como elas são produzidas dentro de um projeto de sociedade que fabrica sujeitos concorrentes, não necessariamente consumidores, aptos a serem inseridos na dinâmica da concorrência quando necessário, e isso se faz pela lógica da empresa, ou seja, pela produção de sujeitos capazes de gerenciar a si mesmos a partir das regras econômicas da sociedade (DIAS, 2010, p. 48).

Dessa forma, podemos perceber que a sociedade da informação traz consigo algumas novas características que escapam às do senso comum que focam apenas as tecnologias digitais. A Sociedade da Informação é, na verdade, uma nova forma de se relacionar, em que predomina uma ordem econômica que orienta as transformações em nível social, além de práticas de governo ressignificadas que adotam outros modos de organicidade, dentre eles a aproximação com o empresarial, que apaga as fronteiras entre o público e o privado.

Nesse contexto da nova sociedade/economia, estão implicadas as relações de subordinação dos sujeitos em relação ao Estado. Em nosso caso, é a Inclusão Digital que vai agenciar essa relação, no âmbito de uma captura dos sujeitos. Na sociedade dita de informação, informação só se transforma em conhecimento nos âmbitos estratégicos de quem está à frente da gestão social dos dispositivos de informação e comunicação da sociedade. Para Dias (2011, p. 28), o estabelecimento de programas de inclusão coloca “necessariamente o sujeito sob gerenciamento do Estado, pois “incluir” já traz em si o sentido da domesticação, da separação entre os que sabem e os que não sabem, dos que ficam dentro e dos que ficam fora”. Dessa compreensão resulta o deslocamento do termo exclusão para “segregação” (TOURAINÉ, 1991, ORLANDI, 2010).

Nesse cenário de segregação, a subjetividade dos sujeitos contemporâneos é cada vez mais do interesse das instituições, sejam elas públicas ou privadas, resguardando-se os modos de individualização de cada uma delas. A ideologia é quem assalta/captura o sujeito, captura sua subjetividade, no caso, a ideologia capitalista, da sociedade de consumo, ressignificada no digital pelo modo como o conhecimento é tratado como mercadoria.

A emergência do digital e a proliferação de práticas de valoração do conhecimento, que o colocam como mercadoria, são elementos constitutivos das reconfigurações que mobilizam esse cenário. Empresas privadas do setor de comunicação, principalmente aquelas diretamente atuantes nas redes digitais e articuladoras de espaços telemáticos de

sociabilidade, instauram uma nova lógica em que o sujeito é cada vez mais impelido a transbordar e publicizar sua subjetividade individual. O íntimo de seu processo de subjetivação ganha o mais alto valor; quanto mais cerne na produção de subjetivação, um maior valor na lógica da nova economia.

Nesse momento, governos ressignificam suas práticas a partir de uma lógica empresarial, privada, e também lucram, através de uma série de políticas públicas que dizem visar a uma melhoria na qualidade de vida e a uma suposta inclusão em uma nova sociedade. O outro lado disso é a retroalimentação sem fim, em que o lucro político se faz cada vez mais presente. É uma batalha pela subjetividade dos sujeitos que os governos, à sua maneira, também realizam, aumentando a complexidade na definição de fronteiras entre público e privado, governo e sociedade civil.

É o caso das políticas públicas de inclusão digital, que se apresentam em duas vias: na primeira, reafirmam o senso comum da inclusão social, cidadania e melhoria de qualidade de vida. Na segunda, podemos perceber o lucro político que é possível de ser aferido com as políticas públicas voltadas para a inclusão. Em nossa pesquisa, temos a ID como representante do discurso das políticas públicas governamentais, o âmbito do administrativo. É o discurso da ID, produzindo efeitos de sentido no espaço da comunidade, que vai funcionar no modo de individualização dos sujeitos pelo Estado.

Dessa forma, a Inclusão Digital poderá constituir novas subjetividades, mas também poderá obscurecer outras. Para Nunes (2006, p. 56), “novas formas de subjetividade irrompem e outras diluem. O movimento do urbano produz deslocamentos, re-orientações, bem como mudanças na relação dos sujeitos entre si e com o espaço público”. Nessa tentativa de organizar/gerir os sujeitos no espaço urbano, o Estado produz gestos de inclusão/exclusão e segregação.

As investidas de ID se apresentam como instâncias ideológicas de poder que promovem um efeito de repetição e retroalimentação de suas próprias políticas, delineando um cenário em que essas iniciativas são sempre necessárias e sempre promovem a inclusão, a ressignificação, a cidadania etc., tendo a captura e gestão social da subjetividade e dos sujeitos como elemento central para o sucesso e multiplicação desses programas. É a

domesticação e o gerenciamento por parte do Estado de que já falamos anteriormente.

Essa discussão da sociedade da informação e da Inclusão Digital também é levada ao âmbito da sociabilidade em espaço digital, na Internet, pois a mesma, como já dissemos, é o nó central da nova economia. Essa presença da Internet é materializada no ciberespaço⁴⁹, sendo que o mesmo “tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p. 114-115).

Há 10 anos, em seu livro *A Galáxia da Internet*, Castells falava do número de pessoas que acessava a internet no mundo, foi algo que passou de 16 milhões em 1995 para 400 milhões em 2001. O autor ainda trouxe previsões: 1 bilhão para 2005 e, possivelmente, 2 bilhões em 2010. De fato, a marca dos dois bilhões foi atingida. No início de 2011, a Organização das Nações Unidas veiculou a informação de que o número havia chegado em 2 bilhões.

Porém, algo chama a atenção no texto de Castells quando ele traz essas previsões: “é possível que estejamos nos aproximando da marca dos dois bilhões por volta de 2010, mesmo levando em conta uma desaceleração da difusão da internet quando ela penetrar no mundo da pobreza e do atraso tecnológico”. Ainda, ele diz: “Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluído dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura” (CASTELLS, 2003, p. 8).

A partir disso, indagamos: é possível ser excluído dessa lógica? Acreditamos que não. Ao trazer o termo inclusão digital nesse trabalho pensamos exatamente nisso, no par inclusão-exclusão, que, nos dias de hoje, já não funciona mais de forma tão simplista. É difícil afirmar, à época de escrita do livro de Castells, qual era o funcionamento dessa relação, mas é fato que, hoje, essa relação não funciona da maneira como circula no discurso do senso comum, como se bastasse ter um computador com acesso à internet para “estar dentro”.

Justamente pelo que já afirmamos anteriormente sobre a nova economia, podemos

49 Ver nota de rodapé nº 28, p. 91.

dizer que é a economia que está determinando os demais processos sociais, políticos, culturais etc.. Dessa forma, não existe a exclusão em um cenário em que os sujeitos não têm essa opção. Se a economia move o mundo e é baseada na internet, não existirão excluídos. Os sujeitos, mesmo que compulsoriamente, já estarão, sim, incluídos nessa lógica da nova economia.

É um tanto arriscado tentar substituir o termo exclusão nos dias de hoje, mas penso que não possamos usar algo muito distante de, por exemplo, desfavorecimento, segregação. Como nos dizem Dias (2010), Buzato (2007) e outros, não é uma questão de exclusão, mas de desigualdade social. De nosso ponto de vista, quando falamos, hoje, em exclusão, estamos falando, na verdade, de desigualdade social, má distribuição de renda, ou seja, estamos, mais uma vez, filiados à ordem econômica.

Castells (2003) vai dizer, inclusive, que os discursos sobre a internet que circulam na sociedade vão predominar em dois polos antagônicos, um que apenas exalta as maravilhas da nova tecnologia e o outro que dissemina a visão avessa. Ele ainda dá o exemplo da Imprensa, que predomina com as notícias ruins, seguindo, segundo ele, uma tendência própria do Jornalismo, dar prioridade às notícias ruins.

Com exceção da imprensa que, hoje, possui uma posição ideológica frente à internet um tanto diferente dessa, ainda hoje essas visões antagônicas trazidas por Castells circulam e predominam na sociedade. E, como afirmou o autor (2003, p. 9), “a volatilidade do mercado de capitais contribui para esse sentimento ambivalente em relação à internet”. Isso continua sólido e funcionando nos discursos circulantes da sociedade e, como podemos observar, corrobora o que já vínhamos afirmando em relação à ordem econômica, é ela quem esteve, está e continuará determinando os processos sociais, políticos, culturais etc.. Talvez por isso possamos afirmar que a forma-sujeito contemporânea é a do sujeito capitalista, sujeito jurídico com direitos e deveres, inserido em uma lógica social com condições de produção bem específicas, produzindo evidências de uma regulação e funcionamento pelo econômico.

Dessa forma, os sentidos de exclusão não mais funcionam da maneira como se acredita, e o discurso da inclusão promovido pelo Estado, cada vez mais, torna-se um

discurso que funciona pela contradição, pois ele próprio é quem produz os sentidos de exclusão como conhecemos, retroalimentando o processo que propaga a necessidade de inclusão dos sujeitos pelo Estado. Buzato (2007, p. 11-12) faz uma analogia dessa discussão sobre a inclusão com o sistema automobilístico que facilita a apreensão da produção de sentidos que buscamos descrever:

Todos os moradores de uma grande cidade ocidental são hoje "incluídos automobilísticos". Alguns têm carros, alguns até mais do que um carro; alguns poucos fabricam ou vendem carros, ou têm carros fabulosos, capazes de levá-los muito longe, vencendo terrenos ou distâncias muito desafiadoras. Muitos outros não possuem carros, mas têm "acesso" a eles quando tomam ônibus, pegam táxis ou caronas. Para esses a inclusão custa mais caro. Por não poderem pagar por um carro (ou dirigi-lo), pagam mais (em dinheiro ou em liberdade/autonomia) para viver no "mundo automobilístico", para financiar a manutenção e ampliação desse mundo. Finalmente há os que não tem carros, não dirigem, nem usam transporte coletivo, sequer gostam de automóveis. São aqueles que decidiram, por princípio, ou foram forçados a isso, por alguma circunstância física, psicológica ou socioeconômica, fincar pé, resistir ao mundo ambientalmente desagregante e violento dos automóveis. Mesmo esses estão incluídos: foram tragados pelo "sistema automobilístico" – tal qual as famílias sertanejas que ganharam cartões magnéticos do governo para comprar feijão ou fumo de corda serão, em tese, incorporados à "economia digital". Antes moravam em ruas; agora moram em ruas de mão simples ou mão dupla, onde estacionar, parar, correr, buzinar, atravessar são atos regulados, permitidos ou proibidos. Antes contabilizavam seu tempo e seu espaço a partir do que seu corpo podia fazer; agora lidam com o tempo e o espaço que os automóveis produzem – estar a dez minutos de alguém/algum lugar não é o mesmo para eles e para os motorizados. Antes eram "o sal da terra", agora estão "na contra-mão da história" (Ibid.).

A analogia trazida por Buzato corrobora o que buscamos descrever: não existem excluídos em um cenário em que não se tem essa opção. O discurso da inclusão reforça, portanto, o da exclusão. Não há como desvincular os sujeitos de sua vida em sociedade, inscritos em formações discursivas específicas, porém, sujeitos capitalistas, sustentados pelo jurídico, individualizados pelo Estado, pelos discurso e pelas instituições e subjetivados na relação com o outro. Quando dizemos que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, estamos falando de um processo inevitável, constitutivo do ser, afinal o indivíduo é sempre-já sujeito, assujeitado à língua, inscrito na história, na relação com o simbólico. O que há é esse deslizamento do sentido de exclusão que o significa de uma forma diferente da que a rede de memória original determinaria. Por isso, o que propomos

aqui é um outro deslocamento, uma substituição da “exclusão” pela “segregação”, “desigualdade” etc..

Assim, só é possível fazer referência a alguém como "excluído" supondo-se que viva num mundo à parte, que não tenha uma identidade cultural, que não tenha qualquer laço, seja qual for, com outros atores de um grupo social, seja qual for. Mas como nos mostra a analogia com o automóvel, nenhuma daquelas pessoas que o senso comum rotula como excluídos (pobres, analfabetos, portadores de deficiências, estrangeiros ilegais, povos indígenas, minorias étnicas, mulheres, gays, e outros) vive num mundo à parte, tenha ou não tenha acesso a computadores e redes telemáticas. Os "excluídos" de que falam os discursos da mídia e os economistas de bancos de desenvolvimento são, em verdade, incluídos, perversamente incluídos, numa dinâmica econômica e sociocultural que transforma diferenças em desigualdades (BUZATO, p. 12-13).

Tais desigualdades socioeconômicas determinam os fatores que produzem os sentidos da exclusão, calcada, principalmente, na contradição da própria inclusão. Os problemas derivam da ordem econômica para a social, havendo substituição de termos nos jogos discursivos, produzindo novos sentidos para o funcionamento do par inclusão-exclusão.

Como dissemos, a própria inclusão marca um “estar fora”, ela mesma produz um sentido de exclusão. Quando Buzato (Ibid.) usa a expressão “perversamente incluídos”, está dando voz justamente a essa nova economia em que há essa regulação e produção de sentidos a partir do econômico.

Portanto, é através do discurso da inclusão que o sujeito é individuado e passa a assumir uma posição na sociedade. É dessa manutenção do sujeito no jogo econômico, instruindo-o sobre as regras do jogo, mas sem dar a ele a real chance de jogar, que resulta a “contradição inconcebível” (Schaller, 1996)⁵⁰ que sustenta a apologia do mercado e do individualismo: “a multiplicação das riquezas e o aumento das desigualdades até o insuportável”. Mantendo, contudo, a aparência de desenvolvimento (DIAS, 2011, p. 25).

É uma relação que demonstra que as grandes dinâmicas financeiras mundiais produzem alguns dos sentidos dessa contradição. Uma nova tecnologia digital que é criada, por exemplo, chega ao mercado de formas bem diferentes de acordo com o país em

50 SCHALLER, Jean-Jacques. 1996. Le projet est un combat... pour une mobilisation de tous les acteurs! Mimeo. Set. 1996.

questão. Além disso, do mercado para o acesso individual do consumidor final é um caminho que funciona também de formas diferentes, dependendo do país. E o principal, que está implicado nessas diferenças, são as relações reguladas pelo econômico, por exemplo, o valor de um produto no Brasil em comparação com o mesmo nos Estados Unidos. Não parando nesse aspecto do acesso, já que a etapa dos usos é a que mais nos interessa nesse trabalho e, nessa perspectiva, as diferenças entre os países serão essencialmente reguladas também pelo econômico, sendo que agora estão implicadas as relações de desenvolvimento, renda per capita, poder de compra, índice educacional e de desenvolvimento humano etc..

Inclusão Sócio-Digital

No contexto brasileiro, ao abordarmos a Inclusão Digital, percebemos que existe um deslizamento no sentido de Inclusão Social, surgindo assim a Inclusão Digital. Para Dias (2011, p. 30) “há uma substituição lexical de social por digital que produz o efeito metafórico de apagamento do social. Nessa metaforização, o social passa a ser significado pela instância do administrativo, da gestão, em prol da construção da cidade digital, que privilegia o consumo tecnológico”.

Essa é a forma mais comum de enunciar o funcionamento do discurso de Inclusão Digital na sociedade. Já o programa de Inclusão Digital do Estado da Bahia, um dos mais importantes e premiados em âmbito estadual, inaugurou um uso peculiar dessa formulação determinante de inclusão envolvendo social e digital, havendo sobreposições e um funcionamento discursivo específico.

Tal programa foi o primeiro a fundir dois termos que têm ampla circulação nos discursos de inclusão em nossa sociedade, Inclusão Social e Inclusão Digital. Essa fusão deu origem à *Inclusão Sociodigital*, ou *Inclusão Sócio-Digital*, de modo a legitimar (ou ratificar) um equívoco que sustenta o discurso circulante de inclusão digital, que todo projeto de inclusão digital indissociavelmente visa à inclusão social.

Apesar de, a priori, parecer uma fusão ingênua, produz diversos sentidos de ordem social, política e econômica. A começar pelo fato de que inclusão social e inclusão digital

possuem filiações discursivas diferentes, enquanto inclusão social está filiada à ordem política e econômica, inclusão digital filia-se à ordem técnica, da instrumentalização, do uso. Que efeitos de sentidos são produzidos com essa fusão?

Para analisar isso, tomemos alguns conceitos específicos da AD como principais, a saber, formação discursiva, formação ideológica, contradição e heterogeneidade (AUTHIER, 1990). Ao tomarmos a formação discursiva, percebemos que um objeto discursivo pode ser, na verdade, afetado por diferentes posições, diferentes formas de ser afetado pela ideologia. É a evidência da heterogeneidade da formação discursiva.

Como exemplos de algumas formulações relacionadas com o projeto de inclusão baiano, tomemos como referência os dizeres presentes no portal cidadania digital⁵¹, que abriga informações/materiais produzidos/veiculados pelo programa de inclusão sociodigital do Estado da Bahia. Para compreender o funcionamento discursivo, observemos os efeitos dessa sobreposição dos dois discursos textualizados no termo Sociodigital/Sócio-Digital. O termo é mesmo usado das duas formas, totalmente amalgamado ou com um hífen separando *Sócio* e *Digital*. Esse uso sem diferenciação mascara uma produção de sentidos distinta para cada caso.

Enquanto que no deslize do social para o digital, observamos a Inclusão Digital funcionando pelo apagamento do social, nas formulações Sociodigital e Sócio-digital podemos perceber um outro funcionamento, pela contradição, em que embora o social esteja textualizado, o mesmo, ainda assim, é apagado. Apagamento esse que ocorre devido à heterogeneidade discursiva presente nas formulações.

Social e digital significam de formas distintas, ao mesmo tempo que se filiam a ordens discursivas distintas. Como dissemos, o social filia-se à ordem política e econômica, enquanto que digital filia-se à ordem técnica, da instrumentalização, do uso. A fusão dos termos apaga essa memória constitutiva, esvaziando os sentidos de social e digital fazendo com que eles signifiquem de outra forma. Dessa forma, ainda, o uso sem hífen produz um sentido de que estamos falando de um único processo, ligado a uma única rede de memória, caso em que o apagamento das redes de memória ainda é mais perceptível. Enquanto que o

51 <<http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/>>

uso com hífen, ainda preserva uma relativa margem para que os sentidos sejam produzidos, abrindo espaço para uma ou para outra rede de memória, mas, mesmo assim, não escapando da contradição e do equívoco.

Ainda, no caso da Bahia, o programa de inclusão sociodigital está a cargo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti)⁵² do Estado, que propõe iniciativas de inclusão que vão desde o programa de inclusão sociodigital a outras investidas como as de popularização da ciência e participação da sociedade no processo de CT&I⁵³ do Estado. Dessa forma, diversos discursos com filiações distintas são vinculados e veiculados por um mesmo espaço, produzindo efeitos de sentidos que funcionam pela heterogeneidade das formações discursivas e ideológicas a que se filiam.

Nas formulações dos portais, temos uma sobreposição principal: inclusão social/inclusão digital, textualizada na expressão *sociodigital*. Ao mesmo tempo, a memória que se apaga, para fazer outra funcionar, ainda se entrelaça com outras redes de memória ainda mais distintas, quando observamos as formações discursivas da Divulgação Científica e da Inovação em funcionamento no mesmo espaço de produção de sentidos em que estão em funcionamento as memórias do social e do digital na formulação sócio-digital.

Segundo o portal da Secti, ela

tem como principal desafio contribuir para a impressão de um novo ritmo de desenvolvimento sustentável para o estado. Esta administração é marcada não só pela firme articulação com a comunidade científica, mas também pela participação da sociedade civil organizada para que o debate sobre a CT&I chegue ao interior e vá além das fronteiras do meio acadêmico e empresarial.

Ou seja, já na descrição do órgão podemos observar os discursos circulantes da participação pública e da popularização de conhecimentos científicos, discursos próprios da cultura/divulgação científica e, em certo grau, da própria inclusão digital. O órgão em questão demonstra essa prática englobante. Ainda segundo o portal,

o trabalho da Secti tem caráter transversal, contando com parcerias com outras entidades dos governos estadual, federal e municipal, empresariado,

52 <<http://www.secti.ba.gov.br/>>

53 Ciência, Tecnologia e Inovação

universidades, centros de pesquisas e a sociedade civil organizada. A articulação de atores com importantes papéis para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como a ação direta de fomentar iniciativas inovadoras ou popularizar as ciências estão entre as linhas de atuação da Secretaria.

Nesse sentido, a Secti expande em diversas direções, inclusive no que diz respeito à inclusão digital, por meio do portal cidadania digital, em que temos textualizados exemplos dessas sobreposições, como o par inclusão social/inclusão digital.

No portal de inclusão digital do Estado da Bahia podemos notar diversos aspectos a serem indagados em uma perspectiva discursiva. O site concentra informações e serviços que constituem o programa de inclusão digital do Estado. O funcionamento discursivo no portal cidadania digital evidencia a heterogeneidade do discurso, pois diversas formações discursivas atravessam, simultaneamente, os enunciados que circulam pelo/no site. São discursos que muitas vezes acabam funcionando pela contradição, vejamos alguns enunciados.

No momento mesmo em que se tenta definir inclusão digital, o enunciado produzido e veiculado no portal mostra a heterogeneidade desse discurso.

Você sabe o que é incluir digitalmente?

- *Possibilitar a apropriação da tecnologia e o desenvolvimento das pessoas nos mais diferentes aspectos;
- *Estimular a geração de emprego e renda;
- *Promover a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- *Proporcionar maior liberdade social;
- *Incentivar a construção e manutenção de uma sociedade ativa, culta e empreendedora.

Se analisarmos o(s) enunciado(s), poderemos perceber que ele(s) traz(em) em si diferentes ordens discursivas, como a econômica, a social, a técnica, a escolar, dentre outras. A última das frases, *incentivar a construção e manutenção de uma sociedade ativa, culta e empreendedora*, já demonstra uma formulação discursiva que pode, na verdade, produzir sentidos diversos, já que, ela mesma, pode remeter a diferentes ordens discursivas: social, econômica, do conhecimento etc..

Isso é estendido na delimitação dos objetivos do programa:

- *Democratizar o acesso da população aos recursos da informática e da Internet;
- *Potencializar oportunidades igualitárias de desenvolvimento em todas as regiões do Estado;
- *Capacitar a população de baixa renda para o uso de softwares e a utilização da Internet;
- *Contribuir para a melhoria na qualidade do ensino básico e fundamental;
- *Aumentar a empregabilidade e geração de renda através da capacitação profissional;
- *Colaborar para a inclusão de grupos com necessidades especiais;
- *Prover o acesso ao conhecimento de tecnologias que promovam oportunidades de negócios para micro empresas;
- *Disponibilizar os serviços do Estado a um número maior de cidadãos baianos;
- *Facilitar a integração da população e do Governo, visando a eficiência de políticas públicas.

Ou seja, é um rol de ações almejadas que, na verdade, partem de ordens muito diferentes, seguindo uma grande tendência das investidas de inclusão digital em nível nacional, já que acabam por tentar abarcar em um mesmo discurso sentidos e funcionamentos discursivos distintos, como acontece com a dupla inclusão digital/inclusão social, que muito corriqueiramente se con-fundem, evidenciando problemas que derivam da ordem econômica para a social, da social para a técnica e assim por diante.

O discurso da inclusão/exclusão digital é o nó central a ser desenredado. Com esse discurso, o governo digital individualiza o sujeito na forma do todos, da universalização. Esse dispositivo intervém na maneira de viver do sujeito e é por essa via que ele se constitui em sujeito da sociedade em rede pelo modo como sua vida passa a ser administrada pelo poder público (DIAS, 2010, p. 59).

Isso pode ser reforçado, inclusive, pela textualização da sobreposição inclusão social/inclusão digital.

Para compreendermos melhor esse debate, basta que, hipoteticamente, imaginemos um telecentro em funcionamento. Essa con-fusão de ordens discursivas diz respeito, basicamente, ao fato de um programa de inclusão formular dizeres diversos no âmbito desse telecentro, sugerindo, por exemplo, que as atividades ali realizadas vão promover o aprendizado técnico, a capacitação profissional, a ascensão social e econômica, o fortalecimento da educação básica e da academia, a popularização da ciência e a expansão da participação pública em processos decisórios em âmbito governamental, além de

fomentar a cidadania e expandir/solidificar o governo eletrônico. Paremos e pensemos: não seriam objetivos distintos demais para coexistirem dessa forma? Exageros à parte, alguns programas de inclusão digital em nível nacional formulam enunciados muito próximos disso que aqui exemplificamos. O programa de inclusão digital da Bahia é apenas um exemplo que escolhemos para apresentar o assunto, já que ele contempla alguns desses elementos.

Existe algo que reforça nosso argumento na utilização desse exemplo, que é justamente a filiação institucional do programa de inclusão digital do Estado da Bahia. Essa filiação, ao mesmo tempo que é curiosa, não é isolada. Se pararmos para analisar alguns programas de inclusão do governo federal, por exemplo, perceberemos que existem programas ditos de inclusão digital com filiações institucionais bem distintas. Temos programas ligados ao Ministério das Comunicações, ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, à Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, Casa Civil e por aí vai... No Estado da Bahia, quem exerce esse papel é a Secti – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Uma diversidade de filiações institucionais como essa acarreta, consequentemente, formações discursivas distintas em funcionamento. Ou seja, assim como a posição sujeito muda de acordo com a formação discursiva, o mesmo ocorre com a tal da inclusão digital. A inclusão digital promovida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, por exemplo, nunca será a mesma que a promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pois são formações discursivas distintas.

O Barracão da Tecnologia

O Projeto Barracão leva a cabo, com seus objetivos de pesquisa, as coisas-a-saber de Pêcheux: trabalhar com as coisas-a-saber da comunidade dita científica e produzir sentidos outros na vida e no cotidiano de uma comunidade dita carente. Buscando, assim, estabelecer a relação universidade e sociedade e afetar a realidade desta comunidade promovendo a possibilidade de uma produção própria de saberes por parte dos moradores,

sujeitos que ali vivem. Nossa pesquisa se utilizou dessas atividades do Projeto Barracão para tecer uma análise, que veio sendo construída ao longo de toda essa dissertação, a fim de compreender como funciona o discurso da Inclusão Digital no Barracão, tendo em vista sua natureza contraditória constitutiva e privilegiando esse funcionamento na relação com o imaginário. Neste momento, vamos tecer essas reflexões a partir de alguns dados um pouco mais quantitativos.

As oficinas de informática inauguraram o que ficou conhecido como *Barracão da Tecnologia*. Essas oficinas demandaram todo um “jogo de cintura” da equipe do projeto para que fossem possibilitadas, pois na falta da verba oficial mencionada anteriormente⁵⁴ foi necessário conseguir equipamentos de outras formas (doação, empréstimos etc.).

Três turmas passaram pela oficina, sendo que eu ministrei a oficina para 2 dessas turmas. Outras pessoas ficaram “na fila” esperando para participar da oficina. As atividades foram retomadas e continuariam ao longo de 2012.

Essas oficinas foram planejadas em setembro e outubro de 2011, sendo executadas em novembro. Para a oficina, conseguimos 3 computadores por meio de doação, 2 por empréstimo e mais 1 que veio emprestado do próprio Labeurb, que também emprestou o datashow usado nas oficinas. Além disso, havia o computador do oficineiro, que usou a própria máquina.

O corpus aqui definido privilegia o registro das oficinas ministradas a essas três turmas mencionadas, isto é, 3 semanas, sendo que 2 foram consecutivas e, depois de uma semana de intervalo, houve a continuação com a última. No total, foram cerca de 35 jovens, entre crianças e adolescentes, que participaram dessas 3 semanas. Mesmo as pessoas que ainda não passaram pela oficina, também fazem parte dessa análise, pois produziram sentidos desde o momento em que preencheram a ficha cadastral e responderam ao mini-questionário⁵⁵ nela embutido.

As fichas de inscrição pediam informações cadastrais básicas como nome, idade, interesse, disponibilidade, além de algumas perguntas sobre os conhecimentos de

⁵⁴ Ver p. 11.

⁵⁵ Ver anexo II, p. 143.

informática do sujeito e interesse pela oficina. As fichas foram importantes para nortear a montagem das turmas, contudo, no decorrer do processo das inscrições, elas se mostraram um tanto ineficientes no sentido da definição de perfis, com algumas lacunas que dificultaram nossa organização, bem como por alguns termos que causaram confusão nos inscritos.

Outra conclusão a que chegamos é que teria sido melhor se tivéssemos disponibilizado as inscrições em horários específicos e nós mesmos tivéssemos ficado responsáveis por elas, pois os sujeitos tinham muitas dúvidas no momento da inscrição que teriam sido melhor atendidas se nós mesmos estivéssemos lá.

Ponto de parada. Esse foi um momento da reflexão sobre as fichas. Nós mesmos, enquanto pesquisadores, olhamos e re-olhamos esse material de diferentes perspectivas, sendo que também produzimos sentidos diferentes sobre essas mesmas fichas.

Explicando as fichas cadastrais: elas foram concebidas no âmbito do projeto Barracão e não no âmbito desta pesquisa sobre o projeto. São fichas que tinham o intuito de conhecer algumas características básicas dos interessados em passar pelas oficinas, de forma que isso auxiliasse a montagem de perfis similares a serem alocados em turmas distintas. A ficha, de fato, auxiliou de certa forma a montagem das turmas, mas, para os fins empíricos para os quais ela foi concebida, ela se mostrou ineficiente, sendo que os pontos principais que nos levam a essa conclusão são: no fim do processo de inscrição, percebemos que faltaram perguntas importantes; observamos, durante as inscrições, que algumas palavras não eram compreendidas pelos moradores; e, também, alguns enunciados não ficaram suficientemente claros para os que lá se inscreviam. Dessa forma, do ponto de vista empírico, no âmbito da montagem de perfis, as consideramos ineficientes.

Ainda nessa perspectiva empírica, outro ponto foi o que já comentamos acima, de que talvez tivesse sido mais interessante para o projeto Barracão que nós mesmos tivéssemos realizado essas inscrições, o que não ocorreu. As fichas foram confeccionadas, uma representante da Associação foi orientada em como proceder e as inscrições ficaram a cargo dela. O motivo dessa nossa conclusão é que, possivelmente, teríamos percebido as inconsistências da ficha cadastral logo no princípio e teríamos corrigido a estrutura a

tempo. Além do que foi citado, tem o fato de que também algumas marcações feitas “a mão” pelos sujeitos, sejam os inscritos ou mesmo a representante responsável pelas inscrições, demonstraram-se incompreensíveis, fazendo com que perdêssemos alguns dados.

Agora, a outra perspectiva sobre as fichas cadastrais: sob a perspectiva estrita desta pesquisa, para fins de análise das discursividades do projeto Barracão, incluindo as que se produzem nas inscrições das oficinas por intermédio das fichas cadastrais, as mesmas constituem um “problema”, mas um “problema” no sentido “positivo” da Análise de Discurso, se assim podemos dizer, um “problema” de pesquisa.

As falhas presentes nas fichas produziram uma série de equívocos que são fortemente considerados como matéria-prima para a Análise de Discurso, como demonstraremos em seguida com o debate de algumas questões e suas respostas controversas. Essa revelação fez com que olhássemos as fichas de outra perspectiva, agora não mais a do Barracão, mas a de nossa pesquisa, que tem o Barracão como objeto principal. Sendo assim, propomos nosso primeiro deslize:

1- a crítica inicial às fichas se materializava na seguinte questão: por que nós, enquanto pesquisadores parte da equipe do projeto, não realizamos, nós mesmos, as inscrições nas oficinas?

2- agora, o deslize que propomos é: o que esta pesquisa perderia em termos de construção do corpus de análise, caso nós mesmos tivéssemos realizado as inscrições junto aos sujeitos moradores do bairro?

Essa questão busca materializar o interesse direto pelas formulações presentes no questionário embutido nas fichas cadastrais. Diversas questões foram suscitadas a partir das análises, sendo que escolhemos algumas como principais, pois fazem falar uma rede de sentidos que ecoa na comunidade.

Para começar, a partir dos efeitos de equívoco observados nas fichas, coloquemos algumas questões no movimento dos sentidos: o que é o saber para quem diz não saber nada? O que é “o básico”? O que é internet para esses sujeitos? Que relações eles fazem entre internet, computadores e programas de computador? Que outros sentidos se

produziriam se nós mesmos tivéssemos aplicado os questionários/realizado as inscrições? Pretendemos, com isso, deslocar problemas técnicos de produção/aplicação dos questionários da ordem do empírico para o pertinente da relação dos sujeitos com a tecnologia, materializada nas respostas do questionário, na ordem do discurso.

Nesse momento, o leitor pode consultar o anexo III deste trabalho, em que encontrará a tabulação completa desses dados, de modo a facilitar a compreensão.

De maneira geral, vamos percorrer as principais quantificações do que foi apurado já relacionando com algumas interpretações, nos expondo à opacidade do texto e ao equívoco da língua. No total, 66 sujeitos inscreveram-se para participar das oficinas de informática do Barracão da Tecnologia. Desses, a maioria é do sexo masculino, 61% no total. Com relação à faixa etária, 74% dos inscritos tinham entre 7 e 14 anos de idade e o restante, 15 anos ou mais. Nesses 26% restantes temos também representantes de meia idade e da terceira idade, o que mostra que variou a faixa etária, apesar da predominância de jovens.

No item que pedia a “Atividade/profissão”, 77% responderam “estudante”, havendo uma parcela de inscritos que não responderam, deixaram em branco. Na porcentagem que sobra, ainda, temos também algumas respostas diferentes, como “porteiro”, “doméstica”, “professora”, “Autônoma” e “Do lar”. Essas formas de se referir à própria atividade/profissão já produzem alguns sentidos bem particulares.

Que sentidos são produzidos com, por exemplo, a palavra “Autônoma”? Se um sujeito é autônomo, isso quer dizer, de maneira mais simplificada, que esse sujeito trabalha por conta própria, isto é, não possui vínculo empregatício com um patrão ou empresa qualquer. Além disso, um autônomo pode trabalhar por conta própria em uma atividade específica, ou mesmo mais de uma atividade. Mas, também podemos compreender que, mesmo tendo mais de uma atividade, este sujeito, provavelmente, possui uma que é a principal. Se isso procede, por que não dizer, ao invés de autônomo, o nome da atividade principal que exerce, ou ao menos apontar mais de uma atividade. Ainda, será que podemos interpretar uma resposta como essa como também podendo estar ligada a uma rede de memória que faz falar o sentido da vergonha de determinada profissão? Ou mesmo da não-

profissão, no caso de estar desempregado?

No item que perguntava se eles sabiam usar o computador, nenhuma grande surpresa, 55% responderam que não e 45% que sim. O interessante aqui será colocar esse dado em relação com outros dados. Por exemplo, houve quem respondesse aqui que não sabia usar o computador. Contudo, em um item posterior, esse mesmo sujeito respondeu que já havia realizado curso de informática. Que contra-sentido é esse que foi produzido? Como um sujeito realiza um curso de informática e diz que não sabe usar o computador? E aí nós voltamos com uma série de questionamentos que já fizemos ao longo do trabalho, justamente em relação a essa instrumentalização.

O que ocorre é que não apenas processos pedagógicos ligados à Inclusão Digital promovem esse deslizamento do conhecimento para a instrumentalização, mas também outros processos em outras instâncias sociais, públicas e privadas. Muitos cursos de informática irão investir em formas de ensinar essencialmente instrumentais, isto é, não investem em conceituação, em confronto ideológico de processos, de conhecimentos, construção de saber, apenas instrumentalizam, dão receitas prontas, não estimulam o sujeito a buscar, ressignificar e produzir.

Como já afirmamos, a Análise de Discurso trabalha no entremeio, na tensão entre a descrição e a interpretação. Ao fazermos isso, estamos expostos à opacidade do texto e ao equívoco da língua. No caso mencionado, o equívoco das respostas mostra que existem outros sentidos possíveis. Por exemplo, uma simples falha, resposta equivocada, ou mesmo, uma formulação outra, específica, em uma articulação com o imaginário do sujeito, de acordo com condições de produção específicas de sua subjetividade que o façam formular esse ou aquele enunciado. Vale destacar aqui que ao responder as perguntas da ficha também estava funcionando o imaginário desse sujeito em relação às oficinas. É o funcionamento das formações imaginárias de que nos fala Orlandi (2007). A imagem que os moradores têm do projeto, da oficina e a imagem que eles têm da imagem que nós enquanto equipe temos deles. Eles buscam corresponder à imagem que têm da imagem que temos deles. Ao dizer “autônomo” e não “desempregado” ou “sem emprego fixo”, formulações que poderiam, no imaginário deles, produzir sentidos negativos em nós. Assim

como ao formularem que “não sabem usar o computador”, eles têm mais possibilidades de serem “aceitos” ou “selecionados” para as oficinas. São sentidos possíveis se considerarmos o sentido do assistencialismo que é parte das relações sociais desses sujeitos com as instituições governamentais e não governamentais, como, por exemplo, o recebimento de cesta básica e frutas e verduras através do CEASA⁵⁶ de Campinas. Nessas relações funciona o sentido do “não ter”, “do não saber”. É preciso que o sujeito esteja nessa posição para “ser considerado”, para receber.

65% dos sujeitos responderam “não possuir computador”. De certa forma, isso também não se configura como uma surpresa para nosso imaginário. Já quando indagados sobre a frequência com que usavam computadores, houve uma divisão bem demarcada das porcentagens. 39% disseram não utilizar, 23% afirmaram utilizar raramente, 18% uma vez por semana e 20% mais de uma vez por semana. Guardemos esses dados, pois logo os utilizaremos em uma outra comparação.

Quando questionados sobre quais programas de computador sabiam utilizar: 52% responderam “nenhum”, 15% responderam “navegador de internet”, 17 % responderam jogos e 5% responderam da seguinte forma: marcaram um “X” no campo “Outro”, e escreveram, ao lado, “O básico”. Aqui é interessante que o leitor consulte o anexo II para conferir como está estruturada essa pergunta no questionário.

E o que seria esse “o básico”? Essa foi uma formulação que “discursivizou”, se assim podemos dizer, todo o debate que já traçamos sobre sociedade da informação e inclusão digital nesse trabalho. Aqui, encontram-se o sujeito da formulação “o básico” e o sujeito que enuncia não saber usar programas de computador apesar de ter feito curso de informática. É a discussão do esvaziamento dos sentidos de informação e conhecimento. É o básico em relação a quê? Quem define o que é básico e o que é avançado? Quem qualifica esse conhecimento? Os conhecimentos informáticos fazem parte das coisas-a-saber da sociedade contemporânea. Porém, devido a toda complexidade que envolve a questão da inclusão digital, uma vez que, pela nossa formação social, implica a desigualdade, esse discurso produz um sentido forte no processo de individualização desse

56 Centrais de Abastecimento de Campinas SA – Ceasa-Campinas.

sujeito. É aí que o Estado falha ao instrumentalizar sem fazer refletir o conhecimento na vida desse sujeito. Que sentidos são produzidos com a formulação “o básico”? Mais ainda, a formulação “o básico” nas condições de produção bem específicas que foram descritas?

“O básico”, aqui, faz falar a memória da contradição da inclusão, marca o processo discursivo do Barracão com a evidência da falha do Estado e o equívoco da língua. Produz o sentido da sociedade da informação que encontra-se muito distante de ser para todos, sendo que o mesmo acontece com as políticas públicas de Inclusão Digital. “O básico” evidencia a subjetividade dos sujeitos que, sim, tem o acesso. Evidencia também que, como debatemos, esse acesso é posto em xeque quando o conhecimento é deslizado para a instrumentalização. No real das relações sociais, é a própria máquina tecnológica enquanto artefato que subjetiva esse sujeito. O sujeito utiliza um programa de computador, que não é “nenhum”, é “o básico”, mas que na contradição da sociedade da informação e do discurso da Inclusão Digital, torna-se “nenhum”. Um “nenhum” que está presente mesmo para o sujeito que utiliza o computador mais de 3 vezes por semana.

Um último dado do questionário que gostaria de trazer é o item que perguntava quais os objetivos, o que os sujeitos buscavam na oficina. Eram 3 opções: “primeiro contato”, “aprimoramento” e “utilização específica”, sendo que esta última fornecia um campo para a escrita particular. 92% responderam “primeiro contato”. E mais uma vez questionamos: como?

Como é possível 92% responderem “primeiro contato” se inevitavelmente estão, dentro desses 92%, sujeitos que também responderam já ter feito curso de informática e/ou utilizar o computador algumas vezes por semana? Essa última relação produz uma série de sentidos dos mais diversos, abarcando desde as discussões que já tratamos anteriormente, até outras questões que se colocam para o próprio processo de análise, para o questionário, o processo de aplicação do mesmo, para os sujeitos, para a comunidade e, indo bem mais longe, até mesmo para o sistema educacional e formativo público como um todo.

Fato é que podemos apreender como primeiro sentido produzido a partir dessa discussão, que os sujeitos, quando se trata do conhecimento, da linguagem específica da

tecnologia digital, mesmo aquela relativa ao nível usuário, estão no *não-sentido*⁵⁷.

Ainda nessa última questão, podemos trazer uma outra questão, ligada, ainda, a um não-sentido de terminologias. O termo “aprimoramento” foi marcado por 8% dos inscritos. O que nos leva a pensar: será que os sujeitos marcaram a primeira opção apenas para não marcar o “aprimoramento”? Será que o “aprimoramento” constituiu o “termo a ser evitado”? Assim como acontece em uma prova de vestibular ou concurso, quando não conhecemos um ou outro termo damos nossa resposta pelo método da eliminação. Será que também essa memória ganhou voz?

Como dissemos, o Anexo III deste trabalho traz uma tabulação completa dos dados desse questionário, trazendo inclusive as repostas por extenso e respostas perdidas indicadas.

Em relação ao questionário que vínhamos descrevendo, existem, também, as informações próprias do processo de aplicação, relatadas a nós pela representante da associação. Por exemplo, o item da ficha cadastral com a palavra “aprimoramento” trouxe alguns problemas de compreensão. Em nosso imaginário isso jamais apareceria como um possível problema. Bem ao contrário disso, esse foi um item que causou dúvida, muitos não sabiam o que significava o termo “aprimoramento” e a pessoa a cargo das inscrições no momento também não estava conseguindo explicar de uma forma que auxiliasse a compreensão.

Isso demonstra, mais uma vez, o funcionamento do jogo imaginário na relação entre sujeitos e também do funcionamento da ideologia. Orlandi nos ensina que a ideologia é regida pelo imaginário. Assim, enquanto equipe do projeto partimos da evidência ideológica de que “aprimoramento” era um termo conhecido de todos.

O termo “programa de computador” é outro exemplo problemático. Para nós, é algo extremamente simplório, mas para algumas crianças, o item que trazia essa expressão era muito confuso e não fazia sentido.

Outro ponto é o próprio imaginário da comunidade acerca das oficinas e do modo de estruturação das mesmas, como abordamos anteriormente. Por exemplo, algumas

⁵⁷ Ver nota de rodapé 26, p. 81.

crianças demonstravam durante as oficinas que sabiam muito mais do que haviam registrado na ficha cadastral. Dentre as razões que apontamos anteriormente, que fazem parte do modo de individualização desse sujeito pelo Estado e pelo discurso da inclusão, a possibilidade da expectativa que os moradores construía sobre as oficinas também faz parte desse processo. Pudemos perceber que algumas crianças eram inscritas pelos próprios pais ou avós. Possivelmente, alguns deles imaginaram que dizer “não saber nada” conferia mais chances de entrar nas primeiras turmas. Obviamente, isso não procedia, para as primeiras turmas, pelos problemas estruturais que enfrentávamos, buscamos justamente o oposto, crianças que já traziam algum conhecimento, de modo a facilitar o andamento das oficinas. Como as fichas ficaram repletas de pessoas que diziam partir do zero, foi preciso modificar a maneira de escolher os perfis das primeiras turmas, tomando como predominante a idade e disponibilidade de horário, apenas. Ou seja, esses equívocos da própria formulação do questionário deslocaram nosso planejamento prévio sobre a montagem das turmas. Durante as oficinas, isso foi, de certa forma, comprovado, pois muitos dos que ali estavam, diziam em suas fichas partir do zero, porém já traziam consigo diversos conhecimentos de informática.

A intenção das primeiras oficinas era construir um conhecimento mais amplo sobre computador para que, posteriormente, as mesmas crianças pudessem fazer outras oficinas mais específicas, aprofundando alguns conhecimentos. Pela quantidade de inscritos, de turmas que se formaram e de crianças que sabiam muito pouco de computador, as primeiras oficinas acabaram por se configurar de outra forma, sendo que foram passadas a eles noções de informática, plano conceitual do funcionamento, de uma forma mais geral, de modo a familiarizá-los com a formação discursiva da informática e do computador.

Os computadores, por questões diversas, principalmente técnicas, mas também legais e ideológicas (que podem ser conferidas no item sobre práticas de compartilhamento⁵⁸), foram todos equipados com sistema operacional GNU/Linux, distribuição Ubuntu 10.04, a mais popular atualmente. É um sistema simples, com boa usabilidade, as crianças apreenderam o funcionamento de maneira relativamente facilitada.

58 Ver p. 93.

Além disso, foram passados a elas comandos básicos usados em qualquer computador.

Depois, passamos a uma apresentação dos principais softwares, de modo a mostrar a elas como realizarem algumas operações do dia a dia e as ferramentas que elas utilizariam para isso. Ao fim de todas as oficinas sempre disponibilizávamos um período para que elas mexessem livremente, alguns continuavam com atividades.

A turma da primeira semana foi assim, uma turma piloto, de fato. Durante a semana fomos aprendendo as especificidades daquelas crianças e reorganizando, a cada dia, o planejamento para o dia seguinte. No fim da semana, em vista de todos os percalços, acabamos tendo bons resultados, as crianças aprenderam bastante e se interessaram por continuar, o que penso ser o principal das primeiras oficinas, despertar o interesse nos participantes para que acompanhem o projeto. Ao longo da semana, fizemos algumas atividades mais direcionadas também, tentando trabalhar com imagens e desenho. Tentamos montar desenhos em conjunto, mas isso não foi algo que deu muito certo com a primeira turma. Apesar disso, muitos deles conseguiram caminhar bem com o uso das ferramentas, usaram a criatividade e produziram algumas primeiras tentativas interessantes.

Na segunda e na terceira semana já foi um pouco diferente, sendo que o trabalho direcionado funcionou um pouco melhor. Vou ater-me aqui à segunda semana. Nesta, já tentei propor algo que pressupunha despertar mais o interesse das crianças, justamente baseando-me na experiência da primeira semana.

Com essa turma, resolvi propor um trabalho direcionado desde o início, a tentativa era mostrar a eles quão interessante poderia ser um trabalho com imagens conhecendo apenas algumas ferramentas básicas de softwares de desenho e edição de imagens. Fizemos um momento de comandos básicos ao início, mas algo bem mais curto, depois já procedemos ao trabalho com as imagens. Mostrei a eles algumas ferramentas básicas de desenho e o processo de uso de imagens externas, sendo que levei para a oficina arquivos de imagens chamativas. No decorrer, ia passando os processos e dava tempo para que eles realizassem algumas operações.

O resultado nessa semana já foi bem diferenciado, por diversos motivos. A turma estava reduzida, no primeiro dia havia apenas dois computadores compartilhados e, nos

demais dias, apenas um. Com a exclusividade, eles ficaram mais concentrados e focados no que estavam fazendo. Mesmo assim, não deixavam de explicitar que eram crianças: faziam barulho, conversavam muito, gritavam, tudo isso conciliando as atividades que eu passava a eles, cumprindo com tudo, tirando dúvidas etc..

Quando começamos a trabalhar com o software de edição de imagens, mostrei a eles como era possível, com alguns passos, colocar diversos tipos de efeitos especiais nas imagens que eles escolhessem. Foi o momento em que eles foram literalmente capturados. Dali em diante eles queriam aplicar efeitos em todas as imagens que encontravam no computador. A turma era segmentada, metade deles um pouco mais lentos e a outra metade bem sagaz para aprender a usar as ferramentas. Alguns, depois de um tempo, já estavam, por si só, construindo cenários complexos a partir da edição de uma série de imagens em conjunto.

Como afirmamos no início dessa dissertação, o Barracão é um projeto que não visa o “curricular”, embora as relações “professor-aluno”, nas oficinas, signifiquem. O trabalho de desconstrução de uma obrigatoriedade do aprendizado da informática é o que chamamos não-curricular. Nosso intuito no projeto é fazer deslizar o sentido do curricular, da obrigatoriedade, das coisas-a-saber, da instrumentalização para o trabalho, para um espaço de criação, de resistência, tal como definimos anteriormente, enfim, um espaço de constituição do sujeito. Há dois momentos das oficinas exemplares disso. Um deles já foi citado, é quando um dos participantes se auto-denomina “mini-professor”. Da posição de “não-saber nada”, do “saber básico”, ele passa a “mini-professor”. Cabe questionar o sentido desse significante para esse sujeito que vive num lugar em que o “não-saber” é a sua melhor chance. Ao se enunciar “mini-professor” ele assume o lugar do “saber”. E é desse lugar que ele se autoriza a auxiliar os outros participantes. Não se trata de mera instrumentalização desse sujeito, mas criação de um território de subjetivação, dessujeição de um saber sujeitado.

O segundo momento exemplar dessa construção de um espaço de criação e constituição do sujeito é o de um garoto conhecido ali na comunidade como um dos mais “bagunceiros” e “problemáticos”. Esse sujeito, ao se interessar pela oficina, participando

das atividades ativamente, apresentou também dificuldades de compreensão e, a princípio, fui pego pela imagem que todos tinham dele e atribuí essa dificuldade ao fato de ele ser bagunceiro. Depois percebi o real problema do garoto, ele tinha 11 anos de idade, mas ainda não sabia ler direito, por essa razão ele não conseguia realizar os processos com a mesma rapidez que os demais.

Esse acontecimento mostra que a relação curricular/extra-curricular é uma armadilha ideológica na qual o sujeito é preso. A grande maioria dos programas de inclusão digital vinculados ao governo exige que o aluno esteja na escola. O aprendizado da informática e o contato com o computador passa, assim, a significar pelo curricular. Ao deslocar essa posição, o Barracão desliza o saber do espaço administrativo da escola e produz sentidos outros para que o sujeito esteja ali e produza ele mesmo sentidos para o saber, mesmo que ele esteja “fora” (do sistema escolar). Esse sujeito “não-apto” tem um lugar. E desse modo ele é individualizado e assume uma posição na sociedade. Ao fim de tudo, esse garoto dito “bagunceiro”, “desinteressado” e com muitas dificuldades de compreensão, pediu para levar um CD com o material da oficina para usar em casa!

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com nosso trabalho, a partir da teorização em Análise de Discurso, sustentar que a Inclusão Digital é uma instância ideológica de poder que funciona pela contradição. Ela resulta do trabalho de um Aparelho Ideológico de Estado, que são as Políticas Públicas. É por meio das Políticas Públicas que a Inclusão Digital é determinada pelo Estado, pela ideologia do Estado. Isto é, a Inclusão Digital, do modo como vem sendo feita através dos programas de políticas públicas, representa a formação ideológica do Estado, produzindo evidências para o sujeito.

O discurso da Inclusão Digital, por ser fortemente determinado pela ordem econômica, está calcado em uma visão hegemônica e consensual em relação à inclusão. No seu funcionamento pela contradição, percebemos que seu sentido outro, o da exclusão, não funciona como tal, ou seja, o excluído que tem a chance de se incluir, mas funciona como segregação, ou seja, reforçando a desigualdade social. Na relação com o Barracão, podemos distinguir duas práticas que deslocam o discurso da inclusão: Pelo viés do Estado, temos o sentido do curricular. Assim, por exemplo, para um adolescente participar de uma investida de ID do Estado ele tem que estar na escola. Essa relação é a contradição da inclusão, ela própria produz a segregação. Pelo viés do Barracão, temos o sentido do extra-curricular. Assim, por exemplo, para um adolescente participar de uma investida de ID do Barracão ele não tem que estar, necessariamente, na escola.

Quando debatemos essas relações direcionando para a questão da impossibilidade da exclusão, estamos dando voz a todos esses sujeitos participantes das oficinas, mesmo os que respondem “o básico”. Como alguém que está supostamente excluído, pode se postar durante a oficina e enunciar a formulação: “Professora, deu pau aqui ó!”, ou mesmo, “Deu Tilt, professora”. Ou seja, por mais que muitos deles estejam apenas na superfície da instrumentalização, nenhum deles está excluído, estão todos incluídos, mesmo que compulsoriamente. Como disse Buzato (2007), “perversamente incluídos”.

Tanto esses, quanto o “mini-professor”, e também o enunciator do “o básico”, assumem, vez ou outra, posições-sujeito da ordem da sociedade da informação. Não há dúvida de que há muito o que trabalhar junto a eles, mas também não há dúvida de que, sim, estão todos incluídos.

Dessa forma, o processo de individualização do sujeito da periferia aqui abordado acontece através do discurso da inclusão, seja ela social, digital ou sócio-digital. E esse discurso está diretamente ligado à ordem econômica, capitalista, que funciona pela instrumentalização e colocação no mercado de trabalho.

Assim, o que o projeto Barracão propõe não é uma ruptura em relação a isso, pois não há como fugir dessa lógica, não há como se excluir dela. A proposta é propiciar outros caminhos possíveis, oferecer novos materiais, conhecimentos, ferramentas, que possibilitem aos sujeitos uma produção de sentidos diferentes, que lhes permitam construir suas próprias territorialidades subjetivadas⁵⁹ dentro da lógica desterritorializante capitalista contemporânea, na perspectiva de um espaço simbólico de produção de sentidos como é o caso do Barracão.

Ou seja, a lógica dominante é a da instrumentalização, mas essa não é um fim no Barracão, e, mesmo que ela ocorra, seria uma consequência de um posicionamento do sujeito na sociedade. Ainda, a consequência pode não ser a instrumentalização tecnológica, pode ser outra coisa, a depender das condições de produção e da produção de sentidos do sujeito e, mesmo assim, o Barracão teria atingido o objetivo de fazer o sujeito refletir sobre a sociedade em que vive e produzir para ela outros sentidos que não aqueles que estão *já-lá*.

No Barracão, como dissemos, a inclusão não é um fim, não é parte do projeto em termos de planejamento, objetivos etc.. Essa inclusão, como é comumente concebida, na verdade configura-se como consequência da própria dinâmica das atividades propostas pelo projeto. Lembrando que estamos nos referindo à “inclusão” como circula na sociedade, mas a concebemos, na verdade, a partir de uma produção de sentidos diversa, como vimos afirmando ao longo do trabalho.

É válido problematizar, nesse ponto, esse posicionamento da inclusão nos

⁵⁹ Ver p. 7, p. 54 e p. 60.

programas de inclusão digital, em geral. A partir de todas as nossas discussões, podemos refletir: seria realmente preciso a inclusão configurar-se como um projeto, um objetivo, um fim primeiro de investidas de inclusão digital? Não seria mais coerente essa inclusão configurar-se como consequência de uma série de projetos dos mais diversos?

Acreditamos que a própria dinâmica de constituição do discurso de inclusão produz uma série de evidências que pressupõem percursos, estabilizam sentidos. As práticas próprias de muitos programas de inclusão promovem planejamentos que centram o sujeito em uma cadeia pré-definida, regulada pelo curricular, pelo concorrencial, mercadológico. São caminhos pré-traçados: o sujeito entra, participa de um determinado número de atividades e é encaminhado para uma determinada atividade no mercado de trabalho. Isso é a estabilização dos sentidos.

Nosso questionamento vai na direção de que haveria formas de se produzir efeitos outros na sociedade, pensando aqui na possibilidade de se deslocar o investimento em inclusão para um investimento em projetos diversos, dos mais variados, que privilegiem a criatividade e estimulem uma produção própria de conhecimentos e saberes, de forma a deslocar essa concepção de inclusão. Um fomento ao escape, à resistência do sujeito em seu processo de individualização pelo Estado.

Na contradição constitutiva do discurso de inclusão, vemos que é esse o lugar que o discurso posta os sujeitos, estabilizando os sentidos do excluído, do que não sabe, do que não tem. O sujeito precisa não saber para saber, precisa não ter para ter, e talvez por isso ocorram situações como a que descrevemos no trabalho, em que sujeitos que sabem, dizem-nos que não sabem, pois estão inscritos em uma formação em que o imaginário construído a partir do discurso dominante da inclusão os determina dessa forma.

O Barracão não é estaque, não dá receitas prontas. Ele é um espaço simbólico de produção de sentidos, um espaço de possibilidades. Ele fornece possibilidades, assim como outros recursos, outras ferramentas, outros discursos. Cabe aos sujeitos moradores do Eldorado produzirem sentidos a partir de suas próprias condições de produção e filiações discursivas ao longo do projeto.

6. REFERÊNCIAS

- BABBAGE, C. **On the Economy of Machinery and Manufactures**. A. M. Kelley, Londres, 1832.
- BRETON, Philippe. **Historia da informática**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1991. 260 p.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. **Entre a fronteira e a periferia**: linguagem e letramento na inclusão digital. 2007. 284p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000415042>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.
- _____. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2003. 243 p.
- DIAS, Cristiane Pereira. **Cidade, Cultura e Corpo**: a velocidade do mundo. Campinas, SP: LABEURB/UNICAMP, 2011. 70p. Série: Escritos, nº 10.
- _____. Extensão, sociedade e tecnologia: o Projeto Barracão. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 295-309. 2ª parte 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE2/5v.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2012.
- _____. Imagens e metáforas do mundo. **RUA** [online]. 2009, no. 15. Volume 2 – ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>
- _____. Telecentros como políticas públicas de Inclusão Digital: Da administração da vida na cidade. 2010. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, SP: Editora RG, c2010. 160p., il. (Estante ametista). ISBN 9788561622237 (broch.).
- _____. Um percurso teórico-analítico: “alg afim de tc?” como materialidade do gesto afetivo na sala de bate-papo hiv. **Revista Letras** nº 21. PPGL/UFSM. 2000.
- EDWARDS, P. N. The Closed World: Systems Discourse, Military Policy, and Post-World

- War II US Historical Conciousness. In: **The Military Information Society**. L. Levidow e K. Robins (eds.). Free Association Books, Londres, 1989.
- FAPESP. **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo**. 2004. São Paulo: FAPESP, 2005. 2v. (992p).
- FOUCAULT, Michel. (1988) A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: Motta, M. (Org.). **Michael Foucault Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004, v.5, p. 301-318.
- _____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. xiv, 382p.
- _____. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008. 474 p.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France**: 1970-1982. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1997. 134 p.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed.34, 2000, c1992. 203p.
- _____. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Revista Espaço & Debates**, nº 16, 1985.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise (org.); HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. 315p.
- LAGAZZI, S. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, SP: Editora RG, c2010. 160p.
- _____. Texto e autoria. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI, S. **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006. 214 p. (Introdução às ciências da linguagem). ISBN 8571132275 (broch.).
- LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2.ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 376p.

- LEMONS, André. Anjos Interativos e Retribalização do Mundo. Sobre Interatividade e Interfaces Digitais. In: **Tendências XXI**, Lisboa, 1997. Disponível em: <<http://www.andrelemons.info/artigos/interativo.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2012.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. 264 p.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988. xviii, 123p.
- MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. 222 p.
- MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005. 167 p.
- _____. **Historia da sociedade da informação**. Tradução: Nicolas Nyimi Campanario. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Loyola, 2006. 197 p.
- NUNES, J. H. Escrita e subjetivação na cidade. In: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. 222 p.
- ORLANDI, E. P. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e em psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006a. 222 p.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006b.
- _____. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI, S. **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006c. 214 p. (Introdução as ciências da linguagem).
- _____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. 100 p.
- _____. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004. 159 p.
- _____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2008. 222p.
- _____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da

- delinquência. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas, SP: Editora RG, 2010. 160p.
- PARRA, H. Z. M. Política e “medialidade” nas redes digitais. **ComCiência**, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2009a. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=48&id=597>>. Acesso em 25 de abril de 2012.
- _____. Sujeito, Território e Propriedade: tensões estético-políticas sobre a emergência do commons digital. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, GT 22: Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, Rio de Janeiro – RJ, 2009b. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/11_6_2009_15_22_42.pdf>, acesso em 15 de julho de 2011.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise (org.); HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. 315p.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. 68 p.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. 287 p.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. 287 p.
- PELLEJERO, Eduardo. **A postulação da realidade**: (filosofia, literatura, política). Tradução de Susana Guerra. Lisboa: Vendaval, 2009. 197 p.
- PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005. 2v.
- ROLNIK, Suely. Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea. In: ORLANDI, E. P. **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001. 190 p.
- ROMÃO, Lucília. Na teia eletrônica, fragmentos da memória. In: MORELLO, Rosângela (org.). **Giros na cidade**: materialidade do espaço. Campinas, SP: LABEUB/NUDERCRI-Unicamp, 2004. 188p.
- SCHALLER, Jean-Jacques. **Le projet est un combat...** pour une mobilisation de tous les

acteurs! Mimeo. Set. 1996.

SILVA, Helena, et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf.**, Jan./Apr. 2005, vol.34, no.1, p.28-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2012.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TOURAINÉ, Alain. Face à l'exclusion. In: **Citoyenneté et urbanité**. Paris: Éditions Esprit, 1991.

Sítios Web:

[Creative Commons/Copyleft]
<<http://www.creativecommons.org.br/>>
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Creative_Commons>
<<http://creativecommons.org/>>
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Copyleft>>
<<http://www.gnu.org/copyleft/>>
<<http://www.creativecommons.org.br/videos/Remix-Culture.swf>>

[Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia. Acesso em 14 de setembro de 2011].

<<http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/>> - Portal Cidadania Digital.

[Portal da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia].

<<http://www.secti.ba.gov.br/>>

Áudio/Vídeos:

[Pedro Markun: novas formas de fazer política]
<<http://tedxtalks.ted.com/video/TEDxVer-o-Peso-Pedro-Markun-Nov>>

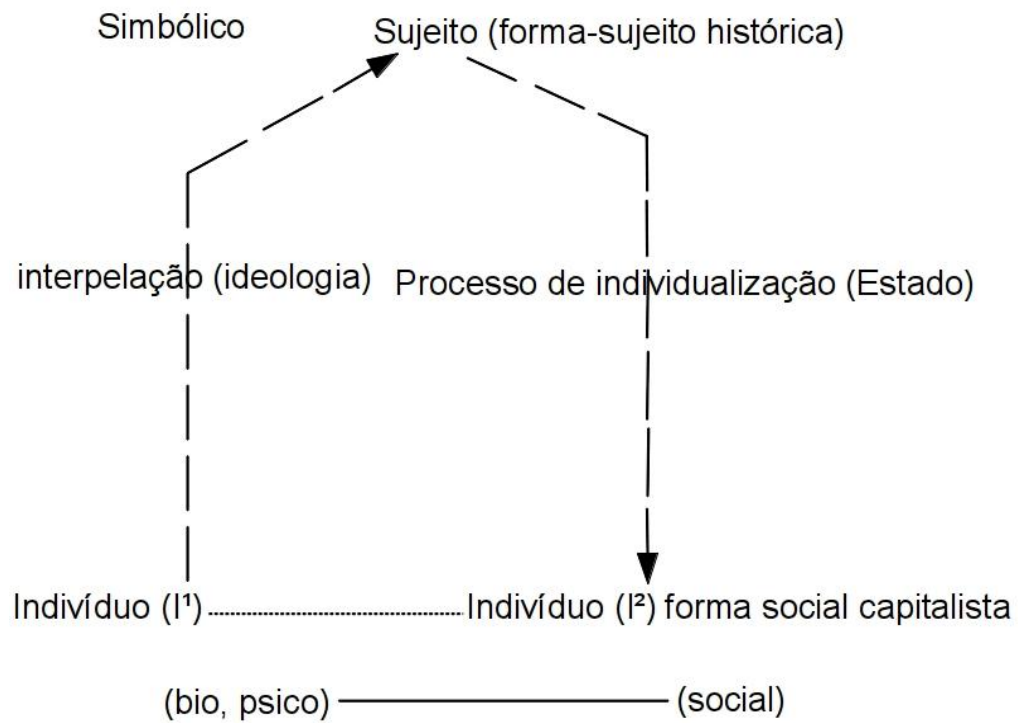
[independência do ciberespaço]
<http://www.youtube.com/watch?v=SPTgKm_xak4>

[software livre]
<<http://www.youtube.com/watch?v=wNfI3BNHLMY>>

[Creative Commons]
<<http://www.youtube.com/watch?v=izSOrOmxRgE>>

7. ANEXOS

Anexo I



Adaptado de: Orlandi, Eni. **Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos** / Eni P. Orlandi. p. 106 – Campinas, SP : Pontes, 2008b.

Anexo II – Mini-questionário/ficha cadastral

Barracão da Tecnologia

Ficha cadastral

Nome: _____

Idade: _____ **Sexo:** () **F** () **M**

Atividade/profissão: _____

Você sabe usar um computador? () **Sim** () **Não**

Você possui computador? () **Sim** () **Não**

Com qual frequência você utiliza computador?

- () Uma vez por semana
- () Duas vezes por semana
- () Mais de três por semana
- () Uma vez por dia
- () Utilizo raramente
- () Não utilizo

Já fez curso de informática? () **Sim** () **Não**

Que tipo de programa de computador você sabe usar?

- () Nenhum
- () Navegador de internet
- () Processador de texto
- () Editor de planilhas
- () Apresentação de slides
- () Outro(s): _____

O que busca nas oficinas?

- () Primeiro contato/conhecimentos básicos
- () Aprimoramento
- () Utilização específica: _____

Anexo III – Tabulação

Aluno	Idade (anos)	Sexo	Atividade/ Profissão	Sabe usar computador?	Possui computador?	Frequência de uso	Curso de Informática?	Programas que sabe usar	Objetivos com a oficina
1	11	F	Estudante	S	S	+ de três vezes por semana	N	Navegador de internet	Primeiro contato
2	11	F	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
3	22	M		N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
4	11	F	Estudante	S	S	Uma vez por semana	N	Outros: jogos	Primeiro contato
5	13	M	Estudante	S	N	Raramente	N	Navegador de internet, Outros: jogos	Primeiro contato
6	13	M		S	N	+ de três vezes por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
7		F	Estudante	S	N	Raramente	S	Navegador de internet	Primeiro contato
8	14	M		S	N	+ de três vezes por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
9	15	F	Estudante	S	N	Duas vezes por semana	S	Navegador de internet, Processador de texto, Apresentação de Slides	Primeiro contato
10	15	M	Estudante	S	N	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
11	15	F	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
12	16	M	Estudante	S	N	Raramente	S	Navegador de internet, Processador de texto	Aprimoramento
13	9	F	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Outros: jogos	Primeiro contato
14		F		S	N	Uma vez por semana		Nenhum	Primeiro contato
15	11	M	Estudante	S	S	Raramente	S	Outros: jogos	Aprimoramento
16	10	M	Estudante	S	S	Raramente	N	Navegador de internet, Outros: jogos	Primeiro contato
17	10	F	Estudante	S	N	Duas vezes por semana	S	Navegador de internet	Aprimoramento
18	10	M	Estudante	S	N	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
19	10	M	Estudante	S	S	Duas vezes por semana	S	Navegador de internet, Outros: jogos	Primeiro contato
20	9	M	Estudante	N	S	+ de três vezes por semana		Outros: jogos	Primeiro contato
21	10	M	Estudante	N	N	Não utiliza		Nenhum	Primeiro contato
22	10	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
23	9	M	Estudante	S	S	Não utiliza	N	Navegador de internet	Primeiro contato
24	10	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
25	13	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato

Aluno	Idade (anos)	Sexo	Atividade/ Profissão	Sabe usar computador?	Possui computador?	Frequência de uso	Curso de Informática?	Programas que sabe usar	Objetivos com a oficina
26	7	M	Estudante	N	S	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
27	9	M	Estudante	N	N	Não utiliza		Nenhum	Primeiro contato
28	9	F	Estudante	N	S	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
29	9	F	Estudante	S	N	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
30	8	F	Estudante	N	N	Uma vez por semana		Nenhum	Primeiro contato
31	9	M	Estudante	N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
32	11	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
33	11	M		N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
34	8	M	Estudante	N	N	Não utiliza		Nenhum	Primeiro contato
35	15	M	Estudante	N	Marcou S e N	Uma vez por semana	N	Navegador de internet	Primeiro contato
36	7	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
37	11	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
38	11	M	Estudante	S	S	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
39	7	M	Estudante	N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
40	11	M	Estudante	S	S	+ de três vezes por semana	S	Navegador de internet	Aprimoramento
41	12	F	Estudante	S	S	Uma vez por dia	N	Outros: jogos	Primeiro contato
42	12	F	Estudante	S	S	Raramente	N		Primeiro contato
43	12	M	Estuda e trabalha	S	S	Duas vezes por semana	N	Outros: Básico	Primeiro contato
44	12	F	Estudante	N	N	Não utiliza		Nenhum	Primeiro contato
45	12	F	Estudante	N	N	Uma vez por semana		Nenhum	Primeiro contato
46	12	M	Estudante	S	S	+ de três vezes por semana	N	Navegador de internet	Primeiro contato
47	10	M	Estudante	N	S	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
48	14	M	Estudante	S	N	+ de três vezes por semana	N	Navegador de internet	Primeiro contato
49	13	M	Estudante	N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
50	13	M	Estudante	S	S	Raramente	N	Navegador de internet, Outros: jogos	Primeiro contato
51	12	M	Estudante	N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
52	11	M	Estudante	S	N	Raramente	N	Outros: jogos	Primeiro contato
53	11	M	Estudante	N	N	Não utiliza	S	Nenhum	Primeiro contato

Aluno	Idade (anos)	Sexo	Atividade/Profissão	Sabe usar computador?	Possui computador?	Frequência de uso	Curso de Informática?	Programas que sabe usar	Objetivos com a oficina
54	11	F	Estudante	N	N	Uma vez por semana		Nenhum	Primeiro contato
55	11	M	Estudante	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
56	11	F	Estudante	S	S	Não utiliza	N	Navegador de internet	Primeiro contato
57	14	M	Estudante	S	N	Raramente	N	Navegador de internet	Primeiro contato
58	52	M	Porteiro	S	S	Raramente	N	Outros: Básico	Primeiro contato
59	30	F		S	S	Duas vezes por semana		Editor de planilhas	Aprimoramento
60	46	F		N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
61	33	F	Professora	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
62	31	F	Autônoma	N	N	Uma vez por semana	N	Nenhum	Primeiro contato
63	28	F	Doméstica	N	S	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
64	55	F	Do lar	N	N	Não utiliza	S	Outros: Básico	Primeiro contato
65	73	F	Do lar	N	N	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato
66	63	F	Do lar	N	S	Não utiliza	N	Nenhum	Primeiro contato

Anexo IV - Imagens



Os primeiros passos, os primeiros encontros.



Projetos, espaços e sentidos em trans-formação.

Anexo IV (cont.)



Espaço simbólico em materialização...



Anexo IV (cont.)



Anexo IV (cont.)

